



IRPAA

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO



RELATÓRIO

ANUAL

2025

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA - IRPAA

DIRETORIA DO IRPAA

José Moacir dos Santos – Presidente
Alcides Peixinho Nascimento – Vice Presidente
Cláudia Maísa de Oliveira Souza– Tesoureira
Ângela Maria de Oliveira Souza– Secretária

CONSELHO FISCAL

Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc)
Rosendo dos Santos Filho
Edineusa Ferreira Sousa

COORDENAÇÃO COLEGIADA

Cícero Félix dos Santos - Coordenador Geral
Nívea Solange Rocha da Silva - Coordenadora Administrativa
Clerison dos Santos Belém - Coordenador Institucional

RELATÓRIO ANUAL IRPAA 2025

CONTEÚDO

Eixos: Clima e Água; Produção Apropriada; Educação e Comunicação e Administração

REVISÃO EDITORIAL

Eixo Educação e Comunicação
Coordenação Colegiada

DIAGRAMAÇÃO

Luan Gil

FOTOS

Acervo Irpaa

SUMÁRIO

04

EIXO CLIMA E ÁGUA

37

EIXO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

84

EIXO PRODUÇÃO APROPRIADA

110

EQUIPE DO IRPAA EM 2025

112

ANEXOS

123

LISTA DE SIGLAS



IRPAA
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO



1. INTRODUÇÃO

O Eixo Clima e Água manteve sua atuação no Semiárido brasileiro, orientando-se pelas diretrizes estabelecidas nos planos decenal e anual. Considerando o contexto atual, marcado por transformações nos âmbitos territorial, nacional e internacional, com repercussões diretas sobre as populações humanas e os ecossistemas do Semiárido brasileiro, o trabalho do Eixo Clima e Água buscou fortalecer o entendimento sobre as dinâmicas do clima em escala global e sobre as particularidades socioambientais do Semiárido brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento e a efetivação de políticas públicas voltadas à gestão da água e à adoção de tecnologias sociobioprodutivas apropriadas. Essas ações foram conduzidas de forma participativa, com foco na melhoria das condições de vida das famílias e na conservação dos recursos naturais.

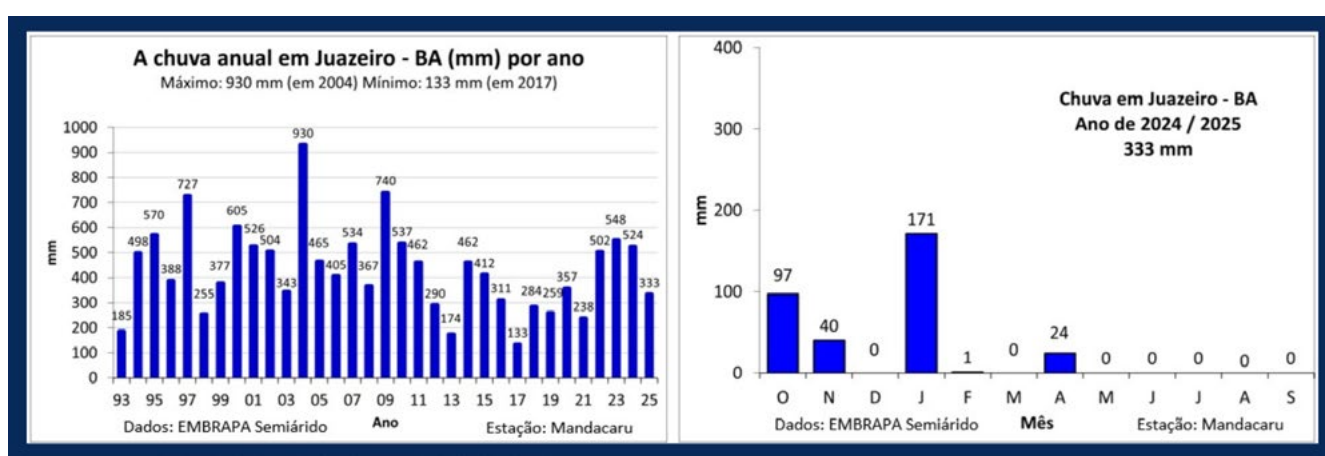


Figura 1 – Distribuição da chuva anual e em 2025 em Juazeiro Bahia.

Considerando os dados da chuva em Juazeiro, conforme medições da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na Estação Mandacaru (Figura 1), temos que 2025, diferente dos últimos três anos e, apesar de 333 mm ser considerado um valor expressivo para o Semiárido, o volume de chuvas ficou abaixo da média histórica do município e com distribuição irregular. Essa tendência segue para 2026, em que volumes mais significativos são esperados apenas para meados do mês de março. Assim, precisamos estar preparados para colher a água da chuva, que em maior ou menor volume, e diferentes meses do ano, ela sempre vem.

Acerca dos bens naturais, consideramos que processos de degradação ambiental crescentes por uso inadequado do solo e demais bens naturais tem deixado o território em um estágio crítico de vulnerabilidade, com sérios desafios à produção de alimentos e à geração de renda das populações rurais, sobretudo em situação de minifúndios, bem como à conservação da biodiversidade.

A má gestão das águas tem comprometido até mesmo o acesso à água de uso doméstico por comunidades ribeirinhas, que outrora dispunha de rio perene e por conta da retirada de água para irrigação em volume superior a capacidade de recarga da fonte, se deparam

em conflitos – é o caso, por exemplo, das comunidades de Baixinha, Queixo Dantas e Curral Velho, na bacia do rio Salitre (Figura 2), que há mais de 40 anos tornou-se intermitente e, em 2025, secou em apenas 60 dias após abundantes chuvas. Do mesmo modo, o crescimento do território de clima semiárido por mudanças climáticas e o estabelecimento da característica da irregularidade das chuvas em regiões de clima subúmido e úmido do Brasil têm maior abrangência sobre os sistemas produtivos, dificultando o acesso à água e aos alimentos por um número cada vez maior de famílias. Dada a crescente relevância, tais dimensões presentes nas ações desenvolvidas pelo IRPAA foram ainda mais evidenciadas no ano de 2025.



Figura 2 – Conflitos por água na bacia do rio Salitre em Campo Formoso.

Outro aspecto de grande relevância em 2025, nesse caso, positivo, foi a saída do Brasil do mapa da fome da ONU, quando o número de pessoas em condição de subalimentação é menor que 2,5% da população do país. Tal indicador havia alcançado 9% da população brasileira em 2018 e 15% em 2022. Por um lado, temos uma melhora significativa do acesso ao alimento pela população vulnerável, isso, porém, não significa a sua universalização. Logo, requer continuidade do trabalho de incidência política e organização das comunidades para que esse direito esteja ao alcance de todas as famílias brasileiras.

As ações desenvolvidas priorizaram abordagens integradas, combinando incidência política, assessoria técnica, formação social e valorização dos saberes locais, com foco na autonomia das comunidades rurais e na redução das desigualdades socioambientais. Além disso, foram incentivadas práticas e tecnologias sociais apropriadas às condições climáticas do território, contribuindo para a resiliência dos agroecossistemas e para a permanência digna das famílias no campo. As especificidades dessas iniciativas, bem como seus impactos e aprendizados, serão detalhados nos tópicos subsequentes.

2. NOSSA CAMINHADA EM 2025

Participamos ativamente de eventos no Semiárido brasileiro e fora dele ao longo de 2025, integrando debates sobre convivência com o clima local, sociobiodiversidade, educação contextualizada e inclusão socioprodutiva. Entre as atividades estão: seminários, encontros, congressos e mobilizações voltados para a Convivência com o Semiárido, incluindo a participação de técnicos, agricultores familiares, gestores locais e lideranças comunitárias.

No âmbito da execução de projetos, atuamos com organizações comunitárias para promover segurança alimentar, acesso a políticas públicas, educação contextualizada com o clima semiárido e tecnologias de captação de água de chuva e de saneamento rural com reúso de água, envolvendo mais de 3.000 (três mil) famílias, concentradas nos municípios do Território Sertão do São Francisco e em menor número no Piemonte Norte do Itapicuru, nos municípios de Filadélfia e Ponto Novo, com execuções no âmbito do Programa Cisternas.

A organização também contribuiu tecnicamente para iniciativas de combate à fome e promoção da alimentação saudável, por meio da participação em conselhos de políticas públicas estaduais e da articulação com programas sociais voltados às populações rurais.

Apesar dos avanços, o IRPAA reconhece que os desafios persistem, especialmente com as instabilidades políticas globais e os efeitos das mudanças climáticas. Contudo, o ano de 2025 se apresentou como um período de importantes conquistas para o Semiárido brasileiro. O IRPAA, junto a outras organizações, continua sua luta por políticas públicas inclusivas, pela promoção da agroecologia, e pelo fortalecimento da cultura de Convivência com o Semiárido. Tais ações são essenciais para garantir sustentabilidade e resiliência para as comunidades do Semiárido. Diante desse contexto, a Instituição manteve seu compromisso em construir soluções adaptativas que respondem às mudanças climáticas e ao cenário social, garantindo a qualidade de vida das famílias e a conservação dos recursos naturais.

Para o desenvolvimento das ações em 2025, contamos com recursos nacionais e internacionais. Por meio da cooperação internacional, tivemos a continuidade do apoio de duas instituições a seguir:

- Cáritas Alemã, com o projeto denominado “Mobilização de saberes e recursos para incidência, defesa e consolidação da Convivência com o Semiárido, em vista à redução da pobreza, mitigação dos efeitos do El Niño e transformação socioecológica, no Brasil”; e
- Horizonte 3000, da Áustria, com o projeto “Agenda 2030 na Bahia – Sociedade civil, Estado e Municípios numa ação comum”.

Com recursos nacionais, atuamos por meio de cinco projetos provenientes das duas fontes a seguir:

- Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR), com os projetos “Pró-Semiárido”, em caráter de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER), e “Saneamento e Sementes Crioulas”, com foco na formação e implementação de tecnologias de reúso de água — ambos cofinanciados pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o primeiro concluído no primeiro semestre dentro do previsto, e o segundo concluído no segundo semestre com aditivo de prazo e metas decorrente de sobras orçamentárias que permitiram atender mais famílias. Ainda pelo Estado da Bahia, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), iniciamos um Projeto de Implementação de tecnologias de primeira e segunda água, destinados ao uso doméstico e produtivo, respectivamente;
- Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), com o Programa Cisternas, o qual contempla o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), tendo o IRPAA como executor nas frentes de formação, tecnologias de captação de água da chuva e fomento produtivo, com dois contratos, um aditivado e outro iniciado em 2025, em municípios distintos.

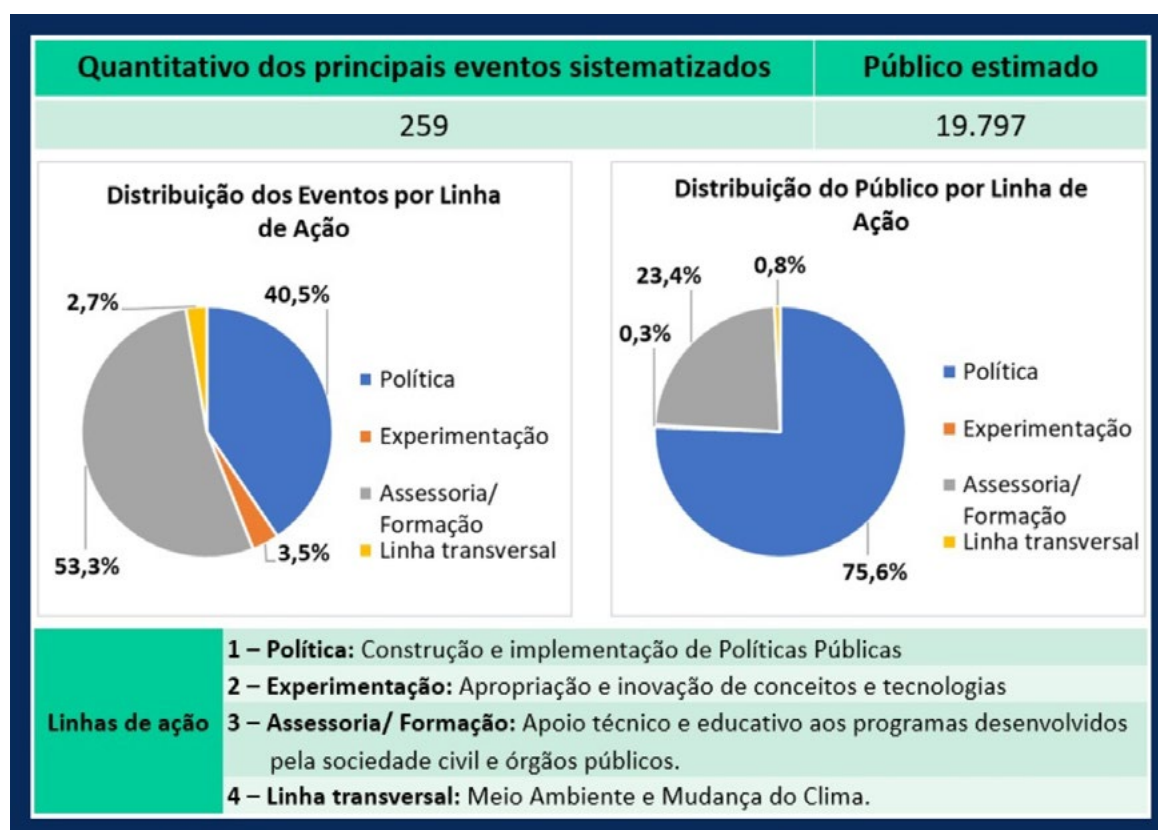


Figura 3 - Dados das principais ações realizadas ou que contribuimos em 2025.

Como evidências das principais ações desenvolvidas em 2025, bem como seus efeitos, foram sistematizados dados de 259 eventos (Figura 3), entre atividades realizadas diretamente ou com a participação de membros da equipe, totalizando um público estimado em 19.800 pessoas.

Destacam-se as ações de assessoria e formação, que representam 53% do número de eventos, dada a dinâmica das oficinas realizadas de forma descentralizada nas comunidades, ao passo que, em relação ao número de pessoas envolvidas, predominam as ações de caráter político, com 75%, influenciado pelo relevante número de eventos de grande porte e pela ocorrência de muitas conferências municipais, territoriais e estaduais sobre meio ambiente, mulheres e desenvolvimento sustentável, em que contribuímos em 2025.

Ressaltamos a atuação em conselhos, fóruns, comitês, redes e instituições públicas, com destaque às interações com as redes ATER Nordeste, Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA) e ASA. Esta última conta com a associação âncora denominada Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC) — executora, dentre outros, do programa Um Milhão de Cisternas —, na qual teve continuidade a presidência exercida por Cícero Félix (coordenador geral do IRPAA), em seu segundo mandato.

Embora em menor volume de atividades e de pessoal envolvidos — ambos inferiores a 5% —, o trabalho nas linhas de experimentação e transversal concentrou-se no campo do saneamento rural com reúso de água, no abastecimento de água de uso doméstico em geral e no estudo da aridez no Brasil, temas que serão aprofundados nos tópicos subsequentes.

2.1. Descrição das ações nas linhas prioritárias de atuação do Eixo Clima e Água

2.1.1. Política

As ações de caráter mais político, relacionadas ao clima e à água, têm como objetivo contribuir para a construção e implementação de políticas públicas de acesso e gestão da água no contexto do Semiárido, com base nas Cinco Linhas de Luta pela Água.

A equipe do Eixo Clima e Água contribuiu para a mobilização de recursos por meio da elaboração de projetos que resultaram na contratação de ordem superior a 22 milhões de reais (Quadro 1), sendo prevista a aplicação de 24% em suporte técnico e gestão dos projetos, 6% em formação do público e 62% em investimento direto em estruturação hídrica e produtiva. Além disso, foram viabilizados 6% adicionais desses recursos em investimentos a partir de projetos produtivos — agrícolas ou não — elaborados pela equipe técnica do IRPAA em conjunto com as famílias, com recursos liberados via fomento no Cartão Cidadão do titular da família, pelo MDS.

Tabela 1 – Valores aprovados nos contratos viabilizados pelo IRPAA em 2025

Projeto/ Descrição	Valor de Contrato	Pessoal e Gestão	Formação	Estruturação		Famílias
				Direta	Fomento*	
Cisternas (SEA-DES)	4.484.197,44	1.061.971,02	287.650,05	3.134.576,36	625.600,00	350
Ecoforte (FBB)	2.288.611,90	663.062,40	197.310,00	1.428.239,50	0,00	330
Semiárido Produtivo (BNDES/Petrobras)	9.994.964,00	2.609.651,52	758.488,00	6.626.824,48	0,00	801
Cáritas Alemanha	246.916,77	210.617,69	36.299,08	0,00	0,00	950
Aditivo P1+2 (ASA) Curaçá e Canudos	1.534.625,27	377.094,54	70.826,00	1.086.704,73	276.000,00	65
P1+2 (ASA) Fíladélfia, Ponto Novo	4.169.099,83	1.001.176,88	264.052,94	2.903.870,01	630.200,00	297
Total (R\$)	22.718.415,21	5.923.574,05	1.614.626,07	15.180.215,08	1.531.800,00	2.793
Rubrica (%)	-	24,4	6,7	62,6	6,3	-

*Programa Fomento Rural: Transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis, no valor de R\$ 4,6 mil por família rural, pobre, para que estas desenvolvam seus projetos produtivos (Fonte MDS).

Somando conselhos (Figura 4), comissões e câmaras técnicas municipais, territoriais e nacional, contribuímos como membro efetivo ou suplente em 13 espaços de proposição, monitoramento e concertação de políticas públicas (ver lista em anexo).



Figura 4 – Atividade do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Juazeiro.

Contribuímos efetivamente apoiando o movimento e rede de mulheres do Território Serão do São Francisco, incluindo a participação nas Conferências Municipais, Interterritorial, Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres (Figura 5).



Figura 5. Marcha das Mulheres Negras em Brasília.

Considerando a contribuição e/ou participação em eventos de caráter político e formativo de abrangência nacional, ressaltamos que o IRPAA foi um dos principais parceiros técnicos e correalizador do Semiárido Show em 2025, realizado em Petrolina (PE), entre 26 e 29 de agosto, em conjunto com a Embrapa Semiárido.

Nesta ocasião, além da articulação e da condução de oficinas, contribuímos em mesas temáticas, na organização da feira de economia solidária, em intercâmbios com centenas de agricultores e no Seminário sobre Mudanças Climáticas, bem como organização de exposição de tecnologias em campo, por meio de maquetes sobre captação de água de chuva e saneamento rural com reúso de água. Contribuímos na organização da IV Feira da Agrobiodiversidade (Agroecologia, agrobiodiversidade e sementes crioulas), além do lançamento de publicações técnicas que registram saberes tradicionais e fortalecem práticas resilientes de produção agroecológica adaptadas ao clima local.

Dedicamos bastante energia na organização e condução de atividades do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA, realizado de 15 a 18 de outubro de 2025, em Juazeiro (BA). Dentre as ações, atuamos na liderança de equipes de organização, sistematização de relatos de experiência, apresentação e avaliação de trabalhos acadêmicos voltados à agroecologia e à Convivência com o Semiárido. O evento reuniu mais de 6 mil participantes e foi organizado pela ABA, com apoio da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e de outras instituições parceiras. Nele, também contribuímos com a metodologia de exposição de maquetes sobre reúso de Água e discussões em plenárias, além da publicação de artigos, para potencializar a aplicação de conhecimentos da agroecologia na Caatinga por meio de ações de Convivência com o Semiárido.

Participamos de diversos espaços e atividades na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – COP 30 no Brasil, ocorrida de 10 a 21 de novembro, em Belém do Pará, onde interagimos com lideranças de comunidades, parceiros multiplicadores e financiadores, incidindo para a inserção das demandas do bioma caatinga e das comunidades tra-

dicionais do Semiárido na agenda nacional e internacional através da participação em eventos paralelos como a Cúpula dos Povos, Aldeia COP, Espaço Chico Mendes, AgriZone, Rodas de diálogo oficiais nas Zona Verde e Zona Azul, além do ato público denominado “Marcha Global pelo Clima” envolvendo mais de cinquenta mil participantes. Realizamos ainda visita técnica na Ilha de Combu para intercâmbio de experiências em captação e manejo de água de chuva, organizado por um dirigente da ABCMAC.

Assim, contribuímos nas discussões, fortalecendo a organização, o movimento social e, consequentemente, a resistência das comunidades vulneráveis aos impactos dos grandes empreendimentos e das mudanças climáticas. Na oportunidade, uma organização ligada à ASA, assinou um contrato para a execução de ações de recaatingamento no Semiárido brasileiro, fato que consideramos muito positivo.



Figura 6 – Diálogos sobre recaatingamento, saneamento rural e captação de água de chuva durante a COP 30.

Colaboramos com informações, análise e discussões inerentes à Avaliação Externa realizada em 2025 pelo consultor Irio Luiz Conti, viabilizada pela Misereor. Esta avaliação permitiu visualizar pontos fortes do trabalho do IRPAA na atual conjuntura, tais como a formação continuada de colaboradores, o apoio à implantação dos serviços de certificação participativa dos produtos orgânicos no Território Sertão do São Francisco, o trabalho específico com a juventude e inovações como o recaatingamento e o reúso de água. Dentre os desafios, foram apontados a incidência política e resultados concretos na esfera do poder público municipal em relação à proposta de Convivência com o Semiárido.

Ao longo do ano, por meio do Grupo de Trabalho (GT) de Saneamento Rural da ASA, contribuímos para a construção de subsídios e diálogos em torno da execução de uma ação-piloto de reúso de água com 45 famílias em nove estados, sob execução da AP1MC e apoio do MDS, via P1+2. As ações envolveram a participação em uma oficina de formação das equipes envolvidas, em Recife, diálogos virtuais com executoras e com a Fiocruz, além da recepção de intercâmbios entre organizações para conhecer a metodologia de trabalhos em saneamento rural do IRPAA. Nesse mesmo campo de ação, representamos a ASA no Conselho de Orientação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e Saneamento (ONDAS), constituindo um espaço importante para compreender os contextos regionais e nacional do saneamento, seus potenciais para a garantia de direitos e os desafios enfrentados pelas populações vulneráveis. A ASA contribui sobretudo na contextualização de demandas e proposição de soluções voltadas ao meio rural.

Apoiamos a ASA Bahia em diálogos junto à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), na perspectiva de que esta contemple, em suas ações, tecnologias apropriadas à agricultura familiar. Tal interesse foi despertado voluntariamente pela referida empresa pública diante da solidez da proposta defendida pela ASA para o saneamento com reúso agrícola dos efluentes domésticos. Do mesmo modo, de forma independente, incidimos junto à SDR para que esta lance um edital público — cujo teor foi proposto por nós — visando à implementação de tecnologias de reúso de água em comunidades rurais da Bahia, ficando tal ação em perspectiva de consolidação para 2026. Caso se viabilize, o edital deve abranger 600 famílias de seis territórios de identidade da Bahia. Nessa mesma linha, representamos o IRPAA como membro do Comitê Gestor de “Estudos com a proposição de modelos de gestão e tecnologias apropriadas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos diferentes contextos rurais do território baiano”, sob realização da SIHS da Bahia.

Realizamos, em parceria com o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (SE-TAF) do Território Sertão do São Francisco e com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o primeiro Seminário sobre Gestão de Águas, com o objetivo de partilhar e discutir com as comunidades que mantêm de forma autônoma ou compartilhada, sistemas comunitários de abastecimento de água, visando conhecer potenciais e desafios, além de promover uma aproximação entre si e destas com o poder público para uma melhor estruturação e/ou gestão dos serviços. O evento ocorreu em Juazeiro, no dia 12 de junho, e contou com dezenas de lideranças dos municípios de Casa Nova, Juazeiro, Canudos, Sobradinho e Remanso, além de representantes dos realizadores, do Serviço de Água e Saneamento Ambiental de Juazeiro (SAAE) e do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER). Dentre os encaminhamentos, formou-se uma comissão para continuidade dos diálogos, em vista de uma maior interação das comunidades que lidam com esses sistemas de abastecimento na região.

Atuamos no II Congresso Internacional de Saneamento Rural (Sanea Brasil 2025), promovido pela Univasf, em Petrolina (PE), de 29 a 31 de outubro. Na ocasião, IRPAA expôs maquetes de tecnologias de reúso de água, mobilizou dezenas de agricultores para o evento

e recebeu uma caravana de congressistas no Centro de Formação Dom José Rodrigues para intercâmbio de experiências. Além disso, articulou representantes da CAR para realização de oficina, do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Fiocruz Minas e MDS com os quais dividiu uma mesa de debates sobre a atuação e as demandas da sociedade civil e parceiros, para o saneamento rural apropriado a áreas difusas do Semiárido, envolvendo tecnologias e gestão de abastecimento, esgotamento e resíduos sólidos. O evento reuniu lideranças comunitárias, gestores públicos, pesquisadores e representantes da sociedade civil, bem como discutiu caminhos que unem ciência, políticas públicas e práticas locais, em sintonia com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR).



Figura 7 – Formação com Comissões Municipais de Água de Uauá, Juazeiro, Sobradinho e Casa Nova

Com base nas ações do Programa Cisternas, mobilizamos as Comissões Municipais de Água (Figura 7) dos municípios de Canudos, Casa Nova, Curaçá, Filadélfia, Juazeiro, Ponto Novo, Sobradinho e Uauá, envolvendo-as na formação sobre clima, água e conjuntura política, bem como seleção de famílias para o Programa Cisternas.

2.1.2. Experimentação

As ações desta linha têm como objetivo a apropriação, a adequação, a inovação e a difusão de conceitos e tecnologias apropriadas, visando contribuir para a segurança hídrica, alimentar, energética, ambiental e climática no Semiárido brasileiro.

Em 2025, foram priorizadas as demandas por abastecimento de água de uso doméstico e reúso de água, em que foram executadas ações de caráter experimental junto à ASA e ao MDS com cinco famílias no município de Canudos, além do monitoramento em municípios

recém-contemplados com tecnologias de saneamento rural. Além disso, foram feitos estudos bibliográficos e discussão com colaboradores que compõem o núcleo animador do Clima e Água com representação de outros eixos, acerca da aridez no norte da Bahia.



Figura 8 – Ilustração de sistemas de abastecimento de água de uso doméstico não nobre e de reúso de água da ASA.

Considerando a inserção de metas de reúso de água pela ASA em aditivo de um de seus contratos junto ao MDS, adotou-se a implementação, em caráter experimental, de estruturas de abastecimento de água de uso doméstico (Figura 8), preferencialmente a partir de uma cisterna calçadão, concomitante à implementação de um sistema de coleta e tratamento de esgoto para reúso agrícola, composto por duas tecnologias: uma para águas cinzas (o Bioágua familiar) e outra para águas fecais (a Fossa Ecológica). Foram contemplados nove estados, uma instituição por estado, para atender cinco famílias cada, totalizando 45 famílias. O IRPAA ficou como referência para essa ação na Bahia.

Para implementação da referida ação, o IRPAA diagnosticou 24 famílias para selecionar cinco, seguindo critérios como: renda *per capita* de até meio salário-mínimo; residência na zona rural do município; ausência de acesso à água em quantidade suficiente para o desenvolvimento de atividades produtivas; disponibilidade de água de uso doméstico não salobra; presença banheiro com pia e vaso sanitário; e área para produção vegetal próxima ao domicílio.



Figura 9 – Residências equipadas com caixas d'água suspensas sob a casa em Canudos.

Dentre as 24 famílias pesquisadas em sete comunidades rurais de Canudos — com composição média de três pessoas e variação de uma a dez pessoas por família —, um dado que despertou bastante atenção foi o fato de todas disporem de água encanada no interior das residências, por meio de caixas d'água suspensas (Figura 9), mesmo em áreas difusas e sem a existência de redes tubulares de abastecimento. Do total de famílias pesquisadas, 75% possuem cisterna calçadão em pleno funcionamento, das quais 58% utilizam a tecnologia como fonte de abastecimento das caixas suspensas. A recarga das cisternas calçadão varia conforme diversos fatores, sendo que 46% a fazem exclusivamente por captação de chuva. Verificou-se ainda que 92% das residências possuem fossas do tipo sumidouro e apenas uma família realizava o reúso de águas cinzas, embora sem tratamento prévio.

Ao analisar laboratorialmente as águas das cisternas que abastecem as residências — em relação à água de uso geral —, das cinco famílias selecionadas, verificamos que os parâmetros físicos (turbidez) e microbiológicos (coliformes totais) apresentam valores fora da faixa de potabilidade. Entretanto, não há relatos de agravos à saúde dos moradores pelo uso dessas águas no banho, lavanderias, uso sanitário e limpezas domésticas em geral. As famílias dessa ação-piloto no município de Canudos estão sendo acompanhadas para avaliação da apropriação sobre uso das tecnologias (Figura 10), cuja eficiência já é conhecida.



Figura 10 – Adequação do abastecimento (A e B) e sistemas de reúso de água (C e D)

Em outros municípios onde as tecnologias de reúso foram implementadas antes de Canudos, foram diagnosticadas 37 unidades implantadas em oito municípios (Caem, Capim Grosso, Curaçá, Jacobina, Juazeiro, Ponto Novo, Sento Sé e Sobradinho). Estas apresentaram tempo médio de funcionamento entre três e seis meses — da instalação à coleta dos dados — e volume de esgoto total tratado e reutilizado na agricultura variando de 0,6 a 5,8 m³ por família ao mês (Figura 11). Todas as famílias diagnosticadas utilizam a tecnologia UASB conjugada com lagoas de polimento, dispondo de etapas de retenção de sólidos e biodegradação da matéria orgânica, seguidas de desinfecção solar.

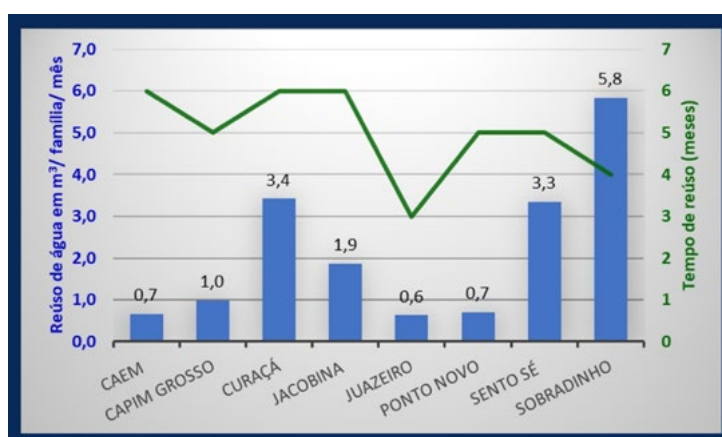


Figura 11 – Volume médio mensal de esgoto tratado e reutilizado, por família e município, de 37 sistemas monitorados em 2025.

A Figura 11 mostra o volume de esgoto tratado variável nos oito municípios acompanhados ao longo do ano e, como é possível observar, não sofre influência do tempo. Provavelmente, tal variação esteja relacionada a outros fatores, como o número de moradores em cada residência, a disponibilidade de água e a forma de abastecimento.

Sobre a aridez no Nordeste do Brasil, em especial no norte da Bahia, o eixo realizou ao longo do ano uma significativa pesquisa bibliográfica, seguida de observações da natureza nas comunidades de atuação. O processo culminou com a realização de um Dia de Estudo, em 20 de outubro, no Centro de Formação Dom José Rodrigues, com colaboradores que compõem o núcleo animador do Clima e Água e representações de outros eixos temáticos do IRPAA.

Nesse sentido, embora a região mais seca do Brasil, localizada no interior do Nordeste, seja classificada na literatura como de clima tropical semiárido, tipo BSwh, segundo a classificação de Köppen e Geiger (1936), áreas do Raso da Catarina são classificadas como BWh e, nesse caso, tipificadas pelo método desses mesmos autores como árido desértico seco e quente. Pela classificação climática de Thornthwaite (1948) para o Brasil, a tipificação “E”, que corresponde ao clima árido, é considerada para áreas do norte da Bahia, do sudeste do Piauí e do centro norte do Rio Grande do Norte. Ao analisar esses dois sistemas de classificação climática, Marcelly da Silva Sampaio (2011), pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso, constatou coerência na comparação entre as classes representativas dos climas árido e semiárido.

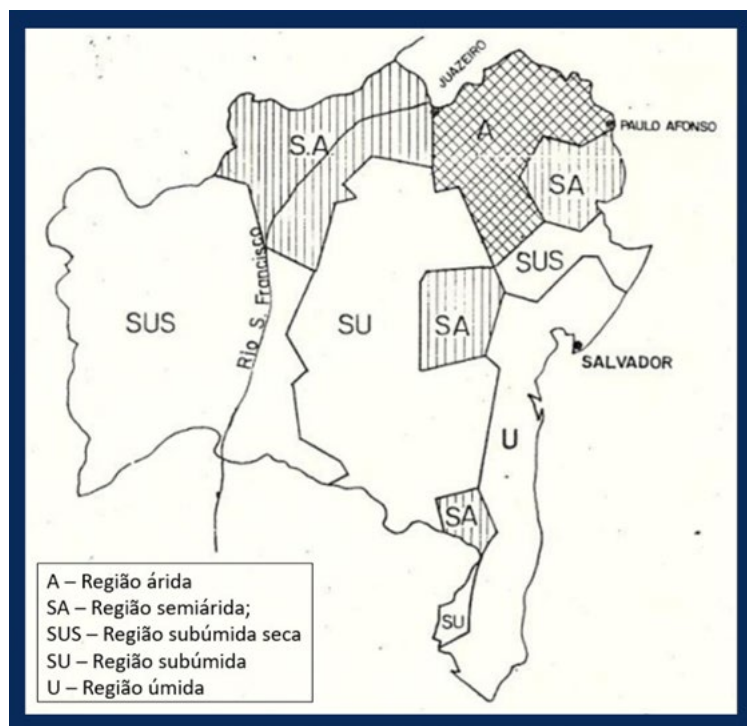


Figura 12 – Zonas climáticas da Bahia conforme CEPED, 1979.

Do mesmo modo, constatamos que a Depressão Sertaneja — que inclui Juazeiro e outros municípios do norte e nordeste da Bahia (Figura 12) — foi apontada como de clima árido em estudos realizados pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED) já em 1979, conforme consta no Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE/BA, 2014). Essa mesma categoria climática foi descrita para, ao menos, 14,3% do Nordeste brasileiro por Amorim Neto, em 1989. Logo, consideramos que, para algumas áreas do norte baiano — incluindo Juazeiro (BA), que em 2023 o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) apontou como de clima árido —, não se trata de uma descoberta inédita. Trata-se, antes, de um reconhecimento tardio do órgão em relação aos microclimas da região semiárida do Brasil, provavelmente por limitar-se a uma única metodologia de classificação e a dados estimados de estações predominantemente urbanas que, assim sendo, não condizem com a realidade média quando consideradas variáveis climáticas da cidade e do campo.

De acordo com Giuliano Tostes Novais (2023), pesquisador da Universidade Federal de Uberlândia, as áreas de domínio climático árido no território brasileiro passaram a ser mais mencionadas na literatura a partir de 2019, fruto de metodologias de classificação em escalas sub-regionais, e ocupam mais de 97 mil km² nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (Figura 13).

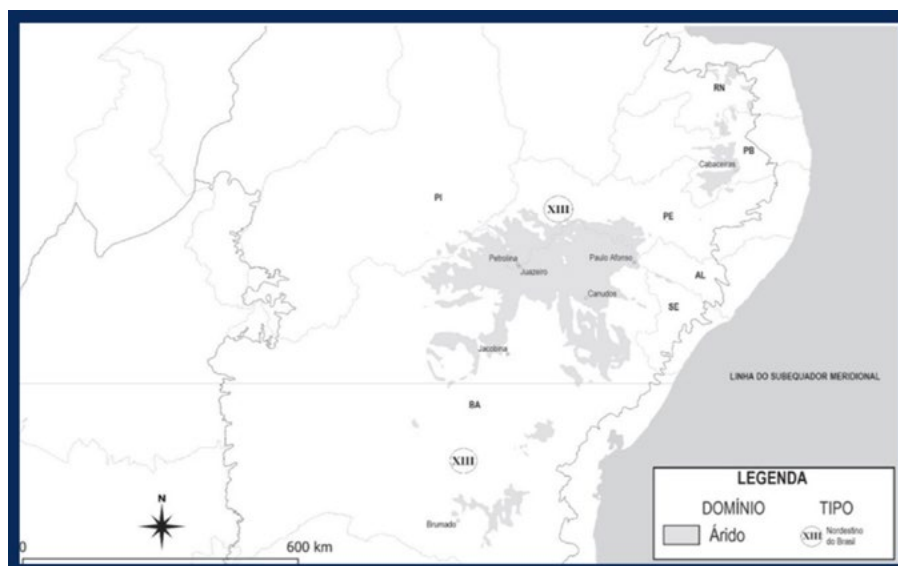


Figura 13 – Áreas de domínio climático árido no Brasil segundo Giuliano Tostes Novais, 2023.

Assim, como caminhos para o aprofundamento dos estudos e a construção da perspectiva de Convivência com a Aridez, apontamos o seguinte: a aridez no Brasil não é recente; é possível conviver com ela, mas antes é preciso (re)conhecer sua natureza; não precisamos “reinventar a roda”, mas dispor de propostas de convivência com cada território em suas múltiplas dimensões; nem tudo é clima, pois muito advém da degradação ambiental decorrente do modelo de desenvolvimento, que compromete a biodiversidade sem que haja, necessariamente, uma alteração climática; os eixos temáticos da Convivência com o Semiárido precisam ser pautados no processo de Convivência com a Aridez; ressalta-se a importância da Educação “do Campo”, contextualizada e/ou ambiental, nesse processo; e é preciso estudar mais a dinâmica das plantas da caatinga — que têm muito a ensinar a partir do seu xerofitismo (conjunto de adaptações hídricas da flora regional).

2.1.3. Assessoria e Formação

Nesta linha de ação, temos como objetivo promover apoio técnico e educativo aos programas desenvolvidos pela sociedade civil e por órgãos públicos, visando à implementação de tecnologias sociobioprodutivas apropriadas ao Semiárido. Nesse sentido, as atividades realizadas pelo Eixo Clima e Água tiveram como suporte os projetos de ATER, os de formação de lideranças e educadores e os de implementação de estruturas produtivas, de abastecimento de água a partir da captação da chuva e de saneamento rural com reúso de água, alcançando um total de 3.000 famílias.

Promovemos ações de formação continuada da equipe técnica do Eixo Clima e Água, envolvendo o núcleo animador e técnicos de campo, além de incluir estagiários e integrantes da República de Estudantes. Foram realizados estudos sobre clima, política de água, aridez e a Semana da Água, além de conteúdos e metodologias relacionados às oficinas realizadas

nas comunidades, em que são pautadas a Convivência com o Semiárido e temáticas específicas, como Gestão de Recursos Hídricos (GRH), Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA) e Manejo de Sistema Simplificado de Água (SISMA), possibilitando aos colaboradores a apropriação e o aprimoramento dos processos de formação e mobilização social das famílias e das comunidades.

Em relação ao Centro de Formação Dom José Rodrigues, recebemos e conduzimos trilhas (Figura 14) com diversos grupos: comunidades rurais, movimentos sociais, organizações parceiras, universidades, educadores, estudantes e gestores públicos, oriundos dos mais diversos segmentos e lugares do Semiárido brasileiro. Apoiamos os colaboradores residentes com orientações acerca da manutenção das tecnologias de uso didático. Quanto aos estudantes da República, contribuimos não apenas com uma formação modular, mas também com vivências práticas junto à equipe técnica. Essa colaboração envolveu a participação em eventos — como o Semiárido show —, além de mutirões, cadastramentos e orientações técnicas realizados diretamente com as famílias assessoradas pelo Eixo Clima e Água.



Figura 14 – Condução de trilha sobre Convivência com o Semiárido com ênfase no Saneamento Rural.



Figura 15 – Formação sobre manejo de tecnologias de saneamento rural, na Aldeia Atikum, em Sento Sé – BA.

Realizamos um número significativo de oficinas de capacitações de agricultores e agricultoras (Figura 15), proporcionando melhor gestão das atividades socioprodutivas e de cuidados com os bens comuns. Nesse sentido, 200 famílias foram capacitadas sobre segurança hídrica e alimentar, 341 cadastradas para acesso a políticas públicas (Figura 16), 154 tiveram representantes capacitadas/os sobre gestão de água. Ressaltamos que as formações realizadas abrangem não apenas os aspectos das tecnologias, mas todo o contexto cultural e político da Convivência com Semiárido, sendo estas um meio para alcançar resultados mais abrangentes na melhoria da qualidade de vida das famílias. Cerca de 130 famílias receberam apoio na elaboração de projetos, acesso aos recursos e implementação das estruturas correspondentes ao Fomento. Estas encontram-se em diferentes estágios de implantação, que se efetiva com a liberação de R\$4.600,00 por família, da fonte MDS, pago em duas parcelas via Cartão Cidadão, mediante parecer técnico favorável.



Figura 16 – Reunião de apresentação de projetos, seleção e cadastramento de famílias

Destacamos um elevado envolvimento de agricultores e agricultoras nas discussões e práticas de Convivência com o Semiárido, bem como o empoderamento das mulheres, jovens e lideranças na gestão da renda e divisão justa do trabalho familiar, a partir de formações como oficinas de manejo do agroecossistema, beneficiamento e comercialização da produção, recuperação ambiental, GRH e GAPA.

Durante o primeiro semestre, em conjunto com o Eixo Educação e Comunicação, concluímos uma formação modular com educadores da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA) e da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) (Figura 17), a qual foi iniciada no ano anterior. Na culminância foi promovido um Seminário Estadual de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, nos dias 15 e 16 de maio, em Juazeiro, envolvendo monitores (as) e gestores (as) das EFA's, bem como representantes de escolas públicas do Território Sertão do São Francisco e gestores públicos municipais de Juazeiro e Curaçá. Além de discussão sobre a conjuntura da educação contextualizada, avanços e desafios na matriz curricular e processos

de contextualização, o seminário permitiu avaliação e encaminhamentos conjuntos, considerando os resultados deste e dos demais módulos realizados anteriormente.



Figura 17 – Público da Formação Modular com EFAs sobre Educação contextualizada para Convivência com o Semiárido

No âmbito do Programa Cisternas, o IRPAA manteve um contrato aditivado junto à AP1MC e celebrou outro com a mesma instituição; além disso, firmou um terceiro contrato em 2025, desta vez junto à Seades do Estado da Bahia. Viabilizou-se a implementação de 40 cisternas calçadão (Figura 18B) e 17 de enxurrada nos municípios de Curaçá e Canudos. Além disso, foram realizados dois cursos de formação de pedreiros: um sobre construção de cisterna de 16m³ (primeira água) em Uauá (Figura 18A) e outro sobre cisterna calçadão (segunda água) em Ponto Novo, com a construção de uma tecnologia em cada local.

Conforme mencionado no item “Experimentação”, realizaram-se adequações de cinco sistemas unifamiliares de abastecimento de água de uso doméstico em geral; nas mesmas unidades familiares do município de Canudos, foram implementados sistemas de coleta e tratamento de esgoto para reúso agrícola (Figura 10), metas que estão sendo incorporadas aos componentes do Programa Cisternas do MDS. Com recursos do Estado da Bahia, via Projeto Sementes e Saneamento, implementaram-se, como aditivo de contrato, 12 sistemas de reúso de água (Figura 18C) — um por família —, no município de Sento Sé. As demais metas dos contratos vigentes, com número superior ao realizado em 2025, seguem para execução em 2026.



Figura 18 – Tecnologias implementadas para primeira água (A), água de produção (B) e reúso de água (C)

Conduzimos diversos temas ligados ao estudo do clima e ao acesso, ao manejo e à gestão das águas na 31ª Escola de Formação de Juventudes para Convivência com Semiárido, ocorrida de 8 a 21 de julho, no Centro de Formação Dom José Rodrigues.

Apoiamos diversos grupos de beneficiamento de alimentos do território Sertão do São Francisco no acesso a mercados institucionais, sobretudo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio do serviço de assessoria técnica viabilizado com a execução dos projetos Agenda 2030 e Pró-Semiárido. No primeiro semestre, apoiamos agricultores e agricultoras nos processos de certificação participativa da produção de alimentos orgânicos e na realização de feiras agroecológicas nos municípios de Campo Formoso, Remanso, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho, além de apoiar grupos que operam Fundos Rotativos solidários. Com o encerramento do projeto Pró-Semiárido no primeiro semestre de 2025, parte da equipe técnica passou por rescisão de contrato; muitas pessoas foram realocadas para outros projetos e eixos, enquanto outras migraram para diferentes organizações, o que impediu a continuidade sistemática dessa ação no restante do ano.

Alguns grupos que trabalham com ação de recaatingamento há certo tempo foram apoiados em maior número no primeiro semestre. Especificamente, um grupo da Comunidade de Patos, em Campo Formoso — sob assessoria do Eixo Clima e Água via Projeto Agenda 2030 —, recebeu apoio sistemático em suas atividades coletivas ao longo do ano, envolvendo ações como cercamentos e a elaboração de plano de manejo da Caatinga.

Mantivemos o apoio de responsabilidade técnica na área de veterinária em quatro unidades de beneficiamento providas de serviço de inspeção sanitária: duas no município de Juazeiro, sob Inspeção Municipal (SIM), uma em Sento Sé e outra em Sobradinho, ambas sob Inspeção Estadual (SIE).

2.1.4. Linha transversal: Meio Ambiente e Mudança do Clima

Nesta linha de ação, realizamos atividades específicas sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas; todavia, fazendo jus à própria natureza transversal do tema, incidimos sobre a pauta da sustentabilidade e da governança global e local dos bens naturais. Buscamos a constante adaptação às condições climáticas de cada lugar em todas as atividades do Eixo Clima e Água, independentemente da linha de ação em que estas estiveram enquadradas. Do mesmo modo, interagimos com os demais eixos temáticos institucionais e os subsidiados, disponibilizando material didático e informativo, bem como contribuindo nas discussões internas e externas do IRPAA.

Integramos, como membro suplente representando a sociedade civil organizada, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro e a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (Figura 19); e, como membro titular, o Comitê de Bacia do Rio Salitre. Participamos ainda como convidados na Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos do Comitê de

Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Tais espaços funcionam como órgãos consultivos e/ou deliberativos nas respectivas esferas governamentais, constituindo espaços importantes de partilha de informações e, sobretudo, de reivindicação, proposição e monitoramento das políticas públicas de gestão ambiental de interesse das comunidades de atuação do IRPAA.



Figura 19 – Atividades em Conselhos Municipal de Meio Ambiente (A) e Comissão Nacional de Combate à Desertificação (B).

Dentre os eventos realizados pelo IRPAA sobre temas diversos, ou em que estivemos presentes e contribuímos com a pauta do meio ambiente e das mudanças do clima, destacamos os seguintes:

- Comemoração dos 35 anos de constituição do IRPAA, em 25 de abril, com a participação de colaboradores, agricultores, sócios e parceiros, oportunidade em que promovemos uma profunda reflexão institucional sobre a trajetória da entidade;
- Dia Nacional da Caatinga, incluindo a exposição de tecnologias e diálogos com educadores, nos dias 28 e 29 de abril, em Sento Sé;
- Seminário sobre Mudanças Climáticas e a Apicultura no Semiárido Brasileiro, em 05 de junho, na EFA de Rui Barbosa, onde ministramos palestra e coordenamos debates;
- 4º Seminário Estadual sobre Recaatingamento, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), em Juazeiro (BA), nos dias 13 e 14 de maio. Na oportunidade, facilitamos a mobilização de agricultores, apoiamos a organização de palestras e diálogos com agricultores familiares, pesquisadores, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representantes de órgãos públicos;

- 11ª edição do Semiárido Show em Petrolina, de 26 a 29 de agosto, evento em que atuamos na realização e incidimos nas temáticas sobre clima via exposições, oficinas, seminários e intercâmbios;
- 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, de 01 a 05 de setembro, em Vitória da Conquista (BA), no qual participamos da Mesa Redonda sobre estratégias para visibilizar e mitigar o avanço de áreas áridas no Brasil, além de integrarmos o debate sobre clima;
- XXV Encontro Semestral de Carreiras da Univasf, no qual atuamos na realização, em 1º de outubro, de discussões sobre Mudanças Climáticas e o Rio São Francisco. O processo incluiu interações prévias e posteriores com o grupo, como visitas e trilha no Centro de Formação do IRPAA, palestra em aula curricular e diálogos durante a COP 30;
- 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado em Juazeiro, de 15 a 18 de outubro. Nele, incidimos na pauta da Convivência com os Territórios — tema central do evento —, abordagem que pressupõe a adaptação à realidade climática, seja esta natural ou decorrente de ação antrópica, e que ganhou ampla visibilidade. O evento promoveu ricas partilhas de experiências e conhecimentos sobre agroecologia e Convivência com o Semiárido;
- Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), ocorrida de 10 a 21 de novembro, em Belém (PA), na qual dialogamos com movimentos sociais e lideranças de comunidades tradicionais acerca da luta por justiça climática, soberania territorial e soluções populares. O evento promoveu discussões de amplitude global sobre ações para combater as causas e contribuições antrópicas das mudanças do clima, contando com a participação de líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil.

Representado pela coordenadora administrativa, Nivea Rocha, e pelo coordenador institucional, Clérison Belém, foi realizado pelo IRPAA — no âmbito das ações do Projeto apoiado pela Cáritas Alemã —, um intercâmbio internacional no Quênia. Durante 13 dias do mês de março, os colaboradores visitaram o país africano com foco em experiências de convivência com a aridez. Como ambos os países compartilham desafios climáticos semelhantes — a exemplo de áreas com pluviosidade anual em torno de 200 mm e baixa disponibilidade de águas subterrâneas —, a atividade possibilitou uma rica troca de experiências para fortalecer as estratégias de convivência com a semiaridez e com a aridez no Brasil. Foram visitadas as experiências de criação extensiva de cabras e ovelhas em savanas de uso coletivo, sistema semelhante aos Fundos e Fechos de Pasto da Bahia; Contudo, no Quênia, as áreas são desprovidas de cercas e os rebanhos são pastoreados pelos guerreiros (correspondente a vaquei-

ros) durante a busca de seus alimentos.



Figura 20 – Intercâmbio sobre Convivência com a aridez, no Quênia.

No Quênia, também trocaram-se conhecimentos sobre captação de água de chuva por meio de cisternas e tanques, além do manejo de água a partir da captação em nascentes para abastecimento doméstico. Temas como organização social, saúde, educação, relações de gênero e segurança alimentar estiveram na agenda. Neste último, destacou-se a recente cultura do cultivo de hortaliças, visto que, em um passado próximo, apenas a criação de animais era tida como atividade principal. Somadas às práticas de artesanato, apoiadas por organizações missionárias e pela cooperação internacional, essas ações têm proporcionado um processo de libertação e empoderamento, sobretudo das mulheres, historicamente oprimidas e violadas durante e após a colonização.

Estratégias como canteiros para produção vegetal (Figura 20) e técnicas de bioconstrução das moradias têm proporcionado melhorias na qualidade de vida das famílias quenianas que vivem em comunidades rurais de clima árido, adotando princípios agroecológicos e com impactos semelhantes aos da proposta de Convivência com o Semiárido em curso no Brasil. Ressalta-se, nesse sentido, que o material didático e as metodologias do IRPAA compartilhados com os quenianos — em particular as cartilhas que prezam por imagens — despertaram bastante interesse, em virtude dos temas e da linguagem majoritariamente visual, frente à predominância de pessoas não letradas naquelas comunidades.



Figura 21 – Técnicos da Somália conhecendo a criação de caprinos em Juazeiro, Bahia.

Assim como o IRPAA visitou o continente africano, este ano — repetindo a experiência de 2024 — recebemos mais um grupo de lideranças da Somália em intercâmbio no Brasil. Os visitantes conheceram a proposta de Convivência com o Semiárido defendida pelo IRPAA, em comunidades rurais de Juazeiro, na Central da Caatinga e no Centro de Formação Dom José Rodrigues, onde observaram experiências de captação e armazenamento de água de chuva, reúso de água, criação de caprinos (Figura 21), e comercialização de produtos da agricultura familiar. O evento ocorreu entre os dias 9 e 12 de setembro. Para o visitante Miski Ahmed Mohamud, oficial de projetos da Associação de Água da Chuva da Somália (RAAS), o que mais lhes surpreendeu foi “...a qualidade de vida das famílias na zona rural, que têm água, energia elétrica, internet... elas estão felizes lá”, afirmou. Ele comentou ainda sobre os sonhos da juventude somali: “Chamou a atenção a paz no campo, sem medo de violência. Nosso sonho é ter paz também na Somália, para uma vida segura e de qualidade para os jovens”.

Acerca das mudanças climáticas, tal como a aridez no Brasil, estudamos ampla literatura para compreender as controvérsias existentes, sobre as quais apresentamos as considerações a seguir:

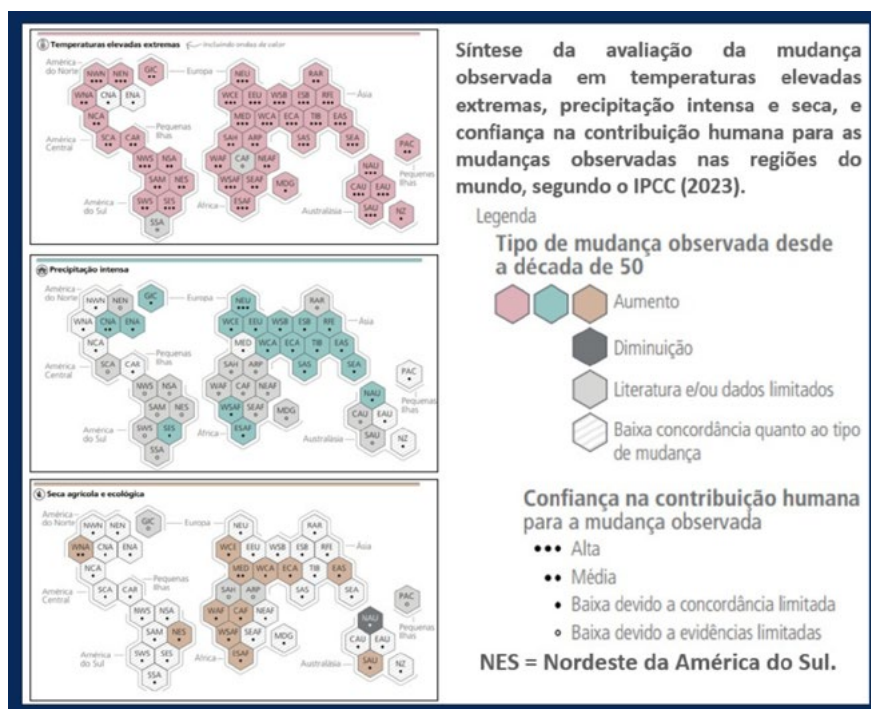


Figura 22 – Síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por regiões (IPCC, 2023).

Considerando aspectos gerais que incluem a região semiárida brasileira, destacam-se conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Em seu Relatório VI (2023), o órgão aponta que no Nordeste da América do Sul — que coincide com o Nordeste do Brasil e onde está inserida a Depressão Sertaneja — observam-se mudanças desde a década de 1950, tais como o aumento de temperaturas extremas e de secas agrícolas e ecológicas. Entretanto, em relação ao grau de confiança na contribuição humana para tais fenômenos, o relatório o considera médio para o aumento de temperatura e baixo para secas, devido a concordância limitada de evidências. Além disso, os dados são inexistentes ou limitados para comprovar mudanças na precipitação intensa (Figura 22).

Na Depressão Sertaneja — que por natureza dispõe secas cíclicas e chuvas irregulares (em volume, tempo e espaço geográfico) e temperaturas relativamente elevadas —, observa-se que a temperatura média não aumentou; ao contrário, apresentou leve tendência de queda entre 1995 e 2024 na Estação Mandacaru (Figura 23). Esta estação, vale ressaltar, localiza-se na zona rural, sem influência direta de fatores urbanos. Logo, é provável que fenômenos recentes, como ondas de calor urbano e desertificação de solos, estejam muito mais relacionados à degradação direta causada pela supressão vegetal e exposição do solo à maior radiação — quando não a própria pavimentação —, bem como ao superpastoreio da Caatinga (Figura 24), do que às mudanças climáticas globais, configurando-se de forma mais acentuada na escala de microclimas.

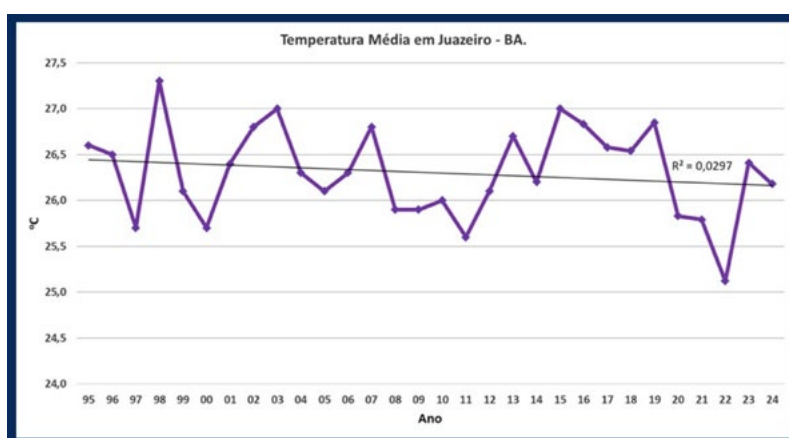


Figura 23 – Temperatura média do ar do município de Juazeiro – BA, no período entre 1995 e 2024.
Fonte: Dados da Embrapa Semiárido – Estação Mandacaru, sistematizado pelo IRPAA.

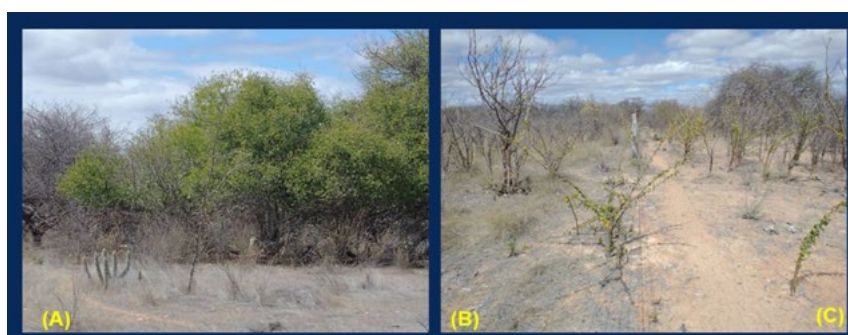


Figura 24 – Área de caatinga conservada (à esquerda) e Área com divisória entre pastoreio sob controle de lotação, por meio de cercamento e provável superpastoreio em Fundo de Pasto, aberto (à direita).

Quanto às precipitações pluviométricas, a queda observada nos volumes dos últimos 30 anos certamente sofreu influência da última seca plurianual — que se alongou por aproximadamente uma década, localizando-se no final do período observado (Figura 1). Considerando que as secas nessa região são cíclicas e um desses ciclos tem duração estimada em 26 anos (sendo cerca de 20 com chuvas normais ou acima da média e seis com chuvas abaixo da média), é possível que a referida seca esteja relacionada a tal fenômeno. Portanto, mantendo-se a lógica desse ciclo, a tendência de queda pode ser revertida nos próximos anos, como indicam as chuvas dos últimos anos (Figura 25).

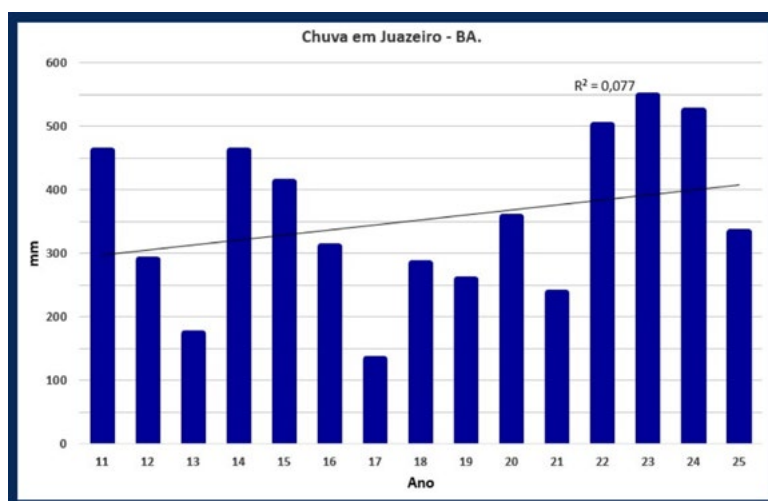


Figura 25 – A chuva anual no município de Juazeiro – BA, no período de 2011 a 2025.
 Fonte: Dados da Embrapa Semiárido – Estação Mandacaru, sistematizado pelo IRPAA.

Como de costume, confeccionamos no final do ano de 2025 e publicamos em seguida a 41ª Carta de Previsão das chuvas. O documento contempla o histórico da chuva no Semiárido de 2023 a 2025, a situação dos fenômenos *El Niño/La Niña* e a temperatura dos oceanos Pacífico e Atlântico, além da previsão para o trimestre de fevereiro a abril de 2026. Apesar de fraca, a presença de *La Niña* aponta probabilidade de chuvas acima da média no Nordeste para o primeiro quadrimestre de 2026; entretanto, é possível que o volume da chuva anual se comporte como no ano anterior, situando-se levemente abaixo da média histórica para a maior parte da região semiárida. A carta é concluída com o seguinte alerta:

Ainda é tempo das comunidades cobrarem dos gestores a limpeza das grandes aguadas, de fazer mutirão para a limpeza das pequenas aguadas e limpar e consertar as bicas dos telhados para que levem a água da chuva para a cisterna. Pode acontecer que a chuva de um mês inteiro caia em apenas uma noite. Temos que estar preparadas para colher a água da chuva. Também é momento de muita atenção com o rebanho. Animais fracos resistem menos a uma chuva forte. É importante fornecer sal mineral e vacinar os animais contra a verminose, além de manter o rebanho no chiqueiro todas as noites.

Ao longo do ano, realizamos e apoiamos eventos e outras atividades demandadas por instituições, grupos parceiros e movimentos sociais que requerem o envolvimento do Eixo, visando ao fortalecimento dos projetos e da missão do IRPAA. Dentre essas ações, destacam-se:

- Aula inaugural sobre Princípios Socioambientais, para estudantes ingressos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Juazeiro (BA), em 30 de julho;
- Apoio para pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), de Feira de Santana, durante o mês de julho, na coleta do solo em áreas de recaatingamento nos Municípios de Uauá, Curaçá, Canudos e Juazeiro, para avaliar impactos do recaatingamento na qualidade do solo e na retenção de carbono;
- Formação em Saneamento Básico Rural para membros do GT de Saneamento Rural do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), realizada nos dias 10 e 11 de junho. A atividade incluiu visita técnica no Centro de Formação Dom José Rodrigues e acompanhamento às comunidades de Açude da Rancharia, em Juazeiro, e Serra dos Morgados, em Jaguarari;
- Participação e contribuição no debate durante a celebração do aniversário da Embrapa 50 anos: Ciência que promove o futuro em Petrolina, durante os dias 19 à 22 de maio;
- Apoio e participação na III Oficina sobre Plantas Medicinais da Caatinga, realizada por estudantes e professores da UNIVASF, em maio, capacitando agricultores e jovens em técnicas sustentáveis de extração de óleos e essências de plantas medicinais da Caatinga;
- Participação na 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID 2025) em Fortaleza, realizado nos dias 15 a 19 de setembro;
- Palestra no II Simpósio de Ciência do Solo - Agricultura Bioessalina: Alternativa para o Semiárido e no II Simpósio de Ciência em Cena – Tecnologias Hídricas Sociais, na UNEB Juazeiro, nos dias 03 e 04 de julho de 2025;
- Apoio na estruturação e manutenção da EFA de Casa Nova (Figura 26), bem como na formação de educadores, gestores e estudantes. As atividades ocorreram no Centro de Formação Dom José Rodrigues e na sede da referida escola;
- Assessoria técnica à Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), realizada no Centro de Formação em Igaci (AL), para a implementação de um Sistema Comunitário de Coleta e Tratamento de Esgoto, para fins didáticos e estruturais do reúso agrícola de efluentes domésticos;
- Apoio na captação de recursos e implementação de uma agroindústria de beneficiamento de frutas, seis galinheiros e cinco apriscos, via Fundo Casa Socioambiental, para

Associações Comunitárias do município de Campo Formoso.



Figura 26 – Sede (A) e integrantes da Escola Família Agrícola da Caatinga (B) de Casa Nova, Bahia.

Ressaltamos que, por meio do trabalho de articulação política institucional — voltado à busca por concertação, retomada e criação de políticas públicas, bem como o apoio aos projetos institucionais desenvolvidos pelo IRPAA (especialmente aqueles relacionados aos objetivos do Eixo Clima e Água) —, foram estabelecidos contatos, sobretudo pela coordenação colegiada, com diversos grupos, movimentos, instituições da sociedade civil e órgãos públicos, tais como:

- Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia;
- Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia;
- Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia;
- Superintendência de Agricultura Familiar da Bahia;
- Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Instituto Nacional do Semiárido;
- Universidade Federal do Vale do São Francisco;

- Governo do Estado da Bahia / Secretaria de Desenvolvimento Rural;
- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional;
- Articulação Semiárido Brasileiro, e diversas entidades afiliadas;
- Rede das Escolas Família Agrícola Integradas do Semiárido;
- Associação das Escolas, Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia;
- Movimento dos Pequenos Agricultores;
- Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte;
- Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva;
- Movimento de Organizações Comunitárias.

4. RESULTADOS QUALITATIVOS (AVANÇOS)

De modo geral, apesar dos desafios, 2025 foi um ano bastante produtivo para os povos e comunidades do Semiárido brasileiro e para a missão do IRPAA no tocante ao clima e à água, destacando a saída do Brasil, mais uma vez, do Mapa da Fome da ONU – quando o índice de subalimentação fica inferior a 2,5% da população.

O volume de recursos pleiteados via editais e chamadas públicas nacionais no segundo semestre e contratados para o próximo ano contribuiu para o retorno de boa parte da equipe técnica que havia ficado sem contrato no primeiro semestre, bem como possibilitou retomada e até expansão da atuação com atividades sistemáticas em municípios distintos do Território Sertão do São Francisco, a exemplo da execução de ações do Programa Cisternas nos municípios de Ponto Novo e Filadélfia, no Território Piemonte Norte do Itapicuru.

Ressalta-se que o Programa Cisternas, do Governo Federal, ganhou fortes impulsos de recursos em 2025, resultando no estabelecimento de novos contratos e aditivos aos preexistentes. O repasse de recursos para os estados resultou em novos editais, nos quais o IRPAA logrou pleitear e diversificar suas atividades, a exemplo da implementação de cisternas de primeira água (16m³) em escala, sendo estreante nesse tipo de execução, com meta de 214 famílias nos municípios de Juazeiro e Uauá, via contrato com a Seades.

A expressiva incidência e contribuição em grandes eventos no segundo semestre de 2025, tais como o CBA, Semiárido show e COP 30, deram bastante visibilidade à proposta de Convivência com o Semiárido, inspirando instituições, sociedade e Estado para o seu desenvolvimento em outros Territórios, a longo prazo.

A capacidade de incidir pela garantia de direitos das populações vulneráveis — não

apenas reivindicando, mas propondo e ajudando implementar soluções duradouras e, sobretudo com inovações necessárias e pertinentes na conjuntura atual, a exemplo da educomunicação, do recaatingamento e do saneamento rural com reúso de água — é bastante reconhecida, como ilustra afirmativa: “*Hoje o IRPAA é uma potência*”, proferida por José Farias, economista e Coordenador Geral de Estudos, Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação da Sudene, em diálogos, durante o II Congresso de Saneamento Rural em Petrolina (PE).

Na conjuntura nacional, a defesa da democracia com punição enfática dos que tentaram um golpe de Estado no Brasil e, dentre os episódios, consta a depredação de equipamentos públicos nos prédios dos três poderes em Brasília, em 08 de janeiro de 2023, é considerada um exemplo para o mundo. As condenações pelo STF, seguidas de prisões, foram de vândalos, a mandantes e pessoas de alto escalão militar que participaram do planejamento e execução de uma série de conspirações, por ocasião do governo de Jair Bolsonaro – ex-presidente que se encontra preso junto com centenas de outros agentes da desordem golpista. Isso não resolve os problemas relacionados a abusos de poder no Brasil, mas, pedagogicamente, foi uma ótima oportunidade de reflexão sobre democracia e soberania nacional e contribuiu com a melhoria da atuação do poder judiciário — marcado historicamente por negligências e alinhamento com as classes dominantes da política brasileira.

5. DESAFIOS E DIFICULDADES

No campo institucional, o IRPAA seguiu enfrentando dificuldades estruturais relacionadas à captação e à sustentabilidade de projetos capazes de assegurar a gestão institucional, incluindo o pagamento da equipe da coordenação colegiada, a gerência de projetos e a manutenção do Centro de Formação Dom José Rodrigues. Outro desafio interno foi a redução da equipe técnica decorrente do encerramento de alguns projetos, o que impactou diretamente a capacidade de acompanhamento sistemático de algumas ações em campo, bem como a presença em espaços de controle social e conselhos municipais durante o segundo semestre de 2025.

Do ponto de vista territorial — apesar dos avanços nas tecnologias de captação de água de chuva e no saneamento rural com reúso de água —, persistem limitações estruturais no atendimento a famílias em situação de dispersão territorial e comunidades historicamente invisibilizadas, exigindo qualificação permanente das práticas e incidência política para seu reconhecimento nas políticas públicas.

Outro desafio recorrente refere-se à escassez de mão de obra qualificada, especialmente de pedreiros capacitados para a construção de cisternas e sistemas de reúso de água. A descontinuidade de políticas públicas nos últimos anos contribuiu para a desmobilização desses profissionais, que atualmente são disputados por grandes empreendimentos regionais, elevando custos e dificultando o ritmo de implementação das tecnologias sociais.

Destaca-se ainda, como desafio transversal, a gestão comunitária das tecnologias de água e saneamento, sobretudo nos casos em que a execução ocorre sem a devida inclusão de agricultores e agricultoras locais ou sem acompanhamento técnico continuado, comprometendo a apropriação social das tecnologias, sua manutenção e o fortalecimento da autonomia comunitária.

No campo socioambiental e político, os desafios seguem fortemente condicionados pela conjuntura nacional e internacional. Apesar dos compromissos discursivos assumidos por governos e organismos multilaterais, observa-se a manutenção da dependência dos combustíveis fósseis, a mercantilização do carbono e a retomada de propostas legislativas regressivas — como o chamado “PL da devastação” —, fragilizando avanços já conquistados na agenda ambiental e climática.

Por fim, evidencia-se a baixa adesão social a algumas agendas de mobilização, como as atividades alusivas ao Dia Mundial da Água, o que revela desafios persistentes de comunicação, sensibilização e engajamento em um contexto marcado por múltiplas crises sociais e econômicas. Soma-se a esse cenário o avanço de narrativas oportunistas em torno das emergências climáticas e o enfraquecimento dos vínculos comunitários, influenciado pela difusão do individualismo, impondo desafios adicionais aos processos organizativos e de mobilização social.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

Internamente, o IRPAA passará por uma reestruturação da coordenação colegiada com perspectiva de redução de três para dois integrantes, em virtude, dentre outros fatores, da escassez de recursos para essas funções específicas que dificilmente têm sido contempladas nos projetos pleiteados atualmente.

Do ponto de vista da atuação político-educativa, continuaremos o trabalho de articulação e incidência para a manutenção e ampliação de projetos desenvolvidos com recursos nacionais e internacionais, em prol da consolidação da Convivência com o Semiárido. Nossa perspectiva é dar escala ao acesso das populações a recursos públicos para a implementação de tecnologias sociais inovadoras e consolidadas no âmbito da recuperação de solos, fontes hídricas naturais e da biodiversidade, bem como da geração de energia solar (descentralizada e de pequena escala), além do saneamento rural com reúso de água — ações que se fazem necessárias na conjuntura atual.

Também estaremos atentos e subsidiando debates relacionados ao desenvolvimento territorial e nacional com sustentabilidade e equidade, especialmente neste ano eleitoral, no qual serão escolhidos novos gestores executivos e legislativos, nas esferas estadual e federal, no Brasil. É necessário denunciar os retrocessos — sobretudo os legislativos — e defender as pautas da Convivência com os Territórios durante o pleito eleitoral.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado pelo IRPAA em 2025 gerou resultados satisfatórios, frente aos objetivos propostos no planejamento decenal e anual da instituição, em particular do Eixo Clima e Água, do qual trata esse capítulo.

Apesar de retrocessos e instabilidades em políticas públicas de interesse da sociedade civil no Brasil, bem como crises global e nacional de diversas naturezas, observamos atualmente — ao menos no Poder Executivo — expressiva sensibilidade às causas sociais e que o IRPAA, por meio de seus projetos executados com apoio da cooperação internacional e de recursos nacionais, tem contribuído para que a sociedade civil atue no controle social e no acesso a direitos básicos das pessoas e da natureza. Uma das estratégias exitosas de trabalho que será mantida é a atuação em redes de instituições afins e por eixos temáticos (água, educação, assessoria, comercialização, entre outros).

A correalização do 11º Semiárido Show, junto à Embrapa, e do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Univasf, somada à participação de colaboradores do IRPAA na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) — um deles como representante legal da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) —, aliadas à continuidade das atividades de formação, articulação e incidência política, fortaleceram o trabalho institucional e trouxeram perspectivas de novos aportes de recursos nacionais para ações estruturantes de ATER, acesso à água e produção de alimentos para os próximos períodos.

Logo, seguiremos atuando em diversos níveis para garantir a continuidade das ações no ano que se segue, com destaque às seguintes pretensões:

- No âmbito nacional, seguiremos atuando em espaços de participação e controle social, dentre outros, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAP), principal instância de formulação de políticas públicas para a agricultura familiar;
- No combate à desertificação, continuaremos a incidir em espaços de controle das políticas nacionais, a exemplo da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, bem como na promoção do recaatingamento e do saneamento rural, em diálogos direto com a MMA, MDA e MDS;
- Em nível estadual, manteremos as ações de incidência junto às secretarias estaduais, com foco na implementação da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, incluindo diálogos junto à SDR na perspectiva de viabilizar ações de Saneamento Rural com reúso de água no Semiárido baiano;
- No âmbito regional, seguiremos a atuação junto ao Consórcio Nordeste, especialmente na Câmara Temática da Agricultura Familiar, levando a pauta do acesso e da gestão da água e demais bens naturais como estratégias estruturantes de Convivência com o

Semiárido.

A caminhada mostra que é possível resistir e avançar ainda mais na Convivência com o Semiárido por um mundo mais justo!

EIXO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO



1. INTRODUÇÃO

O Eixo Educação e Comunicação do Irpaa tem como objetivo contribuir na formação dos povos do Semiárido na perspectiva da Educação Contextualizada e da Comunicação para a Convivência com o Semiárido. Nesse sentido, tem avançado a cada ano, evidenciando que a integração entre esses dois campos estratégicos foi uma decisão acertada, pois potencializa processos formativos, amplia o alcance político das ações e fortalece a construção coletiva do conhecimento. A atuação integrada tem possibilitado maior interação e troca entre todos/as os/as integrantes do eixo, que vêm se apropriando de debates, metodologias e práticas pedagógicas e comunicacionais, formando uma equipe com visão ampliada e crítica sobre as temáticas estruturantes da Convivência com o Semiárido.

No âmbito da incidência política, o período foi marcado por um avanço expressivo nas redes de articulação. O reconhecimento do Irpaa como referência em **Educação Contextualizada** refletiu-se na intensificação das formações em todo o Território Sertão do São Francisco e na aproximação estratégica com secretarias municipais de educação. Paralelamente, a comunicação reafirmou seu papel como instrumento de disputa de narrativa, promovendo discussões profundas sobre justiça climática, segurança alimentar e agroecologia. A presença em espaços globais de decisão, como a **COP 30** e a **Cúpula dos Povos**, reforçou a projeção das demandas locais em espaços internacionais de debate.

Por fim, a caminhada de 2025 reafirmou o compromisso com a justiça social e ambiental. A transversalização das pautas de direitos das mulheres, o enfrentamento ao racismo estrutural e a defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) permearam as ações do Eixo.

2- NOSSA CAMINHADA EM 2025

Em 2025, foi possível fortalecer significativamente a atuação do Eixo nas redes de educação e de comunicação, a partir de uma incidência política qualificada e da construção coletiva com organizações, movimentos sociais e instituições parceiras. Esse processo resultou em conquistas importantes, que se expressam tanto no reconhecimento do Irpaa como referência em Educação Contextualizada quanto na ampliação dos espaços de diálogo e decisão. As formações em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido foram intensificadas em todo o Território Sertão do São Francisco, contribuindo para o aprofundamento do debate pedagógico nas escolas e para a aproximação com secretarias municipais de educação, ainda que persistam desafios relacionados à institucionalização dessa abordagem nos sistemas públicos de ensino.

No campo da comunicação, a adoção de uma estratégia articulada e politicamente orientada fortaleceu as narrativas sobre a Convivência com o Semiárido, a Agroecologia e a Agricultura Familiar. As produções desenvolvidas ao longo do ano se destacaram pelo ca-

ráter inovador, pela linguagem acessível e, sobretudo, pela densidade política, contribuindo para provocar reflexões críticas entre ouvintes, leitores e seguidores sobre temas como justiça climática, segurança alimentar e nutricional, sistemas agroalimentares, políticas públicas e desigualdades sociais no Semiárido. A comunicação deixou de ser apenas um instrumento de divulgação para se afirmar como ferramenta pedagógica e de incidência política.

O Eixo também avançou no fortalecimento das discussões políticas relacionadas aos direitos das mulheres no Semiárido, ao enfrentamento do racismo estrutural e à defesa dos direitos e do reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Essas temáticas foram transversalizadas nas ações formativas e comunicacionais, reafirmando o compromisso institucional com uma perspectiva de desenvolvimento que seja socialmente justa, ambientalmente sustentável e culturalmente diversa.

A participação no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, bem como a vivência na COP 30 e na Cúpula dos Povos, configuraram-se como espaços estratégicos de aprendizado, articulação e incidência, contribuindo de forma decisiva para a formação crítica e política da equipe.

Em 2025, os projetos de cooperação internacional alocados no eixo — como **DKA/Casa do Mundo e Kindermissionswerk** — seguiram desempenhando papel fundamental na sustentação financeira e metodológica das ações, viabilizando a continuidade e o aprofundamento das formações em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento do trabalho de comunicação. Paralelamente, projetos de menor porte, executados em rede com organizações parceiras, ampliaram o alcance territorial e temático das discussões, demonstrando que a atuação articulada e em rede permanece como estratégia central para enfrentar os desafios complexos impostos ao Semiárido brasileiro.

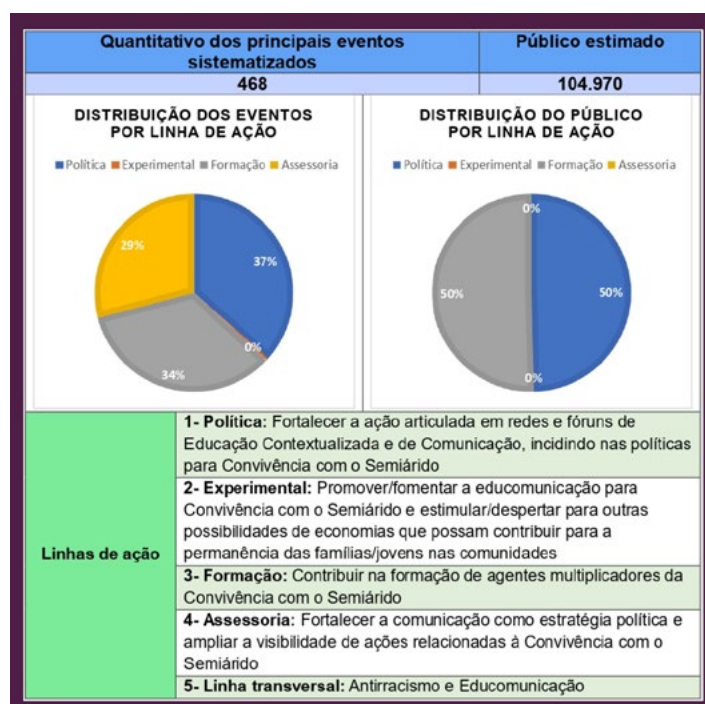


Figura 27- Dados das principais ações realizadas ou que contribuímos em 2025.

2.1. Descrição das ações nas linhas prioritárias de atuação do Eixo Educação e Comunicação

2.1.1. POLÍTICA

REDES DE COMUNICAÇÃO

A linha política no Eixo Educação e Comunicação tem como objetivo fortalecer a ação articulada em redes e fóruns de Educação Contextualizada e de Comunicação, incidindo nas políticas para Convivência com o Semiárido. Desse modo, em relação às redes de comunicação que o Eixo participa são: Rede ATER Nordeste de Agroecologia, Articulação Semiárido Brasileiro da Bahia (ASA-BA) e Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA).

Rede ATER NE de Agroecologia

Em 2025, a comunicação da Rede ATER Nordeste de Agroecologia — composta por 12 organizações do Nordeste — foi significativamente fortalecida a partir do **reconhecimento coletivo de seu papel estratégico na incidência política** em torno das agendas da Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER), da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido. A comunicação passou a ser compreendida não apenas como instrumento de divulgação, mas como dimensão central para influenciar a formulação, o acompanhamento e a defesa de políticas públicas alinhadas às demandas dos territórios.

Esse avanço foi possibilitado por uma melhor articulação interna do coletivo e do grupo gestor, composto por comunicadores e comunicadoras da AS-PTA, do Centro Sabiá e do Irpaa. Essa instância contribuiu para qualificar o planejamento, organizar fluxos de produção e fortalecer a coerência política das narrativas construídas, ampliando a capacidade de atuação conjunta da Rede.

As produções de conteúdo vinculadas às ações do projeto Cultivando Futuros tiveram papel central na **ampliação da visibilidade da Rede**, impulsionando tanto o perfil institucional no Instagram quanto o site lançado em outubro de 2024. A comunicação também contribuiu de forma decisiva para a elaboração e difusão dos cadernos de estudos e monitoramento de políticas públicas, fortalecendo o caráter pedagógico e político das publicações e ampliando seu alcance junto a gestores, organizações e movimentos sociais.

A participação em todos os encontros virtuais e presenciais da Rede também é um destaque, pois promove a formação crítica política dos/as comunicadores/as envolvidos, resultando em produções comunicacionais com mais densidade política.

A divulgação do intercâmbio realizado na Alemanha evidenciou a força da agroecologia e da agricultura familiar brasileiras, destacando o potencial das experiências construídas nos

territórios do Semiárido para contribuir com o enfrentamento da fome e da crise dos sistemas alimentares em escala global. Outro destaque do ano foram as produções voltadas à **incidência política da Rede em Brasília**, refletindo na **mobilização estratégica para financiamento de projeto para a Rede ATER NE de Agroecologia junto ao MDS e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)**. Bem como a divulgação estratégica das mobilizações contrárias ao acordo firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A atuação comunicacional da Rede foi fundamental para dar visibilidade às críticas apresentadas, colaborando para a revogação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 22/2025, anunciada em dezembro de 2025.

Ao longo do ano, também foram realizadas formações específicas para o coletivo de comunicação da Rede, reafirmando a importância da formação continuada para comunicadores e comunicadoras que atuam nos campos da Convivência com o Semiárido e da Agroecologia. Esse processo formativo contribuiu para **qualificar práticas, aprofundar a leitura de conjuntura e fortalecer uma comunicação comprometida com a incidência política, a justiça social e a transformação dos territórios**.

Alguns desdobramentos da Rede ATER, como os projetos **Cultivando Futuros e Barúnas dos Sertões**.

O projeto “**Cultivando Futuros: transição agroecológica justa em sistemas alimentares do Semiárido Brasileiro**”, executado nos anos de 2024 e 2025, foi desenvolvido pelo Irpaa no município de Juazeiro, sob coordenação do Eixo Educação e Comunicação. A iniciativa teve como objetivo central **monitorar as políticas públicas voltadas aos sistemas agroalimentares e à transição agroecológica**.

As ações territoriais do projeto ocorreram diretamente em **25 municípios do Semiárido brasileiro**, abrangendo uma população estimada de 866.207 pessoas e 42.672 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Essa abrangência territorial permitiu evidenciar a diversidade de realidades locais e, ao mesmo tempo, os desafios comuns enfrentados pelos sistemas alimentares no Semiárido, especialmente no que se refere ao acesso a políticas públicas, à valorização dos saberes locais e à promoção de práticas agroecológicas.

No campo da incidência política, o projeto Cultivando Futuros contribuiu de forma significativa para o **fortalecimento da atuação da Rede ATER Nordeste de Agroecologia** em espaços estratégicos de formulação e controle social de políticas públicas, como o **CONDRAF** e a **CNAPO**. Além disso, organizações integrantes da Rede também ampliaram sua participação no **CONSEA**, reforçando a defesa da Agroecologia e da Agricultura Familiar como pilares para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

Ao longo de 2025, foram realizadas oficinas voltadas à construção das trajetórias dos sistemas agroalimentares nos municípios envolvidos, bem como fóruns multiatores que reuniram representantes da sociedade civil, gestores governamentais e, em menor escala, o setor

privado. Um dos principais resultados do projeto foi a produção dos Cadernos “**Estações de Monitoramento de Políticas Públicas no Semiárido Brasileiro**”, fruto de um consistente processo de pesquisa, sistematização e incidência política conduzido pela Rede ATER Nordeste de Agroecologia no âmbito do Cultivando Futuros. As publicações reúnem 12 estudos de caso desenvolvidos nos territórios de atuação das organizações da Rede, presentes em seis estados do Nordeste — Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. O foco dos cadernos é subsidiar ações de incidência política e propor transformações estruturais nos sistemas alimentares do Brasil e da Alemanha, a partir do intercâmbio de conhecimentos, experiências e perspectivas críticas entre os dois países. O caderno produzido pelo Irpaa pode ser acessado pelo link: <https://irpaa.org/cartilhas/do-passado-ao-futuro-politicas-publicas-incidencia-e-sistemas-agroalimentares-em-juazeiro-na-bahia/>



Figura 28 - Capa do caderno do Cultivando Futuros-Irpaa

O projeto também viabilizou a realização de um **intercâmbio internacional na Alemanha**, que incluiu visitas técnicas, como a participação em uma feira orgânica, a apresentação de experiências brasileiras de incidência política e fortalecimento da agricultura familiar, além da participação em debates sobre a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP). Destaca-se ainda a colaboração na oficina preparatória da sociedade civil para a **Conferência “Políticas contra a Fome”**, que reuniu representantes de cerca de 15 países, ampliando o diálogo internacional sobre sistemas alimentares justos e sustentáveis.

O “Cultivando Futuros” foi uma realização da AS-PTA em parceria com a Brot für die Welt, com financiamento do Ministério Federal da Alimentação e da Agricultura da Alemanha (BMEL), por meio da Rede ATER Nordeste de Agroecologia.

Os aprendizados acumulados ao longo da execução do projeto Cultivando Futuros evi-

denciam que a **transição agroecológica e a transformação dos sistemas alimentares no Semiárido** exigem processos contínuos de incidência política, articulação em rede e escuta qualificada dos territórios.

Outro desafio central refere-se à necessidade de ampliar o protagonismo de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais, não apenas como participantes, mas como sujeitos estratégicos na formulação e no monitoramento das políticas. Por outro lado, o projeto reafirmou que o trabalho em rede, aliado à cooperação internacional e à produção sistematizada de conhecimento, fortalece a capacidade de incidência política e contribui para a construção de narrativas e propostas concretas para sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e alinhados à realidade do Semiárido brasileiro.

O Curso de **Especialização e Extensão em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecológica, Feminista e Antirracista no Semiárido Brasileiro**, desenvolvido no âmbito do Projeto Baraúnas dos Sertões, tem como objetivo qualificar agentes de ATER, agricultores e agricultoras, jovens e lideranças sociais para uma atuação comprometida com agroecologia, feminismo e antirracismo. A proposta formativa busca fortalecer a agricultura familiar no Semiárido, promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional e incidir de forma crítica na construção, no aprimoramento e no controle social das políticas públicas, com especial atenção à valorização das mulheres, das juventudes e à transformação estrutural dos territórios.

Na primeira edição do curso, o Irpaa teve participação estratégica e ativa, indicando 15 jovens e integrantes de sua equipe para compor a turma, contribuindo de forma direta para a construção da matriz curricular e assumindo a **condução dos módulos virtuais “Antirracismo: da teoria à prática” e “Descolonialidade do Saber”**, além da orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). A realização desses módulos possibilitou aprofundar a compreensão crítica sobre o racismo estrutural no campo, os impactos do colonialismo na produção do conhecimento e na prática da ATER, bem como estimular a revisão de metodologias e posturas institucionais. Como efeito direto, observou-se o fortalecimento de práticas extensionistas mais sensíveis às desigualdades (raciais e de gênero) e a ampliação do repertório político-pedagógico.

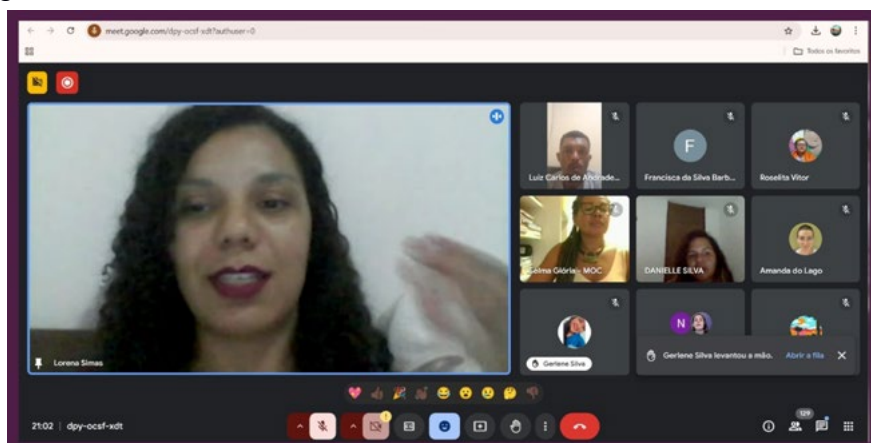


Figura 29 - Aula virtual módulo Descolonialidade do Saber

Para a segunda turma do curso, iniciada em novembro de 2025, o Irpaa ampliou sua contribuição ao indicar 18 participantes, entre estudantes da República e integrantes da equipe institucional. A **continuidade da atuação do Irpaa na condução dos módulos de Antirracismo e Descolonialidade**, prevista para 2026, aponta para o aprofundamento desses debates no processo formativo, consolidando aprendizados da primeira edição e potencializando seus efeitos. A expectativa é que essa formação continuada contribua para a qualificação das práticas de ATER no Semiárido, fortalecendo o protagonismo de mulheres e jovens, promovendo relações mais justas nos territórios e ampliando a capacidade de incidência política dos/as participantes na defesa da Agroecologia e dos direitos dos povos do Semiárido brasileiro.

Essa contribuição está ligada diretamente a uma das linhas transversais do Eixo, o enfrentamento ao racismo estrutural, compreendido como um elemento histórico e sistêmico que organiza desigualdades no campo, define o acesso diferenciado a direitos, terras, políticas públicas e recursos, e impacta de forma direta a atuação da ATER e os modos de vida no Semiárido. Ao incorporar essa perspectiva de forma crítica e metodológica nas formações, o Eixo contribui para desnaturalizar práticas institucionais excludentes, qualificar a leitura dos territórios e fortalecer ações que reconhecem e valorizam os saberes, as trajetórias e o protagonismo de populações negras, povos indígenas e comunidades tradicionais, reafirmando o compromisso com uma ATER agroecológica, feminista, antirracista e socialmente transformadora.

O Projeto Baraúnas dos Sertões é uma iniciativa da Rede ATER Nordeste de Agroecologia, Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e do GT de Mulheres da ANA. As ações do Baraúnas dos Sertões, que também têm como um dos objetivos a formação de juventudes, são realizadas em parceria com: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Governo Federal; Núcleo Jurema, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADURPE), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e Universidade Federal do Piauí (UFPI).

ASA-Bahia

No âmbito do **coletivo de comunicação da ASA-Bahia**, também foram registrados avanços importantes em 2025, especialmente no que se refere à qualificação da articulação interna entre seus integrantes. Ao longo do ano, o coletivo conseguiu organizar de forma mais sistemática as produções de conteúdo, **ampliando a participação da maioria dos/as comunicadores/as** envolvidos/as e conferindo maior regularidade e dinamismo ao perfil da ASA-Bahia no Instagram. Paralelamente, foram realizados momentos formativos voltados à compreensão da conjuntura política e ao aprofundamento do papel da Articulação Nacional do Semiárido (ASA), reforçando a **comunicação como ferramenta estratégica de análise, mobilização e incidência política**.

A participação no **Encontro Estadual da ASA-Bahia** constituiu-se em espaço central para o planejamento anual do coletivo de comunicação e para o reconhecimento da comunicação como dimensão transversal e estratégica em todas as organizações que integram a rede. Nesse espaço, foram fortalecidas as narrativas em torno da Convivência com o Semiárido, da defesa de políticas públicas contextualizadas — com destaque para o Programa Cisternas — e do papel das organizações da sociedade civil na construção de alternativas de desenvolvimento para o Semiárido, com impactos diretos na melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Destaca-se, ainda, a **ampliação do diálogo e da articulação com a ASACom**, o que possibilitou parcerias mais consistentes nas produções comunicacionais voltadas à Convivência com o Semiárido. Essa aproximação foi fundamental para qualificar as narrativas construídas, ampliar o alcance das ações e reforçar a comunicação como instrumento político fundamental na defesa dos direitos das populações do Semiárido.

Articulação de Agroecologia da Bahia - AABA

Seguimos integrando e acompanhando o andamento das atividades do **Coletivo de Comunicação da Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA)**. Embora persistam desafios na articulação de um planejamento conjunto de publicações, entre outras atividades, o coletivo permaneceu articulado através do grupo no WhatsApp. Há o entendimento e ações no sentido de fortalecer o debate da importância da ATER agroecológica — inclusive com a comunicação sendo parte deste processo — para além de apenas “dar visibilidade” às atividades realizadas pelas entidades e da Rede. Nesse sentido, o coletivo realizou, por exemplo, reuniões on-line para articular a participação e quais seriam as contribuições durante o **Seminário de Metodologias Agroecológicas**, realizado em parceria com a Bahiater. O evento aconteceu no início de outubro e integrantes desse grupo produziram peças de comunicação e se somaram nos debates voltados ao aprimoramento da ATER.

Fica como desafio a ser superado, no nosso entendimento, a necessidade das organizações integrantes da Rede compreenderem melhor o contexto em que as/os comunicadoras/es das organizações estão e todo o trabalho desenvolvido em suas respectivas entidades. É fundamental fortalecer a compreensão de que “o fazer junto” precisa ser potencializado. O coletivo finaliza o ano de 2025 com encaminhamentos para realizar uma reunião de planejamento já no início de 2026.

REDES DE EDUCAÇÃO

Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB)

Em 2025, a **RESAB** buscou fortalecer e reanimar as organizações que compõem o coletivo, com o objetivo de alinhar as ações em rede, mantendo como pilar central a defesa da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido. Nesse cenário, o IRPAA mantém a sua atuação como membro titular.

A RESAB **avançou na mobilização das organizações** para o planejamento do Seminário comemorativo dos 25 anos da rede, bem como no cumprimento das ações previstas em seu plano de ação. As primeiras reuniões foram dedicadas ao planejamento das atividades, com destaque para o mapeamento, a reorganização e a sistematização dos materiais didáticos e paradidáticos contextualizados já produzidos pela rede e por organizações parceiras.

Houve também avanços no diálogo com gestores e secretarias de educação, a partir da proposição de cursos de formação continuada para profissionais da área; na organização de acervos fotográficos e documentais para a construção da linha do tempo da rede; e no início do processo de digitalização de livros, folhetos e outras produções, com o objetivo de preservar e manter viva a trajetória da RESAB. Destaca-se ainda a **criação do canal no YouTube e recuperação do instagram**, para ampliação da visibilidade e divulgação do trabalho desenvolvido pela rede, além do fortalecimento dos espaços de incidência e construção de políticas públicas dos quais a RESAB participa.

A Resab realizou uma importante reunião técnica com o **Instituto Nacional do Semiárido (INSA)**, com o tema: Fortalecimento da Educação Contextualizada e das ações estratégicas de Convivência com o Semiárido Brasileiro no Âmbito das Ações do INSA. E para 2026, as propostas apresentadas visam fortalecer a articulação entre instituições de ensino superior, pesquisa e organizações sociais do Semiárido, reconhecendo o território não apenas como recorte geográfico, mas como referência epistêmica para ensino, pesquisa e extensão.

Destacam-se a construção de uma agenda colaborativa entre universidades e grupos de pesquisa; a reedição e ampliação de editais de apoio à Educação Contextualizada e às tecnologias sociais de Convivência; a disponibilização de bolsas complementares para a formação acadêmica e de educadores; e a institucionalização do Seminário INSA–RESAB como espaço permanente de articulação científica e política.

Como propostas estruturantes, aponta-se a criação de observatórios, laboratórios, programas de jovens pesquisadores, fundos de apoio comunitário e a publicação periódica de diagnósticos sobre a educação e a ciência no Semiárido. Os encaminhamentos incluem a constituição de um grupo técnico INSA–RESAB, a definição de cronograma, áreas prioritárias, fontes de financiamento e a pactuação de responsabilidades institucionais, com vistas à consolidação de uma política integrada e sustentável para a Convivência com o Semiárido.

Reafirmamos que a ocupação desses espaços tem sido estratégica para o debate e a proposição de políticas públicas, bem como para o fortalecimento da perspectiva da Convivência com o Semiárido e da defesa de uma Educação Contextualizada, tanto no campo quanto na cidade.



Figura 30 - Reunião RESAB

Fórum Estadual de Educação do Campo - FEEC

Ao longo do ano de 2025 o **FEEC** realizou reuniões remotas e encontros presenciais que, no contexto de retomada e rearticulação da conjuntura do país, tiveram como centralidade o objetivo: **o acesso aos sujeitos do campo, das águas e das florestas a uma educação contextualizada**, que contemple as diversas realidades, culturas e identidades. O Irpaa compõe o FEEC enquanto membro titular e integra a coordenação executiva do fórum.

Dentre as ações do presente ano, contamos com avanços significativos, a reestruturação de programas e também de muitos enfrentamentos. A partir desses processos de fortalecimento dos espaços de participação social, a nível nacional, o **Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)** esteve ainda mais articulado, com reuniões e diálogos mais próximos entre sociedade civil e poder público. Destacamos a reestruturação do **Novo PRONACAMPO** — uma política do Ministério da Educação (MEC) —, lançada em julho de 2025, focada em ampliar, qualificar e garantir o acesso e a permanência de estudantes na educação do campo, das águas e das florestas.

No âmbito Estadual, evidenciamos a contribuição na **construção do documento dos componentes curriculares e ementas específicas da educação do campo**, resultando, posteriormente, na institucionalização da matriz curricular da educação do campo na rede estadual de ensino.

Em contraponto, o fórum segue em enfrentamento a esse mesmo Estado e ao EMITEC, que é o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica, um projeto do Governo da Bahia que leva o ensino médio a regiões remotas usando tecnologia (aulas ao vivo, plataformas digitais) para conectar alunos e professores, sendo um modelo de ensino híbrido que visa facilitar o acesso à educação para jovens que não conseguem frequentar escolas presenciais por dis-

tância ou outras dificuldades, na prática, estudantes aprendem a partir de um aparelho de televisão.

Em razão da defasagem em relação aos profissionais da educação e contribuição no fechamento das escolas, o fórum solicitou uma reunião com o EMITEC e com Secretaria de Educação do Estado, momento essencial em que foi apresentada uma carta denunciando as problemáticas que esse tipo de programa tem ocasionado em nossas comunidades campesinas e para nossa juventude. Seguimos esperançosas/os por melhorias diante desse cenário que, inclusive, é comprovado a partir dos dados dos fechamentos das escolas do campo. A pesquisa está na fase de publicação de seu material sobre o Diagnóstico de Fechamento das Escolas do Campo na Bahia e de realização de apresentação em todo o Estado, previsto para 2026 no Território Sertão do São Francisco.

No âmbito territorial, seguimos rearticulando o grupo e o diálogo junto aos municípios, processo no qual o projeto tem sido crucial e contribuído diretamente nessa reorganização. Ao final de 2025, a secretaria executiva do fórum foi reestruturada; o Irpaa segue compondo-a, sendo a única organização do território Sertão do São Francisco presente no FEEC, o que amplia nossa responsabilidade de alinhamento e fortalecimento das ações.

Nas perspectivas para o próximo período, temos como objetivos aprimorar o calendário de reuniões — desafio ainda a ser superado — e reorganizar os grupos territoriais do fórum. Além disso, buscaremos propor e problematizar políticas públicas de educação junto às instâncias estaduais e, principalmente, municipais, fomentando cada vez mais uma educação que considere os sujeitos do campo.



Figura 31 - Encontro FEEC

Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – CAE-CDT/UNEB

O ano de 2025 foi marcado por encontros presenciais e remotos, incluindo momentos de **estudo em torno da Pedagogia da Alternância**. Nesse contexto, foi realizado um seminário com o objetivo de aprofundar os conhecimentos e dialogar com os profissionais da educação da UNEB que atuam em cursos voltados aos povos do campo, das águas e das florestas. Enquanto Irpaa, apresentamos nossa proposta de atuação em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

No decorrer do ano, mantivemos o monitoramento e o diálogo junto ao CAECDT acerca dos cursos a serem realizados pela UNEB, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado e as Escolas Famílias Agrícolas. Essa articulação abrange desde cursos técnicos integrados ao ensino regular até graduação, como é o caso de Zootecnia, a ser executado na EFA de Monte Santo.

Além disso, alguns cursos acontecerão junto ao MST e ao PRONERA, voltados para um público específico, como pessoas assentadas da reforma agrária e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, Fundo e Fecho de Pasto). Entre eles, destacam-se os cursos de Turismo Rural de Base Comunitária e Pedagogia da Terra, cujas tramitações burocráticas estão em fase de finalização. Esses cursos possuem especificidades no processo de seleção e nos currículos, são cursos planejados e executados a partir da realidade desses públicos.



Figura 32 - Seminário CAECDT

Câmara Territorial de Educação do CODETER

Atualmente, o Irpaa está na coordenação da câmara territorial de educação juntamente com a Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária (ADAC); compreendendo este como um espaço estratégico para o tratamento das questões que envolvem a educação no território.

A câmara de educação tem como objetivo **definir estratégias de articulação do projeto de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido** nos municípios do Território Sertão do São Francisco, com foco na garantia do direito à educação. Em 2025, foram realizadas reuniões remotas e presenciais; contudo, apesar dos esforços e diálogos para garantir a participação do poder público de todos os 10 municípios do território, contamos apenas com representações de cinco desses, além das organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

A câmara também realizou a indicação de três instituições para atuarem como agentes territoriais do PRONACAMPO: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária (ADAC) e a Escola Família Agrícola da Caatinga (EFAC).

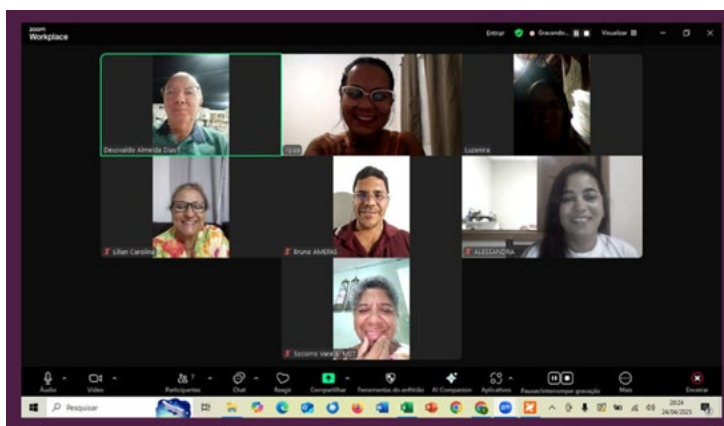


Figura 33 - reunião online

Articulação Estadual Fundo e Fecho de Pasto

A atuação estratégica na articulação das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto tem se mostrado um pilar indispensável para a garantia de direitos e para o reconhecimento das territorialidades tradicionais no cenário nacional. A relevância dessa presença ativa manifesta-se na capacidade de transpor as demandas locais para a agenda das políticas públicas e das estatísticas oficiais do Estado. Um exemplo concreto desse êxito é a incidência direta na reformulação da metodologia de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) voltada aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

A seleção de Juazeiro como um dos cinco municípios brasileiros para a execução da primeira etapa do teste piloto do IBGE não é um fato isolado, mas o resultado de uma mobilização política. Essa conquista assegura que as especificidades socioeconômicas e culturais dessas comunidades sejam informadas com precisão, combatendo a invisibilidade histórica que, por décadas, limitou o acesso dessas populações a investimentos e programas governamentais. A presença na articulação permite que o desenho amostral e os quesitos do censo respeitem a realidade do campo, transformando a autodeclaração e o mapeamento em ferramentas de cidadania.

Houve também uma incidência na participação das comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), com a ocupação de espaços de fala e discussões em que se pautou a importância dessas comunidades na preservação da biodiversidade e da Caatinga, reforçando suas vozes na garantia de direitos e na defesas dos territórios, considerando suas especificidades.

Somado ao avanço no campo estatístico, a Articulação tem sido determinante para o fortalecimento da Campanha Permanente em Defesa dos Territórios Tradicionais e Camponezes. Em um cenário de crescentes pressões sobre o uso da terra e dos bens naturais, a organização coletiva funciona como um mecanismo de proteção jurídica e ambiental. O fortalecimento desta campanha consolida a defesa da posse comum da terra, característica ligada ao modo de vida dessas comunidades e reafirma a importância da preservação da Caatinga, bioma gerido de forma sustentável pelas comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

2.1.2. Experimentação

Como experimentação, o Eixo seguiu, em 2025, com o **Turismo Rural de Base Comunitária**. É importante destacar que, para além da **falta de recursos financeiros** específicos para dedicar a essa experimentação, as **fragilidades organizativas das comunidades e grupos** resultaram na escolha de concentrar esforços em apenas uma comunidade, a princípio.

Nesse sentido, em 2025, o Eixo deu continuidade às formações com a Comunidade Ferrete, de Curaçá-BA. Aconteceram três oficinas com atividades relacionadas aos temas: diagnóstico da comunidade, identificação dos pontos turísticos, elaboração do roteiro e sistematização da história desses pontos.

Sentimos dificuldades com a continuidade e o ritmo na sequência dessas oficinas, uma vez que o grupo não conseguiu desenvolver o que foi acordado. Por esse motivo, em Ferrete, não houve avanços com a finalização do roteiro e nem na abordagem das demais temáticas previstas para o ciclo formativo. Observou-se, ainda, a **falta de interesse da comunidade em dar continuidade ao processo**.



Figura 34 - Oficina de elaboração do roteiro de visita com o grupo água do ferrete

2.1.3. Formação

Formação e Articulação para Defesa dos Direitos Humanos dos Povos do Semiárido Brasileiro (DKA/Casa do Mundo)

O Projeto “**Formação e articulação para defesa dos direitos humanos dos povos do Semiárido brasileiro**”, desenvolvido em parceria com as entidades austríacas DKA e Casa do Mundo, iniciou um convênio com duração de três anos (2025-2027). Esta etapa dá continuidade e fortalece a proposta de consolidação da Convivência com o Semiárido junto ao Irpaa, com o objetivo de **contribuir com a formação e articulação de uma política efetiva de CSA** que considera a Educação Contextualizada, a defesa e a permanência dos povos tradicionais em seus territórios.

As ações diretas foram realizadas em seis municípios do território Sertão do São Francisco — Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Sobradinho, Uauá e Canudos —, atuando com educadoras/es, mulheres, jovens, lideranças, secretarias de educação, conselhos, redes, movimentos, organizações e associações, com foco no fortalecimento da participação social, incidência política junto aos espaços de participação e formação em educação contextualizada e educomunicação.



Figura 35 - Atividade de articulação em Pilão Arcado

Em 2025, o primeiro ano de execução do atual convênio ocorreu conforme o planejado, especialmente em seu primeiro objetivo, que visa à formação e aos debates sobre educação contextualizada, articulados às questões agrárias e direitos dos povos e comunidades tradicionais.



Figura 36 - Atividade de Formação com educadoras/es em Canudos

Isso resultou em uma melhor aproximação e no fortalecimento da educação no TSSF, com a sensibilização de educadoras/es em **Educação Contextualizada para CSA**, qualificação das suas práticas e um melhor alinhamento entre teoria e prática. Além disso, promoveu a aproximação das comunidades com as escolas e a difusão do conhecimento de materiais contextualizados para a sua realidade. Os diálogos entre universidades públicas — UNEB, UFRPE e UFCG — foram fortalecidos junto às Escolas Famílias Agrícolas no TSSF, sendo estas em Sobradinho e Casa Nova.

A educomunicação constitui um dos objetivos dessa proposta, possibilitando o fortalecimento das ações a partir de práticas educomunicativas em suas diferentes linguagens, por meio das mídias ou da arte, além da formação política e da contextualização, considerando as mulheres e os jovens como prioridade.



Figura 37 - Oficina de educomunicação

Tivemos importantes conquistas em 2025 — detalhadas adiante neste relatório —, fruto de um processo construído não só pela retomada de governos progressistas nos cenários nacional, estadual e municipal, mas, principalmente, pela rearticulação de espaços atualmente mais consolidados para disputar recursos públicos e colocar em prática políticas públicas que contemplem a realidade dos povos do Semiárido.

Faz-se importante citar as ações de maior alcance, como a reestruturação do **Novo PRONACAMPO**, no âmbito nacional. Destaca-se a contribuição na construção dos componentes curriculares e ementas específicas, que resultaram na institucionalização da matriz curricular da educação do campo na rede estadual de ensino. Com isso, a **Bahia tornou-se o primeiro estado do Brasil a possuir um currículo específico e contextualizado aos modos de vida de comunidades camponesas, indígenas e quilombolas**. Todavia, o próximo passo é sua implementação efetiva na rede de ensino.

No âmbito territorial, seguimos rearticulando o grupo e o diálogo junto aos municípios, processo no qual o projeto tem sido crucial para essa reorganização. Agora, com o novo Pronacampo, acreditamos que muito pode ser melhorado, uma vez que as contribuições diretas do projeto fortalecem os espaços de incidência política.

República de Estudantes

O projeto de **Formação de Jovens Lideranças para a Mitigação dos Efeitos das Mudanças Climáticas, Defesa e Consolidação da Convivência com o Semiárido** iniciou, em 2025, um novo formato de execução, estruturado em diferentes modalidades de formação voltadas às juventudes. Seus objetivos consistem em viabilizar o acesso de jovens do campo à educação escolar técnica e universitária e ao fortalecimento da formação de lideranças; apoiar jovens, prioritariamente mulheres, egressas das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), por meio da formação em liderança e da capacitação para a atuação profissional em Assessoria Técnica e Extensão Rural junto às famílias; bem como sensibilizar e contribuir para a formação de jovens estudantes de escolas públicas, universidades e cursos técnicos, promovendo a divulgação e a defesa da proposta da Convivência com o Semiárido.

Esses objetivos se articulam e se materializam nas três modalidades previstas no projeto, garantindo efetividade entre a proposta formativa e as estratégias de execução adotadas.

Modalidade I: Jovens estudantes do ensino técnico e superior, oriundos de comunidades tradicionais e rurais, residentes na república de estudantes do Centro de Formação Dom José Rodrigues;

Modalidade II: Jovens recém egressos de Escolas Famílias Agrícolas, para formação com duração seis meses sobre Convivência com o Semiárido, no Centro de Formação Dom José Rodrigues;

Modalidade III: Jovens estudantes de escolas públicas, universidades e cursos técnicos, que participam de intercâmbios, formações, cursos, oficinas, trilhas, dentre outros, no Centro de Formação Dom José Rodrigues.

No ano de 2025, o projeto contou com a participação direta de 19 jovens estudantes, sendo 13 meninas e 6 meninos. Vale ressaltar que, no primeiro semestre de 2025, 7 jovens foram contemplados e, após a aprovação do novo projeto, foram incluídos mais 12 jovens. Celebramos esses números, especialmente considerando que, nos últimos anos, limitações financeiras restringiram o atendimento a um quantitativo significativamente menor de jovens, o que acendeu um alerta quanto à continuidade do projeto.



Figura 38 - Estudantes república

Com o início deste novo projeto/contrato, surgiram também novos anseios e direcionamentos, entre eles o fortalecimento do apoio à formação de jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Essa iniciativa resulta de reflexões e provocações internas do IRPAA acerca da inserção desse público no mercado de trabalho, considerando que, mesmo após a formação técnica, os jovens ainda enfrentam desafios importantes, como a falta de experiência profissional e a ausência da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Nesse novo formato do projeto, torna-se possível enfrentar essas limitações de maneira mais concreta.

As atividades da Modalidade II compreendem a formação de oito jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas, oriundos de cinco territórios do Semiárido, ao longo de seis meses.

As atividades formativas foram organizadas em conjunto com a equipe multidisciplinar do IRPAA, composta por 15 colaboradores/as, a partir da elaboração de um cronograma de formação com definição de temas e respectivas cargas horárias.



Figura 39 - Ciclo de formação com os eixos

Para além das atividades escolares e práticas cotidianas no Centro de Formação Dom José Rodrigues, os jovens participaram de diversos eventos e processos formativos estratégicos, que contribuíram de maneira significativa para sua formação política, técnica, social e cidadã. Dentre esses espaços, destaca-se o Curso de Jovens Lideranças para a Convivência com o Semiárido, voltado ao fortalecimento do protagonismo juvenil, da organização coletiva e da compreensão crítica sobre o território semiárido.

Os jovens também estiveram envolvidos na manutenção das áreas de experimentação e das tecnologias sociais de Convivência com o Semiárido, espaços pedagógicos fundamentais para o aprendizado prático sobre agroecologia, mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e adaptação aos desafios ambientais do território. Além disso, participaram do acolhimento de **trilhas pedagógicas** formativas com estudantes das Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido e estudantes das redes municipais e estaduais de ensino. Também recepcionaram professores universitários que vieram conhecer a experiência da República e as estratégias de Convivência com o Semiárido.



Figura 40 - Acompanhamento das trilhas pedagógicas

Os jovens tiveram participação ativa em espaços estratégicos, como no **IV Seminário de Reaatingamento** – “Emergência Climática e Combate à Desertificação: por uma Política Pública de Reaatingamento”; **Seminário Estadual de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido**; **1º Encontro do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR)**; vivência na **Serra da Barriguda, no Quilombo União dos Palmares (AL)**; participação na **38ª Romaria de Canudos**, cujo tema foi “*Belo Monte: um modelo de viver para a nossa casa comum*”; **Semiárido Show 2025**; e **Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA)**. Além disso, integraram ciclos de formação política, teórica e prática com egressos das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).



Figura 41 - Jovens no seminário de Reaatingamento

Os jovens também participaram do processo de renovação da **Certificação Orgânica Participativa**, junto à Rede Povos da Mata, fortalecendo a autonomia, a organização coletiva e o compromisso com práticas produtivas sustentáveis.



Figura 42 - Certificado de Conformidade Orgânica

Atualmente, o Projeto Estudantes já apresenta resultados positivos, como a formação de 8 jovens no curso de Convivência com o Semiárido e o apoio à obtenção da CNH, contemplando 12 jovens. Iniciativas que contribuíram para fortalecer suas capacidades técnicas, políticas e socioterritoriais, passando a reconhecer, valorizar e aplicar práticas de Convivência com o Semiárido em suas comunidades. Como resultado, ampliaram sua atuação como

protagonistas locais, desenvolvendo iniciativas que promovem sustentabilidade, participação social, agricultura de base ecológica e valorização dos saberes territoriais, contribuindo para o fortalecimento das dinâmicas comunitárias e da Agroecologia nos territórios onde vivem.

É importante destacar que os processos formativos desenvolvidos pelo projeto têm impulsionado os jovens a ocuparem espaços de construção de propostas voltadas às juventudes e a incidir de forma qualificada na elaboração de políticas públicas. Nesse contexto, observa-se o protagonismo de mulheres jovens da república em espaços de decisão e incidência política. Como exemplo, a jovem Elisânia Pereira dos Santos que integra a **coordenação de Educação Política e Movimentos Sociais do Centro Acadêmico de Pedagogia da UNEB**, além de atuar como suplente no Conselho Municipal de Juventudes de Juazeiro (**COMJUVE**) e no Conselho Estadual de Juventudes (**CEJUVE**).

Destaca-se também a estudante Dilma Silva dos Reis, que atua como delegada titular na Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário 2026, bem como delegada nacional na etapa setorial de juventude da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS).

Espaços de mobilização e incidência política de organismos femininos, inspirados, organizados e fortalecidos na defesa dos direitos de meninas e mulheres também contaram com a participação da juventude da República, a exemplo da Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, e da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, em Esperança (PB).



Figura 43 - Foto das estudantes na Marcha

Encontro dos ex estudantes e estudantes atuais

A partir da iniciativa do coletivo de jovens ex-estudantes da República do IRPAA, foi convocada uma reunião com o objetivo de pautar ações a serem desenvolvidas e apoiadas conjuntamente pelos jovens atuais e pelos jovens egressos da República, bem como fortalecer a aproximação e o diálogo contínuo entre as diferentes gerações de estudantes.

A reunião aconteceu em dezembro de 2025, na República Feminina, e reuniu representantes das turmas iniciais até as mais recentes. O encontro teve como objetivo pensar estratégias de apoio ao Projeto Estudantes e planejar um seminário de reencontro entre ex-estudantes e estudantes atuais da República. Durante o encontro, os participantes compartilharam suas vivências no período em que residiam na República, assim como suas trajetórias e atuações na pós-formação.

Com 33 anos de existência, a República encontra-se hoje melhor estruturada e segue acolhendo filhos e filhas de agricultoras/es, contribuindo para seus processos formativos, profissionais e humanos. Cada jovem que passa pelo processo de formação reconhece a importância desse espaço ao longo de sua trajetória de vida.

Como ações posteriores, ficou agendado o **seminário de reencontro** para 20 e 21 de fevereiro de 2026, que acontecerá no Centro de Formação do Irpaa, em Juazeiro (BA), e reunirá as gerações de estudantes que já fizeram parte da república.



Figura 44 - Encontro dos ex-estudantes e atuais da república

Formações diversas

Também se destaca este ano o **Intercâmbio Intermunicipal** com gestores/as e educadores/as sobre a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido e a sustentabilidade, realizado em Riachão do Jacuípe (BA). O evento teve como objetivo o **compartilhamento de saberes e planejamento de ações práticas**, proporcionando diálogos, debates, visitas, contação de história e planejamento de ações. Na ocasião, houve a possibilidade de conhecer escolas multisseriadas nas comunidades Serrada e Baixa Nova, no município de Riachão do Jacuípe, que utilizam a metodologia Conhecer, Analisar e Transformar (CAT), possibilitando uma aprendizagem significativa para os/as estudantes. Somam-se a isso as **visitas pedagógicas e oficinas** de educação contextualizadas realizadas com educadoras/es, gestores públicos nos municípios de atuação do projeto **Agenda 2030 no Semiárido baiano**.

Destacamos ainda nossa participação na **formação modular com as Escolas Famílias Agrícolas (EFA's)**, atividade intereixo com o Eixo Clima e Água. Realizamos a formação do **Seminário de Educomunicação** (3º módulo) e participamos das discussões do **Seminário de Educação Contextualizada** (4º módulo). Avaliamos que ambas as etapas dessa formação, assim como as anteriores, foram fundamentais para potencializar a contextualização do ensino nas EFA's e, conseqüentemente, a formação de estudantes que estejam mais apropriados das características do lugar em que vivem e mais críticos diante da realidade.



Figura 45 - Seminário de Educomunicação com as EFAS

Além do **Seminário Estadual de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido**, que reuniu participantes da formação modular com as Escolas Famílias Agrícolas (EFA's), o evento contou com a presença de professores/as de escolas municipais dos territórios Sertão do São Francisco e Piemonte Norte do Itapicuru, além de integrantes/representantes: de Secretarias de Educação de Curaçá, Juazeiro e Sento Sé; da Rede de Educação do

Semiárido Brasileiro (Resab), do Departamento de Ciências Humanas (DCH 3 – Juazeiro) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb); da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); da coordenação executiva do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC) e estudantes da República do Irpaa.

Em relação a esse trabalho junto às EFA's, participamos ativamente da formação inicial com integrantes da nova Escola, a **EFA da Caatinga (EFAC)**, de Casa Nova, durante a viagem de estudo realizada no CFDJR — a roça do Irpaa em Juazeiro. Durante as atividades, enfatizamos os fundamentos e importância da Comunicação para Convivência com o SAB e da Educação Contextualizada.



Figura 46 - Formação EFAC: roça do Irpaa

Esse acompanhamento junto à EFAC seguiu de forma mais intensa ao longo do ano. Além de realizarmos uma vivência de três dias na EFAC, também apoiamos as ações da Escola via projeto com o **Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)**. Essas atividades tiveram como temática a educomunicação, discutindo as questões políticas e sociais sobre a mídia e o uso das redes sociais como forma de desconstrução do estigma colocado sobre a Caatinga e os povos do Semiárido. Na prática, foram realizadas oficinas de produções de fotografia, produção textual para as redes sociais e também produção de vídeos.

Dentre as ações com a EFAC previstas no projeto, também contribuímos no fortalecimento da escola a partir da incidência política e construção coletiva junto a comunidade, por meio de planejamentos participativos, encontros comunitários semestrais e participação na Câmara territorial de Educação do Codeter, fortalecendo, assim, a educação territorial e apresentando a proposta da Pedagogia da Alternância e uma educação contextualizada para os sujeitos do campo e comunidades tradicionais.



Figura 47 - Oficina “Diálogos das Juventudes Lusófonas pelo Meio Ambiente e Justiça Climática”, Manaus-AM

Em outra frente, dando continuidade a um processo iniciado no ano anterior em Brasília (DF), com a participação de jovens do Território Sertão do São Francisco no **Seminário Nacional de Juventudes e Justiça Climática** — promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em etapas local, regional e nacional —, o Irpaa foi convidado, em julho de 2025, pelo Departamento de Educação Ambiental e Cidadania (DEA) do MMA, a participar do **VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa**, realizado em Manaus (AM). Nesse contexto, foi facilitada a oficina “Diálogos das Juventudes Lusófonas pelo Meio Ambiente e Justiça Climática”, no dia 22 de julho de 2025, durante o congresso. A oficina teve como base os acúmulos do Seminário Nacional realizado no ano anterior, bem como as questões e proposições presentes no Relatório que subsidiou a elaboração do **Plano Nacional de Juventude, Meio Ambiente e Justiça Climática**. Esse processo, que se estendeu por quase dois anos, foi essencial para a inserção e amplificação das narrativas das juventudes nos eventos e debates preparatórios à COP 30.

O conteúdo do Seminário Nacional, da oficina realizada em Manaus e da carta elaborada durante o evento encontra-se compilado na 3ª edição da Revista Juventudes e Meio Ambiente, publicação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, lançada durante a COP-30 em Belém. A publicação reconhece e celebra a potência criativa e política das juventudes brasileiras na luta socioambiental, trazendo vozes, pesquisas e expressões que inspiram, fortalecem as ações territoriais e projetam sua relevância para o debate global.



Figura 48 - Encerramento do Curso de Formação Continuada de Jovens Lideranças do Semiárido

No âmbito das ações de formação e fortalecimento do protagonismo juvenil no Semiárido, o Irpaa concluiu, em maio de 2025, o sétimo e último módulo do **Curso de Formação Continuada de Jovens Lideranças do Semiárido**. Essa etapa finalizou uma trajetória de quase dois anos, com mais de 250 horas de atividades formativas que integraram oficinas teóricas, práticas, momentos de autocuidado, autoconhecimento e vivências territoriais, com o objetivo de qualificar jovens militantes para a defesa da Convivência com o Semiárido e a incidência em políticas públicas.

Na avaliação dos participantes, o curso cumpriu plenamente seu papel ao promover a **formação política e social** alinhada aos pilares do protagonismo juvenil, consciência de classe, decolonialidade, equidade de gênero e geração, enfrentamento ao racismo estrutural, valorização da economia solidária e leitura crítica da conjuntura. Essa formação representa sementes de resistência plantadas no Semiárido, contribuindo para a construção de um território mais justo, sustentável e democrático, especialmente diante das ameaças de grandes empreendimentos e da necessidade de respostas urgentes aos problemas sociais e políticos da região.

Assim como os demais eixos, também contribuímos para a realização de atividades práticas junto a **egressos e egressas das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's)**. A formação possibilitou que os/as estudantes desenvolvessem habilidades voltadas à produção de vídeos, fotografias e textos para redes sociais, compreendendo a comunicação como uma ferramenta estratégica de mobilização social.

Ao longo deste ano, realizamos ciclos de formação com educadores, equipes de gestão escolar, pais e estudantes no município de Curaçá. As ações foram desenvolvidas a partir de uma parceria construída por meio do diálogo com a **Secretaria Municipal de Educação**

(SEDUC) e aconteceram em escolas municipais da sede e da zona rural, garantindo a participação de diferentes realidades educacionais do território. As formações tiveram como objetivo contribuir com o programa de acompanhamento da vida escolar dos estudantes, fortalecendo a corresponsabilidade entre escola, família e comunidade.

Ainda nas ações de 2025, participamos da primeira **Plenária de Mulheres**, durante a **38ª Romaria de Canudos**, com o tema: “Protagonismo das mulheres na luta de Canudos (Ontem e Hoje)”. Em roda de conversa, as mulheres oriundas de diversas regiões do Semiárido refletiram sobre o papel e a participação feminina na formação e no massacre de Canudos. O debate também abordou como elas seguem desempenhando um papel fundamental em seus territórios, a partir das marcas históricas deixadas pela Guerra de Canudos. Destacou-se que muitos desses territórios ainda vivem sob constantes ameaças, especialmente diante de projetos de “desenvolvimento” que, na prática, não agregam benefícios reais às comunidades locais.



Figura 49 - Plenária de Mulheres: 38ª Romaria de Canudos

No âmbito das formações vinculadas ao **ATER Bioma Caatinga**, foram realizados acompanhamentos sistemáticos em atividades coletivas, seminários e processos de planejamento pedagógico. Esses momentos foram fundamentais para o alinhamento estratégico das coordenações pedagógicas inseridas nos projetos de assessoria técnica, assegurando a unidade metodológica das ações. O suporte técnico aos planejamentos permitiu a estruturação qualificada de atividades coletivas, dias de campo, seminários e intercâmbios. Durante as atividades em grupo, destacou-se a mediação de debates sobre **gênero**, com foco nas **cadernetas agroecológicas**. Essa abordagem promoveu reflexões críticas sobre a visibilidade do trabalho feminino e a relevância da renda gerada pelas mulheres na sustentabilidade de seus agroecossistemas.

Quanto ao fortalecimento das coordenações pedagógicas, o trabalho consistiu em discussões propositivas que culminaram na construção de um **documento norteador**. Este material visa balizar as práticas atuais e futuras das coordenações, servindo como guia tanto para as equipes de campo quanto para os gestores de projeto. Com isso, se garante a continuidade e a eficácia das ações de ATER junto às famílias beneficiárias.

2.1.4 Assessoria de comunicação

A **comunicação institucional** constitui-se como uma estratégia central para a promoção da Convivência com o Semiárido, uma vez que a **construção de narrativas** é fundamental para a **defesa de ideias, a incidência política e a valorização dos territórios**. Com o objetivo de fortalecer a comunicação como estratégia política e ampliar a visibilidade das ações relacionadas à Convivência com o Semiárido, foram produzidos cerca de **180 produtos midiáticos e educativos** ao longo do período, contribuindo para a ampliação da divulgação dos temas da CSA e para o fortalecimento do acervo informativo disponível.

Como parte do planejamento da comunicação para os 35 anos do Irpaa, o Eixo concluiu a realização das seguintes ações estratégicas: articulação junto à cooperativa Eita e contribuição para a atualização da identidade visual e do novo site; confecção do selo comemorativo; produção de vídeos em formato vertical e de peças gráficas para redes sociais; além de um programa de rádio especial e da cobertura do evento celebrativo, com registros também para o acervo. Esse conjunto de atividades foi fundamental para demarcar a relevância histórica do nosso trabalho e reafirmar a importância da missão institucional, consolidando um posicionamento digital que dialoga com os novos tempos. A nova identidade, por exemplo, aprimora a aplicação do logotipo em diversas produções, transmite uma mensagem visualmente mais direta e torna-a mais acessível. Da mesma forma, o novo site do Irpaa incorpora novos recursos multimídia e proporciona uma navegação mais agradável, com informações detalhadas e dispostas de forma interativa.

Em relação ao programa de rádio **Viva Bem no Sertão (VBS)**, foram produzidas 52 edições em 2025. Como uma novidade para este ano, ainda como parte das comemorações dos 35 anos do Irpaa, o VBS passou por uma reformulação, ganhando nova identidade, marcada pela substituição de trilhas e por vinhetas gravadas pela própria equipe. O programa também redirecionou seu foco para a realização de entrevistas, visando aprofundar temas atuais de impacto social e relacionados à CSA. Mais da metade das edições (28 no total) contaram com entrevistas, abordando temáticas como: manejo de caprinos e sanidade animal; protagonismo feminino em cooperativas e associações; impactos dos empreendimentos nas comunidades; certificação orgânica participativa; saúde mental; racismo ambiental; e o programa de redução de agrotóxicos.

As produções alcançaram um público ainda maior devido à ênfase na divulgação das entrevistas nas redes sociais; publicações estas, muitas vezes, feitas em colaboração com

entidades parceiras das quais os/as convidados/as fazem parte. Avaliamos de forma positiva a reestruturação do programa e a relevância dos conteúdos abordados, que oferecem uma produção diferenciada e contextualizada. Essa afirmação baseia-se, principalmente, nas diversas devolutivas recebidas de convidados/as, ouvintes e integrantes de emissoras parceiras.

As edições têm uma hora de duração e são publicadas no site às sextas-feiras. A veiculação nas rádios varia conforme a programação de cada parceira, ocorrendo majoritariamente entre sábado e domingo. O VBS é veiculado nas seguintes emissoras baianas: rádio comercial Juazeiro AM (Juazeiro) e nas comunitárias Zabelê FM (Remanso), Tropical FM (Pilão Arcado), Curaçá FM (Curaçá), Luz do Sertão FM (Uauá), Liberdade FM (Comunidade Campos, Maniçoba-Juazeiro), Quixabeira FM (Quixabeira), Atração FM (Campo Alegre de Lourdes) e a Web Rádio Flor de Calumbi, de Casa Nova. O programa também é reproduzido no Piauí, pela Quilombos FM (Serra do Campo Grande, Campo Grande do Piauí) e em Pernambuco, por meio da Orocó FM (Orocó).

Nesse contexto, o site institucional do Irpaa publicou, ao longo de 2025, aproximadamente 90 matérias e reportagens. As produções abordaram reflexões políticas voltadas tanto à valorização das belezas e potencialidades do Semiárido quanto à denúncia de injustiças que afetam povos e comunidades; além disso, divulgaram ações e atividades desenvolvidas pelos projetos executados pela instituição.

No **canal TV Irpaa, no YouTube**, foram publicadas dez produções, abordando as seguintes temáticas: Feminismo negro; Violência contra a mulher; Políticas Públicas para Mulheres; Desafios da Mulher Jovem; Festa dos Vaqueiros de Curaçá 2025; Reportagem- Semiárido Show 2025; Importância do saneamento rural com reúso de água; Empoderamento feminino através da Rede Mulher do Sertão do São Francisco; Saneamento Rural e reúso de águas totais; e a reportagem - Políticas Públicas sob o olhar do Semiárido. Os conteúdos podem ser acessados no canal oficial pelo link: <https://www.youtube.com/@TVIrpaa>

No perfil **@irpaasemiario no Instagram**, o Irpaa finalizou o ano de 2025 com 486 publicações no feed, quase 12 mil seguidores (um crescimento superior a 4 mil em relação ao ano anterior) e média de 460 mil visualizações nos últimos três meses do ano, dados que obtivemos por meio do gerenciamento dessa mídia social. Buscamos fazer publicações no feed e stories, com o objetivo de aumentar o engajamento e atingir não seguidores, uma forma de “furar a bolha” e atingir outros públicos com as temáticas voltadas à Convivência com o Semiárido.

Além das produções para as mídias de comunicação do Irpaa, o Eixo busca manter um diálogo com os meios de comunicação regionais, visando pautar esses veículos com as nossas temáticas, que precisam estar inseridas na grande mídia. Ampliando esse diálogo, este ano tivemos dez produções em veículos como TV São Francisco, Brasil de Fato, Globo Rural e Carta Capital, gerando exposição midiática nacional e regional sobre as temáticas da Convivência com o Semiárido.

Como complemento às ações desenvolvidas, destaca-se também a atuação do Eixo na produção gráfica e na diagramação de conteúdos institucionais e educativos. Trata-se de uma atividade desafiadora, considerando a complexidade técnica envolvida e a necessidade de maior número de comunicadores/as com expertise e bagagem específica nesse segmento. Ainda assim, as demandas atendidas ao longo do período demonstram a inventividade da equipe e sua capacidade de absorver e responder, de forma qualificada, a parte significativa dessas solicitações, contribuindo para a organização visual das informações, o fortalecimento da identidade institucional e a ampliação do alcance dos materiais produzidos.

Em 2025, a atuação do Irpaa no campo da comunicação demonstrou consistência, alcance e intencionalidade política. As produções evidenciaram a diversidade temática e o compromisso com pautas estruturantes do Semiárido, como o feminismo negro, os direitos das mulheres, o saneamento rural, as políticas públicas e a valorização das expressões culturais e produtivas do território. O desempenho do perfil @irpaasemiario, no Instagram, com crescimento contínuo de seguidores e elevado alcance de visualizações, confirma a efetividade da estratégia adotada para ampliar o engajamento, diversificar públicos e disputar narrativas para além da base já sensibilizada.

Paralelamente, a ampliação do diálogo com veículos de comunicação regionais e nacionais reforçou a presença das pautas da Convivência com o Semiárido na grande mídia, contribuindo para dar visibilidade às experiências, demandas e propostas construídas nos territórios. Estes resultados consolidam a comunicação como um eixo estratégico de incidência política, formação crítica e fortalecimento da agenda do Semiárido no debate público.

2.1.5 Linha transversal - Racismo estrutural

Para além das contribuições no Curso de Especialização e Extensão em ATER Agroecológica, Feminista e Antirracista no Semiárido Brasileiro, a temática do **antirracismo** foi trabalhada de forma intencional e articulada com diferentes públicos e espaços formativos, sejam eles realizados pelo Irpaa ou organizados por parceiros. O debate esteve presente junto às juventudes que participaram da **31ª Escola de Formação das Juventudes para a Convivência com o Semiárido** e com os/as jovens que integram a **República de Estudantes** do Irpaa, possibilitando a reflexão crítica sobre o racismo estrutural, seu histórico, suas manifestações no campo e seus impactos nas trajetórias juvenis, no acesso a direitos e nas políticas públicas.

A temática também foi abordada em entrevista no programa de rádio **Viva Bem no Sertão**, ampliando o alcance do debate para além dos espaços presenciais e contribuindo para a sensibilização da sociedade sobre o racismo estrutural e ambiental como elemento central na produção das desigualdades no Semiárido. Além disso, a construção de uma mística apresentada ao coletivo da Rede ATER Nordeste de Agroecologia reafirmou o antirracismo como princípio político e ético da atuação em rede, fortalecendo uma prática extensionista compro-

metida com a justiça racial, o reconhecimento dos sujeitos historicamente invisibilizados e violentados e a transformação das estruturas que sustentam as desigualdades nos territórios.

3. OUTRAS ATIVIDADES

Escrita de projetos - Floresta Viva, ONU Mulheres

Durante o ano de 2025, o Eixo teve participação estratégica na elaboração do projeto Floresta Viva-Caatinga Viva: Apoio à Restauração Ecológica e ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Restauração em Unidades de Conservação da Caatinga. A iniciativa tem como objetivo implementar ações estruturantes de restauração ecológica e de fortalecimento da cadeia produtiva associada à restauração em Unidades de Conservação da Caatinga — em suas áreas de influência e em municípios de clima árido — abrangendo os territórios de Abaré, Chorrochó, Macururé e Curaçá. O projeto foi aprovado e teve seu contrato formalizado ainda em 2025, representando um avanço concreto na agenda de conservação aliada ao desenvolvimento territorial sustentável.

No mesmo período, o Eixo também contribuiu de forma qualificada para a elaboração do projeto “Enfrentamento à emergência climática e empoderamento de mulheres rurais no Semiárido baiano”, financiado pela ONU Mulheres. O projeto visa fortalecer a capacidade de atuação de mulheres rurais dos territórios de Fundo de Pasto nos municípios de Curaçá, Juazeiro e Sento Sé (BA), diante dos impactos da emergência climática, das desigualdades de gênero e das ameaças aos seus modos de vida e territórios. Por meio de um processo formativo participativo e territorializado, a proposta busca ampliar o protagonismo feminino na defesa de direitos, no cuidado com os bens comuns e na construção de soluções sustentáveis orientadas pelos princípios da agroecologia e da justiça climática. Assim como o anterior, o projeto foi aprovado e teve seu contrato assinado em 2025, reforçando o papel do Eixo na articulação entre justiça socioambiental, equidade de gênero e adaptação climática.

Semiárido Show

- Comunicação

O papel da comunicação no Semiárido Show 2025 foi estratégico para ampliar a visibilidade e qualificar o debate em torno da Convivência com o Semiárido, temática que permeou toda a programação do evento, realizado entre 26 e 29 de agosto em Petrolina (PE), em parceria entre Embrapa e Irapaa. Para tanto, estabeleceu-se um diálogo efetivo com a equipe de comunicação da Embrapa, o que viabilizou a produção colaborativa de conteúdos e fortaleceu a difusão de narrativas alinhadas à realidade, à diversidade e às práticas sustentáveis do Semiárido. Destaca-se também a parceria com a ASACom (Coletivo de Comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro), que favoreceu significativamente a potencialização da produção

de conteúdos em múltiplos formatos, ampliando o alcance, a pluralidade de abordagens e a repercussão das discussões promovidas.

Consolidou-se, ainda, a parceria com o projeto Agência Multiciências, do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus Juazeiro. Nove estudantes realizaram cobertura jornalística em diversos espaços organizados pelo Irpaa e pela Embrapa, resultando em amplo conjunto de produções em texto, vídeo e áudio. Essas atividades ocorreram sob orientação conjunta de profissionais da comunicação do Irpaa e da Embrapa, garantindo qualidade técnica, rigor ético e alinhamento político-pedagógico às pautas centrais do evento. Complementando essas iniciativas, as produções realizadas diretamente pela equipe do Eixo Educação e Comunicação do Irpaa destacaram-se pelo aprofundamento crítico das dimensões políticas, estruturais e socioambientais das temáticas abordadas.

- Plenária ONU Mulheres

Ainda no contexto do Semiárido Show, foi realizada a I Plenária “Mulheres rurais: a importância das políticas públicas para o fortalecimento da Convivência com o Semiárido”, promovida pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), ONU Mulheres e Embrapa. O espaço reuniu cerca de 50 mulheres de diferentes territórios do Semiárido nordestino, consolidando-se como um ambiente estratégico de escuta, troca de experiências e articulação política.

O painel “Ações práticas de Convivência com o Semiárido e desafios para acessar políticas públicas voltadas a mulheres rurais” evidenciou o papel estruturante das políticas públicas no fortalecimento da atuação feminina no campo. Ao mesmo tempo, trouxe à tona experiências concretas que articulam saberes tradicionais, inovação e protagonismo das mulheres, demonstrando sua capacidade de incidir nos processos de desenvolvimento local, transformar realidades comunitárias e assegurar direitos historicamente negados.

O encontro reafirmou, de forma crítica, a centralidade de políticas públicas que garantam acesso a direitos, promovam a emancipação econômica, reconheçam e valorizem as práticas já construídas pelas mulheres rurais. Ao fortalecer suas dimensões produtivas, sociais e culturais, essas políticas contribuem para consolidar a Convivência com o Semiárido como um projeto coletivo, enraizado nos territórios e sustentado pelo protagonismo feminino.

- Umbuzeiro do Conhecimento

A estruturação do Umbuzeiro do Conhecimento iniciou-se nas semanas anteriores ao evento, com visitas ao local para planejar o melhor aproveitamento do espaço e definir como a educação contextualizada e a comunicação para Convivência com o Semiárido seriam abordadas, no intuito de tornar o ambiente ainda mais atrativo e pedagógico.

Os visitantes realizaram um percurso e no final registraram sua visita em um umbuzeiro de digitais. O público foi composto por agricultores e agricultoras, alunos(as) e professores(as) dos anos iniciais, ensinos fundamental (I e II) e médio, cursos técnicos, graduação, pesquisadores e pesquisadoras.

O Umbuzeiro consolida-se como um espaço estratégico de resistência e crítica ao modelo de educação hegemônica do nosso país, o que torna-se perceptível a partir da visita e da problematização feita nas discussões. Da mesma forma, o espaço tensiona as disputas de narrativas em relação a comunicação institucionalizada nacionalmente, que, muitas vezes, reforça estereótipos e reproduz notícias falsas — o que também é visto nos materiais didáticos educacionais. Assim, configura-se primordialmente como um espaço de enfrentamento à lógica do capital partilhada durante essa grande feira de inovação e tecnologia que é o Semiárido Show.



Figura 50 - Umbuzeiro do Conhecimento

- Oficina de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido

Este foi mais um espaço estratégico ocupado pelo Eixo no Semiárido Show, evidenciando o desafio de olhar a Educação Contextualizada como fundamental para essa construção. A experiência evidenciou a necessidade intrínseca dessa abordagem por diversos motivos, entre os quais destaca-se: sensibilizar os sujeitos, as organizações e as empresas sobre a realidade em que habitam, vivem e produzem; fortalecer o reconhecimento com seus territórios e promover trocas significativas que fomentam a transformação e, acima de tudo, despertam para a problematização social. Tais questões são embasadas nos princípios da Pedagogia Freiriana, que atua diretamente na emancipação dos sujeitos. A oficina cumpriu seu objetivo, entretanto, fica como reflexão e encaminhamento a necessidade de aprimorar a articulação para as próximas edições, visando alcançarmos um público passível de rompimento de bolhas sociais.



Figura 51 - Oficina no Semiárido Show

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA (CBA)

- Comissão Científica

No 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia participamos também da comissão científica, responsável pela organização dos trabalhos científicos — um dos elementos principais na composição do evento. Diante disso, houve um planejamento intenso e assíduo, dedicação e um monitoramento constante em todas as etapas (pré, durante e pós evento). Atualmente, seguimos em fase de sistematização para publicação dos trabalhos aprovados no Cadernos de Agroecologia.

O evento recebeu 3.200 trabalhos que contribuíram para o campo agroecológico nas suas múltiplas expressões, traduzidas de forma cuidadosa por meio dos 19 eixos temáticos do congresso, nos quais os trabalhos foram submetidos. Destes, 2.707 trabalhos foram aprovados e apresentados nos **Tapiris de Saberes** — espaços de apresentação dos trabalhos (“Tapiri” é uma palavra indígena do tronco tupi que é utilizada por diversos povos tradicionais na região Norte do Brasil e significa um lugar onde as pessoas se reúnem para compartilhar ideias, comida, inovações e experiências). Os Tapiris de Saberes são espaços de troca e aprendizado entre autoras(es) e coautoras(es) dos trabalhos aprovados no CBA. Neles, colocamos em prática uma ciência plural, construída diariamente nos territórios, nas organizações/coletivos, nas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão. Agricultoras(es), pesquisadoras(es), técnicas(os), estudantes, indígenas e comunidades tradicionais compartilham saberes por meio de resumos técnico-científicos, relatos técnicos e relatos populares (em texto e vídeo). Conectados a outros espaços do CBA, como Feiras, Conferências, Painéis, Tendas e Ciranda, os Tapiris fortalecem a ciência viva, que aponta caminhos para a Convivência com os Territórios e a Justiça Climática, tema do nosso 13º CBA.

Seguindo os acúmulos dos CBAs anteriores, desta vez 2.732 trabalhos foram aprovados para apresentação, distribuídos nas seguintes modalidades: 1.403 resumos expandidos técnico-científicos; 992 relatos de experiências técnicas; 255 relatos de experiências populares; 82 relatos de experiências populares em vídeo. Fazendo desta edição a maior até o presente momento.

Contribuímos também com dois marcos importantes nesta edição: sendo o primeiro sobre a execução das **Farinhadas** (inspirado nas casas de farinhas das comunidades campestres, marcada pela presença de muita produção, alegria, canto e troca de conhecimentos diversos), a primeira realização de apresentação de trabalhos de diversas temáticas em um único momento, possibilitando assim uma interdisciplinaridade entre as temáticas e discussões da agroecologia. O segundo foi o fortalecimento da campanha “deixe seu powerpoint em casa”, incentivando o diálogo de saberes a partir da educação popular, onde as formações e rodas de conversas são realizadas sem a mediação tecnológica, mas com muito diálogo, troca, cantos, elementos da natureza ancestrais e culturais dos povos. Espaço enriquecedor, marcado por partilhas, desafios e também muita potencialidade entre as pessoas, instituições, culturas e construções coletivas.

- Comissão de Ciranda

O Eixo Educação e Comunicação, enquanto membro da comissão de organização da **Ciranda Infantil Ana Primavesi**, integrou a construção desse espaço estratégico na programação do Congresso, realizado em outubro de 2025, no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em Juazeiro (BA). O eixo contribuiu em todas as etapas que antecederam a realização da Ciranda, participando ativamente do planejamento e da organização das ações.

No período que antecedeu o evento, a equipe esteve envolvida no planejamento e na realização de formações teóricas voltadas aos educadores e educadoras que atuariam na Ciranda Infantil. Essas formações ocorreram por meio de ciclos formativos, nas modalidades remota e presencial. Uma das formações presenciais foi realizada no Centro de Formação Dom José Rodrigues — Roça do IRPAA —, ocasião em que foram debatidas as **mudanças climáticas e seus impactos na vida do povo do Semiárido**. Durante esse momento formativo, também foi realizada a trilha pedagógica com o grupo, possibilitando reflexões sobre os processos de injustiça social e a construção de estratégias para minimizar os impactos vivenciados pelas comunidades tradicionais rurais.

A Ciranda Infantil foi concebida como um espaço de acolhimento para crianças de 0 a 12 anos, garantindo sua participação de forma segura, educativa e integrada às atividades do Congresso. Ela se configura como um **espaço político-pedagógico**, voltado ao desenvolvimento integral das crianças, por meio de atividades que articulam arte, cultura popular,

agroecologia e o contato com a natureza. A programação contemplou oficinas de sementes crioulas, contação de histórias, intervenção das crianças, jogos cooperativos e vivências com a Caatinga, promovendo processos educativos contextualizados e alinhados aos princípios da **educação popular** e da Convivência com o Semiárido.

O espaço recebeu o nome de Ana Primavesi, em reconhecimento à sua contribuição para a agroecologia e para o cuidado com o solo. A homenagem reafirma o compromisso institucional com a formação de valores relacionados ao respeito à natureza, à sustentabilidade e à construção de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente responsável, desde a infância.

- **Comunicação**

A realização da 13ª edição do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), sediada em Juazeiro em outubro de 2025, contou de maneira decisiva com a atuação do Irpaa, em especial por meio do Eixo Educação e Comunicação. Desde a elaboração e diagramação do Projeto Executivo, iniciadas cerca de um ano antes do evento, até as etapas de pós-produção, a equipe esteve envolvida de forma contínua e estratégica, assegurando coerência política, qualidade técnica e articulação entre as diferentes frentes da comunicação.

Nesse processo, o Eixo atuou como verdadeira “antena” na Comissão de Comunicação do 13º CBA, assumindo **responsabilidades centrais como a condução de reuniões e planejamentos; a articulação e mobilização** da Rede de Comunicadores; a organização das frentes de produção e o diálogo permanente com as demais comissões, bem como com empresas e profissionais prestadores de serviços; além da organização da sinalização dos espaços do Congresso. Essas ações integradas foram determinantes para a qualificação da comunicação e para a ampla divulgação do evento nos âmbitos local, regional e nacional, contribuindo diretamente para o fortalecimento político e a projeção pública do Congresso.

Um dos destaques dessa atuação foi a **parceria estabelecida com o curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade do Estado da Bahia (Uneb)**, por meio do diálogo com a coordenação do colegiado do curso e do apoio da Agência Multiciência, através da participação de três estagiárias e seis monitores. Esses jovens se somaram à equipe de comunicadores do congresso na produção de textos, conteúdos para redes sociais, acompanhamento de debates, cobertura de atividades e participação em programas de rádio. Essa vivência possibilitou a formação prática de jovens comunicadores e comunicadores, fortalecendo a comunicação popular e ampliando a presença do Irpaa nos processos de cobertura.

Durante o congresso, o Irpaa integrou o coletivo geral de comunicação, atuando na concepção de estratégias, na construção de conteúdos e na condução de processos complexos essenciais para o bom andamento das atividades. Esse esforço resultou em aproximadamente 150 publicações nas redes sociais, 50 produções em vídeo e cerca de 15 matérias para o site,

além da colaboração direta com outras organizações que compuseram as comissões de comunicação, científica e de ciranda.

As principais publicações realizadas pelo Irpaa sobre o CBA envolveram coberturas de espaços, plenárias, atividades autogestionadas e momentos formativos do congresso, como: Feira da Agrobiodiversidade; Tenda da Saúde, Cuidado e Cura Mães Filhinha e Ciana; Ciranda Infantil Ana Primavesi; Feira Sabores e Saberes da Agroecologia e da Economia Solidária; Plenárias Identitárias e Plenária das Mulheres; Ato Público – Dia Mundial da Alimentação; Intercâmbios de ATER; Cozinha Agroecológica Dandara dos Palmares; conferências de abertura e encerramento; painéis sobre soberania e segurança alimentar; atividades autogestionadas; e lançamento de livros. A soma dessas iniciativas consolidou uma presença comunicativa robusta, alinhada ao lema do congresso – *“É nos territórios que a vida pulsa, é nos territórios que o povo resiste”* – e reafirmou o papel do Irpaa na construção de uma **comunicação comprometida com a convivência, a agroecologia, os povos e o Semiárido**.

- Estágio

Em 2025, avançamos na formalização dos processos de estágios na instituição, finalizamos a aprovação do **Protocolo de Estágio** pelo coletivo. O documento norteia a equipe quanto aos procedimentos e documentações, além de corroborar com as normas que regem os processos de estágio no nosso país — a Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008) —, salvaguardando assim, não só os estagiários como também a instituição. Atualmente, o protocolo segue em processo de diagramação.

Enquanto alguns estágios foram realizados com êxito, outros apresentaram desafios que evidenciaram a importância de uma preparação rigorosa, tanto na formação desses/as estudantes, quanto na organização institucional para recepcioná-los/as. Identificou-se que o alinhamento entre as partes e a identificação do estagiário com a missão da instituição são essenciais nesse momento. Nesse sentido, o diálogo prévio com as solicitações que chegam, assim como o alinhamento entre a equipe são fundamentais para que a experiência seja exitosa e resulte em uma **troca de conhecimento significativa**.

Outro ponto a destacar refere-se à dificuldade no diálogo com as instituições de ensino — principalmente universidades públicas — em relação à documentação solicitada e ao diálogo com os/as docentes que orientam os estágios e os setores administrativos. Os trâmites documentais têm se mostrado desgastantes, contudo, a estruturação dessa etapa é fundamental para otimizar os processos. Realizaram estágio no Irpaa estudantes dos cursos técnico médio integrado em Agropecuária e Zootecnia; licenciaturas em Educação do Campo, Artes Visuais e Agroecologia; além de Bacharelado em Jornalismo, Agroecologia, Campesinato e Educação Popular. Entre as instituições parceiras estiveram a UNEB, UFRPE, EFAS, IF Sertão Pernambucano.

- Grupo de Pedagogia

A proposta parte das vivências acumuladas no desenvolvimento das ações do IRPAA e tem como objetivo promover um processo coletivo de reflexão e fortalecimento da metodologia institucional, fortalecendo o aprimoramento do fazer pedagógico e das estratégias de anúncio da Convivência com o Semiárido. Esse processo é conduzido por um grupo formado por educadoras e educadores do IRPAA, que realizam reuniões, estudos e planejamento de ações, com o objetivo de atender aos anseios e às diretrizes institucionais.

Busca-se repensar práticas, metodologias e processos formativos adotados pela instituição, articulando-os aos seus eixos de atuação e às demandas dos diferentes públicos atendidos, com destaque para juventudes, mulheres e comunidades acompanhadas pela Assessoria Técnica Continuada (ATC). Nesse sentido, a proposta aponta a necessidade de investir na formação continuada da equipe, no aprofundamento do conhecimento sobre a trilha pedagógica, a história, a missão e os materiais produzidos pelo IRPAA, bem como na atualização, sistematização e produção de novos conteúdos didáticos e pedagógicos.

Destaca-se também a importância de qualificar a Escola de Formação das Juventudes, refletindo sobre seus objetivos, perfil dos participantes, tempo de duração, metodologias, equipe envolvida e produção de materiais específicos que subsidiem os processos formativos. A síntese reafirma ainda a centralidade das metodologias participativas, a revisão das ações de ATER e a realização de momentos sistemáticos de estudo e planejamento por município, como estratégias para fortalecer a atuação institucional. Por fim, a proposta provoca a reflexão sobre quais metodologias são mais eficazes para alcançar e envolver juventudes e mulheres, incorporando de forma transversal as discussões sobre gênero, raça, etnia, diversidade e antirracismo, reafirmando o compromisso do IRPAA com uma prática pedagógica crítica, contextualizada e transformadora.

- Selo Lilás

Ao longo de sua trajetória, o IRPAA tem pautado de forma permanente as relações de gênero, tanto nas ações internas junto à equipe quanto no assessoramento às famílias do campo acompanhadas pelos serviços de ATER. Essa atuação contínua, comprometida com a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento dos direitos das mulheres, fundamenta e justifica o reconhecimento obtido em âmbito estadual.

Em 2025, o IRPAA participou do edital do Selo Lilás e foi selecionado, obtendo a certificação que reconhece o Instituto como uma organização que adota e incentiva práticas voltadas à promoção da igualdade de gênero e à equidade de oportunidades entre homens e mulheres. O Selo Lilás é uma certificação concedida pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), destinada a organizações baianas que implementam, de forma efetiva, políticas de igualdade de gênero e atuam no enfrentamento à

discriminação, ao assédio e à violência sexual no ambiente de trabalho.

O IRPAA reafirma seu compromisso com a promoção da equidade de gênero, o fortalecimento do debate sobre a divisão justa do trabalho e a defesa de relações baseadas na não violência, tanto no âmbito institucional quanto nas ações de assessoramento junto às famílias e comunidades do campo, como princípio transversal de sua atuação política, pedagógica e técnica.

- COP 30 e Cúpula dos Povos

Também foi possível participar da **COP 30 – Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025**, realizada em Belém, no Pará. Trata-se de um encontro global de caráter anual que reúne lideranças mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil para debater e negociar estratégias de enfrentamento às mudanças do clima, sendo reconhecido como um dos principais espaços internacionais de definição da agenda climática.

Nesse contexto, contribuímos com a assessoria de comunicação do enviado especial para a agricultura familiar na COP 30, Paulo Petersen, o que representa um marco histórico no âmbito da Conferência, por ser a primeira vez que a agricultura familiar ganha centralidade nas discussões oficiais por meio de um enviado especial. Essa atuação possibilitou ampliar a visibilidade dos debates que ocorreram na Zona Azul — espaço oficial e restrito do evento, onde se concentram as negociações diplomáticas, a **Cúpula de Líderes**, as plenárias e as reuniões entre chefes de Estado e delegações, organizadas pela UNFCCC. Considerada o coração político da COP, a Zona Azul é determinante para a formulação de políticas climáticas globais e para a apresentação de soluções sustentáveis, ainda que com acesso limitado a credenciados, imprensa e observadores.

Além disso, atuamos para dar visibilidade às discussões sobre o Recaatingamento, que tiveram destaque na Zona Verde da COP 30, ampliando o alcance desse debate e reafirmando sua relevância como estratégia territorial de enfrentamento às mudanças climáticas e de valorização dos biomas e saberes do Semiárido.

Paralelamente, houve participação na **Cúpula dos Povos e na Marcha Global pelo Clima**, que reuniu cerca de 70 mil pessoas entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil, povos originários e comunidades tradicionais de diversos países. Tratou-se de um momento histórico, marcado pela força simbólica, pela diversidade cultural, pela resistência coletiva e pela indignação dos povos que estão na linha de frente dos impactos das mudanças climáticas.

A Marcha foi organizada em três blocos temáticos — **Terra e Território; Transição e Cidade Justa; e Internacionalismo** — e integrou a programação da Cúpula dos Povos, es-

paço que vem se consolidando como arena política de disputa de narrativas sobre a transição agroecológica. Enquanto governos e grandes corporações promovem soluções supostamente “verdes” que, em muitos casos, preservam o mesmo modelo de exploração, os movimentos sociais afirmam que não há justiça climática possível sem o enfrentamento das desigualdades históricas, territoriais, raciais, de gênero e de classe que estruturam a crise climática.

- **Convênio Educação**

A partir de diálogos estabelecidos com a **Secretaria de Educação de Juazeiro (SE-DUC)**, foi construída uma proposta de Convênio entre o Irpaa e a Secretaria, com objetivos estratégicos e estruturantes. Entre eles, destacam-se a realização de Formação Continuada para gestores, docentes e auxiliares da educação; a construção da Política Municipal das Escolas do Campo e Quilombolas, assegurando uma educação de qualidade, contextualizada e socialmente relevante para as comunidades; e a revisão do Documento Curricular Referencial de Juazeiro (DCRJ), Currículo Contextualizado para as Escolas do Campo e Quilombolas, de modo a valorizar a história, a cultura, a realidade local e a identidade dos sujeitos do território.

Essa parceria é um passo significativo para o fortalecimento da Convivência com o Semiárido e da Educação Contextualizada ao território, ao potencializar processos formativos alinhados às realidades locais. Ao mesmo tempo, incide de forma crítica para a consolidação de uma política pública educacional comprometida com a construção de uma educação significativa, que reconheça os sujeitos do campo e dos territórios quilombolas como protagonistas de seus processos educativos e de desenvolvimento.

- **Cartão de Natal**

A edição 2025 do cartão de Natal do Irpaa, concebido e desenvolvido pelo Eixo Educação e Comunicação, mantém a tradição de circulação em formato impresso para parceiros institucionais em âmbito local, nacional e internacional, além da equipe de colaboradoras/es. Paralelamente, a versão digital é direcionada às famílias agricultoras assessoradas e ao público em geral. A permanência do cartão físico, mesmo em um contexto amplamente digitalizado, configura um gesto político-afetivo que materializa a partilha de “boas novas” e estimula reflexões sobre pertencimento, memória e continuidade das práticas culturais.

Nesta edição, a peça gráfica adota uma **estética inspirada na literatura de cordel e na xilogravura nordestina contemporânea**, reafirmando a **identidade cultural do Semiárido e de seus povos**. A composição visual utiliza traços firmes, contornos marcados e uma paleta cromática vibrante, alinhada à nova identidade visual da instituição. Inovando na materialidade, o cartão foi produzido em **papel semente** contendo sementes de manjerição. Esse detalhe reforça o caráter simbólico da ação: após a leitura, o material pode ser plantado, possibilitando o nascimento de uma erva de múltiplos usos culinários, medicinais e ornamentais,

o que transforma o cartão em um gesto vivo e em permanente ciclo.

A ilustração incorpora elementos que representam a **diversidade sociocultural, ambiental e produtiva do Semiárido**, incluindo sol, caixas de abelhas, pássaros, agricultores e agricultoras, jovens estudantes, pescadores e pescadoras, além de casas, escola, associação comunitária e espaços de fé. Animais típicos da Caatinga, como o bode, a galinha e o jumento, acompanham referências vegetais como o umbuzeiro, o umbu e o caju, e tecnologias sociais como cisternas. Também aparecem referências ao forró, às dinâmicas de comercialização, à organização social, às práticas de fé, aos alimentos e às sementes. A paleta privilegia tons terrosos — ocres, vermelhos queimados e marrons profundos —, articulados com azul-céu, verde-caatinga, amarelo-sol e laranja-florada. A tipografia remete ao cordel tradicional, com discreto tratamento contemporâneo que assegura legibilidade e expressividade poética. A mensagem conceitual do cartão celebra a vitalidade que emerge da terra, a sabedoria ancestral das comunidades e o compromisso ético e político com a Convivência digna e equilibrada no Semiárido. O material constitui um convite à renovação, à esperança ativa e à ação coletiva em defesa da Caatinga, das águas e da justiça social — valores que estruturam as práticas e lutas das famílias agricultoras da região.



Figura 52 - Cartão de natal

4. RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Ao analisar de forma crítica e reflexiva as ações e atividades desenvolvidas em 2025 pelo Eixo Educação e Comunicação, observa-se o quantitativo de iniciativas realizadas em cada linha de atuação: Política (171), Formação (159), Assessoria (136) e Experimentação (2). Como demonstrado nos dados consolidados anteriormente, a linha Política obteve maior destaque no conjunto das ações do Eixo, o que reflete as prioridades institucionais e os esforços direcionados à incidência em espaços de debate e formulação de políticas públicas. Esse cenário convida à reflexão sobre o desafio de equilibrar as diferentes frentes de atuação, garantindo sustentabilidade e aprofundamento contínuo nas demais linhas.

No que se refere ao público assessorado e alcançado por linha de atuação, os números indicam os seguintes resultados: Política (52.066 pessoas), Formação (52.884) e Experimentação (20), totalizando 104.970 pessoas diretamente impactadas. No que tange à Assessoria, a mensuração quantitativa é mais delicada, dada a natureza continuada e territorial das intervenções. Este público é composto majoritariamente por adolescentes, jovens, mulheres e educadores/as. Tais dados reforçam a centralidade da incidência política como estratégia de alcance ampliado e de amplificação de narrativas do Semiárido em espaços nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que apontam a necessidade de refletir sobre o impacto qualitativo e o potencial de expansão das ações de experimentação e formação. Essas linhas são fundamentais para aprofundar processos educativos, fortalecer capacidades territoriais e promover transformações socioambientais de médio e longo prazo, especialmente em contextos de vulnerabilidade climática e socioeconômica.

Os resultados evidenciam um Eixo que, em 2025, atuou de forma integrada à missão institucional, priorizando a incidência política sem descuidar da base formativa e experimental. Contudo, persistem desafios como a necessidade de maior equilíbrio entre as linhas, a captação de recursos para expansão das ações territoriais e a mensuração mais precisa de impactos de longo prazo, visando consolidar avanços em direção a um Semiárido mais justo, resiliente e com protagonismo de suas populações.

5. DESAFIOS E DIFICULDADES

Em relação aos desafios e dificuldades enfrentados em 2025 pelo Eixo de Educação e Comunicação do Irapa, destacam-se questões estruturais e conjunturais que atravessam as linhas de atuação (Política, Experimentação, Formação e Assessoria), conforme análise reflexiva das experiências acumuladas ao longo do ano.

- Institucionalização da Educação Contextualizada: Apesar dos avanços nos diálogos com secretarias municipais de educação e na inserção de conteúdos relacionados à Convivência com o Semiárido em processos formativos e pedagógicos, persiste o desafio de consoli-

dar essa abordagem como política pública permanente. A incorporação efetiva aos currículos escolares, projetos político-pedagógicos e programas de formação continuada das redes de ensino ainda enfrenta resistências institucionais, falta de normativas específicas e baixa priorização governamental, o que limita sua escala e sustentabilidade;

- **Insuficiência orçamentária para programas de educação contextualizada/campo:** As reivindicações recorrentes das redes educacionais e da sociedade civil por maior investimento esbarram na alocação insuficiente de recursos em todas as esferas (municipal, estadual e federal). Esse cenário compromete a continuidade de ações, a capacitação de educadores/as e a expansão de iniciativas que promovam a valorização dos saberes locais, da cultura semiárida e da adaptação climática no âmbito escolar;

- **Ampliação do alcance e da profundidade das formações:** Embora as ações formativas tenham alcançado amplamente o Território Sertão do São Francisco, com destaque para cursos como o de Jovens Lideranças e formações em comunicação e educação, permanece o desafio de aprofundar os processos. É necessário maior acompanhamento pedagógico pós-formação, sistematização rigorosa das experiências vivenciadas, monitoramento de impactos territoriais e maior apropriação efetiva dos conteúdos por educadores/as, comunicadores/as e lideranças comunitárias, garantindo transformações duradouras e multiplicação de práticas;

- **Disputa de narrativas no campo da comunicação:** O fortalecimento das narrativas positivas e críticas da Convivência com o Semiárido ocorre em um contexto de intensa disputa simbólica, agravado pela desinformação, pelo negacionismo climático e por visões desenvolvimentistas excludentes que desvalorizam o bioma Caatinga e seus povos. Manter uma comunicação ética, crítica e politicamente consistente exige investimentos contínuos em formação de equipes, inovação em formatos e ferramentas (incluindo educomunicação e mídias populares), leitura permanente da conjuntura e construção de redes que reconheçam a comunicação como estratégia política central, não apenas instrumental;

- **Transversalização efetiva das pautas de direitos:** Embora temas como direitos das mulheres, antirracismo, equidade de gênero e reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais estejam presentes nas ações do Eixo, o desafio persiste em garantir a transversalização. É preciso superar abordagens pontuais ou complementares, assegurando que essas pautas orientem de forma estruturante as metodologias, os conteúdos, as práticas educativas e os processos decisórios internos e em parceria, contribuindo para a desconstrução de desigualdades históricas e para a promoção de uma inclusão real e interseccional.

Diante desses desafios, o Eixo Educação e Comunicação reafirma que os avanços obtidos em 2025 convivem com limites estruturais que exigem continuidade, aprofundamento político e fortalecimento das estratégias institucionais e em rede. A superação dessas dificuldades passa, necessariamente, pela incidência qualificada nas políticas públicas, pela defesa de

financiamento adequado para a educação contextualizada, pelo investimento permanente na formação crítica das equipes e pela consolidação da comunicação como dimensão estratégica da atuação política. Ao mesmo tempo, torna-se imprescindível aprofundar a transversalização das pautas de direitos como princípio orientador das práticas educativas e comunicacionais, de modo que contribuam efetivamente para a transformação das desigualdades históricas que marcam o Semiárido. Esses desafios, longe de deslegitimar o caminho percorrido, reforçam a relevância do Eixo e apontam direções estratégicas para o planejamento e a atuação nos próximos períodos.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

A partir da atuação do Eixo em 2025, as perspectivas são:

- A consolidação da integração entre Educação e Comunicação;
- Fortalecimento da incidência nas políticas públicas, a partir da ampliação do diálogo com gestores públicos e a participação em espaços de debate e decisão, o que cria condições favoráveis para intensificar a incidência política, especialmente na formulação e no acompanhamento de políticas de educação, comunicação, agroecologia e Convivência com o Semiárido;
- Ampliação do trabalho em rede, com a continuidade e o fortalecimento de parcerias com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e coletivos de comunicação, o que tende ampliar o alcance territorial e político das ações, potencializando processos formativos e de mobilização social;
- Inovação metodológica e comunicacional, a partir da experiência acumulada, que abre perspectivas para o desenvolvimento de novas metodologias educativas e formatos comunicacionais que dialoguem com diferentes públicos, especialmente juventudes, educadores/as e comunicadores/as populares, fortalecendo a dimensão pedagógica da comunicação; e combate à desinformação;
- Formação política contínua da equipe, através da participação em espaços nacionais e internacionais de debate (congressos, cúpulas e fóruns), o que aponta para a continuidade do investimento na formação crítica da equipe – elemento estratégico para qualificar as ações, aprofundar a leitura de conjuntura e sustentar a coerência político-institucional do Irpaa;
- Realização do 2º Seminário da Resab em celebração aos 25 anos;
- Produção e distribuição de cartilhas para contribuir na incidência política nos municípios em prol de políticas públicas;
- Construção de Política Municipal para as Escolas do Campo e Quilombola e Revisão do Documento Curricular Referencial de Juazeiro (DCRJ), contribuindo para a efetivação da con-

textualização no município;

- Elaboração de material didático (jogo pedagógico);

- Conclusão do planejamento de um podcast como estratégia de ampliação da comunicação, com o objetivo de levar os temas da Convivência – já trabalhados no programa Viva Bem no Sertão – para o público que consome conteúdo em plataformas de streaming (iniciativa ainda em fase de concepção).

As perspectivas delineadas indicam um horizonte de consolidação, aprofundamento político e qualificação das estratégias educativas e comunicacionais do Irpaa. A integração entre Educação e Comunicação, aliada ao fortalecimento do trabalho em rede, à inovação metodológica e à formação política contínua da equipe, cria condições concretas para ampliar a incidência nas políticas públicas e enfrentar desafios estruturais, como a desinformação e a fragilidade da institucionalização da educação contextualizada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Eixo teve uma atuação consistente e positiva nas linhas de Política, Formação e Assessoria de Comunicação em 2025. A análise dos desafios e dificuldades enfrentados revela que os avanços alcançados coexistem com limites estruturais profundos. Destacam-se, especialmente, as barreiras à institucionalização da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, a baixa efetividade de políticas públicas voltadas ao campo e a persistência de disputas simbólicas que fragilizam narrativas comprometidas com a valorização do Semiárido como território vivo e potencial.

A dificuldade em aprofundar processos formativos continuados e a resistência de parte das redes e instituições em reconhecer a comunicação como estratégia política central evidenciam entraves que vão além da capacidade isolada de ação do Eixo. Esses obstáculos demandam maior articulação política; incidência qualificada junto a gestores e espaços decisórios; e o fortalecimento contínuo de alianças institucionais e territoriais com movimentos sociais, redes — como a RESAB e a ASA — e comunidades do campo. Ao mesmo tempo, as perspectivas futuras delineiam um caminho sólido de consolidação e aprofundamento da atuação do Eixo, ancorado na integração estratégica entre Educação e Comunicação, na ampliação do trabalho em rede e na inovação metodológica e comunicacional. A aposta na formação política contínua da equipe; na produção de materiais pedagógicos e de incidência política; e na construção e revisão de políticas públicas municipais — como as direcionadas às Escolas do Campo e Quilombola — sinaliza um compromisso firme com transformações estruturais de longo prazo, em defesa da autonomia dos povos do Semiárido, da justiça hídrica, da agroecologia e da soberania alimentar.

Nesse sentido, os desafios identificados não fragilizam a trajetória construída pelo Irpaa ao longo de mais de três décadas, mas, ao contrário, reafirmam a centralidade do Eixo como espaço estratégico de articulação política, formação crítica e disputa de projetos para o Semiárido. Eles orientam a atuação futura na defesa dos direitos coletivos, da justiça social e ambiental, e da Convivência com o Semiárido como projeto político-pedagógico emancipatório.

EIXO

PRODUÇÃO

APROPRIADA



IRPAA

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO



1. Introdução

Este relatório apresenta as principais ações realizadas ao longo do ano de 2025, com os resultados alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas para o próximo período.

O ano foi marcado por muitos debates no Brasil e no mundo sobre as mudanças climáticas, a desertificação e a proteção dos biomas. A retomada de políticas públicas para a agricultura familiar, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a restauração ambiental abriu novas oportunidades de diálogo e participação social. Ao mesmo tempo, as comunidades continuaram enfrentando pressões de grandes empreendimentos, como mineração, projetos de energia, mercantilização da natureza, grilagem, dentre outros, o que reforçou a importância da organização popular e da luta pelos direitos territoriais.

A revogação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) constitui um marco relevante na luta por um projeto de sociedade destine recursos à agricultura familiar e na convivência com os biomas no Brasil. O ato reafirma o papel estratégico dos conselhos de políticas públicas, das redes de ATER e das organizações da sociedade civil, que historicamente têm pautado a valorização dos saberes tradicionais e dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

No âmbito internacional, destaca-se a incidência política na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), realizada em Belém (PA), que fortaleceu o reconhecimento da agricultura familiar e das redes territoriais como vetores centrais da justiça climática. Esse debate insere-se em um contexto global no qual as regiões semiáridas passam a ser compreendidas como territórios estratégicos de resiliência, inovação sociotécnica e produção de soluções adaptativas frente à crise climática.

Nesse contexto, a atuação do eixo voltou-se ao acompanhamento direto das famílias, com visitas técnicas, formações, intercâmbios, encontros comunitários e articulação com movimentos sociais, universidades e órgãos públicos.

Este relatório é, portanto, uma forma de prestar contas à sociedade, aos parceiros e às próprias comunidades, além de servir como base para planejar os próximos passos, reafirmando o compromisso com a defesa da Caatinga em Pé, a justiça social e o Bem Viver nos territórios.

2. NOSSA CAMINHADA EM 2025

Dados das principais ações realizadas ou que contribuímos em 2025.

O ano de 2025 foi marcado por uma intensa atuação territorial, pelo fortalecimento das organizações comunitárias, pela ampliação da incidência política e pela consolidação de processos formativos. O Eixo Produção Apropriada atuou em **223 comunidades**, assessorando **4.000 famílias**, contando com uma equipe técnica de **29 integrantes** (12 mulheres e 17 homens). A atuação foi integrada pelos projetos alocados no eixo, tais como: MMA/Recaatingamento; ATER Biomas; Misereor; Bahia Sem Fome e Sage/MAM.

MMA/Recaatingamento

Com o trabalho voltado para o manejo sustentável dos recursos naturais nas comunidades tradicionais agropastoris e extrativistas no bioma Caatinga, esta ação foi financiada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), via Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. As atividades foram realizadas em 11 comunidades tradicionais de Fundo de Pasto e Povos Indígenas nos municípios de Canudos, Uauá, Curaçá e Abaré. O cronograma incluiu a realização do seminário de Recaatingamento, encontros de jovens e mulheres, visitas técnicas, formações e oficinas. Houve também reuniões coletivas, visitas comunitárias e intercâmbios sobre recuperação de solos, capacidade de suporte forrageiro, juventude e questões de gênero.

O trabalho com Recaatingamento não se limita à recomposição da vegetação; envolve o plano de manejo sustentável, a educação contextualizada e o fortalecimento socioeconômico por meio de associações e cooperativas.

ATER Biomas

Com foco em assessorias técnicas destinadas à estruturação produtiva e à articulação de políticas públicas, esta iniciativa promove o desenvolvimento rural sustentável de Unidades Produtivas Familiares (UPF). O projeto atende 1.080 famílias nos municípios de Juazeiro, Curaçá, Sento Sé, Sobradinho e Casa Nova. Entre as principais ações realizadas, destacam-se visitas técnicas individuais, dias de campo, oficinas temáticas, demonstrações didáticas, reuniões técnicas, seminários temáticos e intercâmbios.

Bahia Sem Fome

O projeto ATER Bahia Sem Fome é uma iniciativa financiada pelo governo do Estado da Bahia, por meio da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahia-ter) e do Programa Bahia Sem Fome, vinculado à Casa Civil da Bahia. A ação assessora 490 famílias nos municípios de Canudos, Curaçá, Sento Sé, Remanso, Campo Alegre de Lourdes

e Pilão Arcado. As atividades voltaram-se para segurança alimentar, nutricional e hídrica, com foco na produção de alimentos saudáveis e combate à fome. Dentre as principais metas executadas, destacam-se visitas técnicas, oficinas temáticas, dias de campo e intercâmbios.



Figura 53 - Oficina temática: Comunidade Pau Ferro, Curaçá, BA.

Misereor

Visando ao fortalecimento das comunidades tradicionais e à resiliência frente à emergência climática, este projeto tem apoiado as comunidades no acesso a seus direitos e na defesa dos territórios tradicionais contra ameaças de grandes empreendimentos. A iniciativa abrange práticas sustentáveis de produção de alimentos e processos de combate à desertificação, somados à mobilização e organização das juventudes.



Figura 54 - Elaboração do protocolo autônomo para Consulta Prévia, Livre e Informada na comunidade tradicional de Fundo de Pasto Caiçara.

Fundo SAGE

Executado pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) em parceria com o Irpaa e financiado pelo Fundo Sage, este projeto visa desenvolver ações estratégicas para mobilizar, organizar e fortalecer a defesa de gênero diante das violações e ameaças do setor mineral brasileiro, com atuações nos municípios do sudoeste e norte da Bahia.

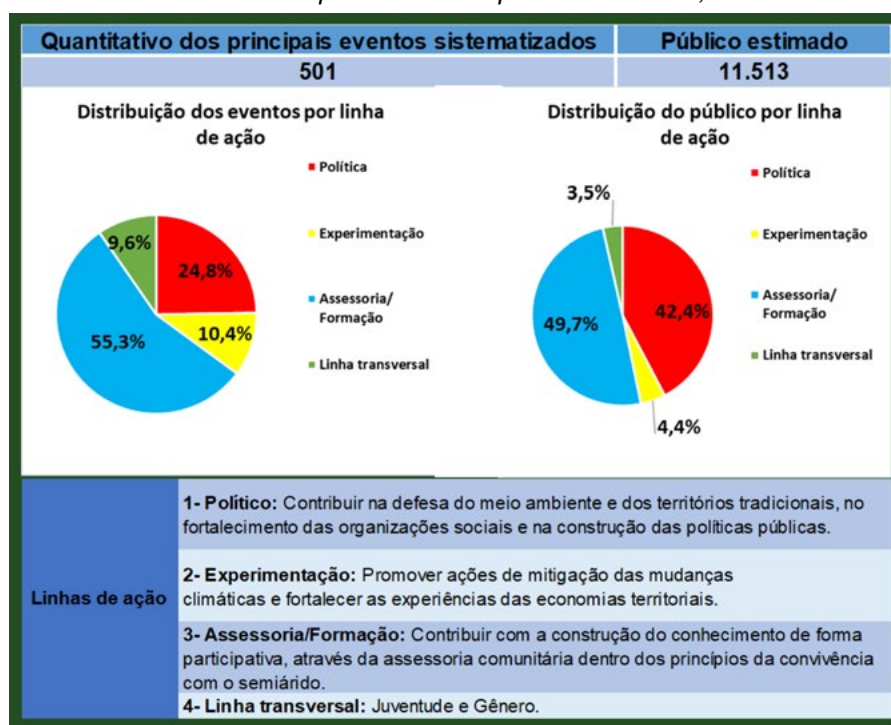
À medida que o setor da extração mineral cresce, o número de conflitos por terra e água causados pelas empresas minerárias aumenta de forma alarmante. Na prática, a chegada desses empreendimentos traduz-se em violações diárias dos direitos humanos e ambientais, impactando severamente as comunidades tradicionais e a vida das mulheres — realidades frequentemente invisibilizadas pela sociedade. A destruição da Caatinga, a poluição da água e outras violações ambientais ocorrem simultaneamente a graves violações dos direitos humanos.

O cronograma de atividades abrangeu iniciativas como: estruturação das coordenações regionais do MAM; encontros formativos com mulheres e jovens; processo formativo da turma do AGPOPSUS; criação de um coletivo de Saúde; fortalecimento das articulações do movimento, mobilização e realização do II Encontro Nacional do MAM.



Figura 55 - Lançamento da Campanha permanente na defesa dos territórios tradicionais e campestres.

Gráfico. Principais eventos e público estimado;



2.1. Descrição das ações nas linhas prioritárias de atuação do eixo Produção Apropriada.

2.1.1. Política

Destacam-se a participação em ciclos formativos e conferências, a incidência em fóruns, redes e conselhos, a articulação com órgãos estaduais e federais (SDR, SUAF, MDA, MMA, etc.), o fortalecimento dos fóruns territoriais e a atuação em seminários sobre impactos de grandes empreendimentos.

Foi realizado um conjunto de ações que contribuíram para a elaboração de Protocolos Autônomos de Consulta Prévia, Livre e Informada (Convenção 169 da OIT). Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais desenvolveram esses instrumentos para externalizar ao Estado suas regras, normas e procedimentos para a realização de consulta, bem como as formas de organização e tomada de decisão de cada povo. Somam-se a essas iniciativas o fortalecimento das comissões regionais e municipais de Fundo de Pasto; o mapeamento agroecológico na Comunidade tradicional de Fundo de Pasto de Bom Jardim, Canudos; a produção de material informativo sobre documentação de terras e a articulação com o programa SIPAM/FAO para a indicação das comunidades tradicionais de fundo de pasto como Sistemas Importantes para o Patrimônio Agrícola Mundial.

Outras ações de relevância incluem o apoio a coletivos que debatem sobre e aplicam os princípios da economia solidária e do mercado justo, além da articulação de jovens em grupos produtivos, cooperativas, associações, movimentos sociais, grupo de artes e cultura. Atualmente, oito grupos de jovens estão organizados e desenvolvem ações políticas e práti-

cas fundamentadas na Convivência com o Semiárido. Destaca-se, ainda, o protagonismo de mulheres na gestão de associações, cooperativas e movimentos sociais; bem como o fortalecimento da articulação com instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais e entidades de assessoria voltadas ao Recaatingamento.



Figura 56 - IV Seminário Estadual de Recaatingamento, em Juazeiro, BA.

O IV Seminário Estadual de Recaatingamento, realizado em Juazeiro (BA), resultou na elaboração da **Carta Política**¹ que sintetiza as principais pautas, demandas e proposições construídas coletivamente ao longo do evento. O documento reafirma a urgência de políticas públicas voltadas para a proteção do bioma e destaca que “**Sem Terra e Território não há Recaatingamento**”



Figura 57 - Relatório gráfico do IV Seminário Estadual de Recaatingamento.

1 Disponível em: [Carta Política - IV Seminário Estadual de Recaatingamento](#).

2.1.2. Experimentação

Foram fortalecidas parcerias com a UEFS, o INSA, a UNEB, o INPE e a Embrapa. A atuação incluiu a elaboração de planos de experimentação com ajustes metodológicos, a articulação com órgãos estaduais e federais para o apoio às ações de Recaatingamento e elaboração de projetos em parceria com instituições de pesquisa.

Decorrente dessas iniciativas, diversas comunidades já contam com planos de manejo elaborados e em fase de implementação, além da expansão da metodologia do Recaatingamento para diferentes territórios do Semiárido. Destaca-se ainda a inclusão de cinco novas comunidades que iniciaram a aplicação da metodologia do Recaatingamento em seus territórios, classificados como clima árido.

As ações de formação visaram ao fortalecimento da produção orgânica no Território Sertão do São Francisco, realização de visitas de pares e monitoramento nos processos de certificação orgânica. O Núcleo Sertão do São Francisco promoveu o processo formativo da Comissão de Verificação da Conformidade Orgânica, com foco no escopo de “Produção Primária Vegetal”, em atividade sediada na Escola Família Agrícola (EFA) de Sobradinho (BA).

A atuação do Núcleo é vinculada ao Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) da Rede Povos da Mata e teve início com o apoio da CAR, por meio do Projeto Pró-Semiárido. Atualmente, a parceria entre a Rede Povos da Mata e a CAR viabiliza a execução do projeto “Agroecologia em Rede: mais alimentos e mais vida”.

O OPAC é o organismo responsável pela avaliação e certificação da conformidade orgânica de propriedades e agricultores. Quando concedida, essa certificação autoriza a comercialização de produtos com o selo “Brasil Orgânico”, credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).



Figura 58 - Reuniões de avaliação com os grupos da certificação orgânica nos Municípios de Remanso, Casa Nova e Campo Alegre Lourdes.

2.1.3. Assessoria e Formação

No âmbito das ações de assessoria e formação, foram apoiadas diretamente 20 famílias com a disponibilização de materiais para implantação de canteiros produtivos e galinheiros, além de orientação para emissão de documentos e do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). As equipes também atuaram na mediação para inscrição em programas sociais, no acesso ao Garantia-Safra e na articulação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios, visando ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Realizou-se também a distribuição de cestas básicas e a entrega de 70 filtros domiciliares, destinados a famílias assessoradas pelo Programa Bahia Sem Fome (BSF), com apoio de projetos vinculados à cooperação internacional. Destacam-se, ainda, a doação de 2.000 mudas de palma forrageira.



Figura 59 - Comunidade de Juá, Distrito de Pinhões, Juazeiro.

Foram realizadas ações voltadas ao fortalecimento de lideranças comunitárias, ampliando a capacidade de organização social e incidência local nos processos de acesso a políticas públicas e defesa de direitos. Somam-se a essas iniciativas atividades formativas dirigidas a famílias agricultoras e estudantes, com foco no aumento da produtividade, agregação de valor e diversificação das atividades econômicas. Entre as capacitações ofertadas, destacam-se formações em beneficiamento do umbu, manejo sanitário, alimentar e reprodutivo de caprinos e ovinos, implantação e manejo de pastagens, produção de feno e silagem.

As equipes também prestaram assessoria técnica continuada às famílias nos diferentes setores produtivos e acompanharam o trabalho do Centro de Formação Dom José Rodrigues, em Juazeiro, bem como de grupos, associações e cooperativas, com vistas ao fortalecimento das organizações locais e à ampliação dos canais de comercialização, contribuindo para a geração de renda e a sustentabilidade econômica das iniciativas comunitárias.



Figura 60 - Oficina de beneficiamento de frutas, comunidade Boa Vista dos Pauzinhos, Campo Formoso, BA.



Figura 61 - Abertura do primeiro barreiro trincheira para famílias do ATER Bahia Sem Fome.



Figura 62 - Viveiro construído através do ATER BSF, Comunidade Lagoa D'água, Remanso, BA.



Figura 63 - Formação sobre Manejo Ecológico do Solo com alunos egressos das EFAs, Centro de Formação, Juazeiro.



Figura 64 - Reunião comunidade São Gonçalo, Campo Alegre de Lourdes.

2.1.4. Linha transversal: Juventude e Gênero

Juventude

O trabalho desenvolvido com as juventudes nos territórios tem avançado para o fortalecimento das organizações populares, a defesa dos territórios tradicionais e a Convivência com o Semiárido. Ao longo do período, foram realizadas diversas ações formativas, organizativas e de incidência política, destacando-se a formação de Jovens Lideranças para atuação em associações, cooperativas, movimentos sociais e espaços institucionais.

Como parte desse processo, foram elaboradas sistematizações com reflexões, metodologias e registros das práticas educativas do Irpaa junto às juventudes, incluindo a publicação

da edição referente a 2024² e a preparação de nova publicação prevista para 2025, contribuindo para a difusão de conhecimentos e o fortalecimento das estratégias pedagógicas nos territórios.

Diversos espaços coletivos foram promovidos, a exemplo do III Seminário das Juventudes da Região de Canudos, Uauá e Curaçá, realizado em Canudos (BA), e a **31ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido para as Juventudes**, além da participação ativa de jovens em congressos, marchas, seminários e conferências territoriais e nacionais.



Figura 65 - III Seminário das juventudes da região de Canudos, Uauá e Curaçá, em Canudos, BA.

Nos territórios, a equipe técnica fomentou e acompanhou iniciativas voltadas à valorização cultural, organização produtiva e mobilização comunitária. Destacam-se o projeto de resgate e valorização da cultura no bairro Jardim Primavera, Juazeiro, com participação de 30 jovens — iniciativa dos estudantes da república do Irpaa —; o apoio à fundação do grupo de jovens da comunidade Café da Rosa, em Sento Sé; a conclusão do **Curso de Formação de Lideranças Jovens**, estruturado em sete módulos, com **25 jovens certificados**; a participação de **150 jovens** na Romaria de Campo Alegre de Lourdes; formações com **20 jovens** da Escola Família Agrícola de Casa Nova (EFAC); e ações de cinema comunitário envolvendo **20 jovens** em comunidades de Campo Formoso.

2

Acesso em: <https://irpaa.org/cartilhas/sistematizacao-do-trabalho-com-juventudes/>.



Figura 66 - Participação da 13ª Romaria em Defesa da vida em Campo Alegre Lourdes.

Essa frente de trabalho fortaleceu a atuação em grupos produtivos, cooperativas, associações, movimentos sociais e coletivos de arte e cultura. Entre as experiências destacadas, o grupo Café da Rosa vem desenvolvendo atividades em apicultura; o coletivo Raízes Culturalizadas teve projeto aprovado pela CESE para produção audiovisual; e o Grupo de Jovens Tuxi realizou ações comunitárias em seu território.

Ao todo, foram acompanhados **11 grupos de jovens organizados**, que desenvolvem ações políticas e práticas orientadas pelos princípios da Convivência com o Semiárido, além da constituição e fortalecimento de **mais três novos grupos**: a Articulação de Jovens do Campo e da Cidade de Sobradinho; o Grupo de Jovens do Sítio Bom Progresso e Vizinhanças, em Casa Nova; e o Grupo de Jovens Resistência de Canudos, na comunidade Rio do Vigário.

No campo da incidência política e da articulação institucional, o Irpaa, por meio da Comissão de Juventudes, integrou o Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE) e o Conselho Municipal de Juventude de Juazeiro (COMJUV). Houve ainda apresentação de experiências no Congresso Brasileiro de Agroecologia; participação em formações internacionais sobre transparência climática com jovens lusófonos; presença no Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, em Manaus (AM); participação no Encontro de Jovens do MST, em Sobradinho; e representação na Conferência Setorial de Juventude, em Recife (PE).

Destaca-se, por fim, a eleição de uma jovem integrante da Comissão de Juventude do Irpaa como delegada nacional para a etapa de 2026 da Conferência Nacional de Juventude, reafirmando o fortalecimento do protagonismo juvenil e a ampliação da incidência política das juventudes do Semiárido nos espaços de decisão pública.

Gênero

Em meio às ações desenvolvidas pelo Irpaa na linha de gênero, foi central o debate pela garantia dos direitos das mulheres, processos formativos, articulações territoriais e estratégias de incidência política, contribuindo para a ampliação do protagonismo feminino nas comunidades e para o enfrentamento das múltiplas formas de violência que afetam as mulheres no Semiárido.



Figura 67 - Estudo com mulheres de 14 comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, Massaroca, sobre lutas populares.

No âmbito comunitário, famílias participaram de debates sobre a divisão justa do trabalho doméstico e produtivo, bem como sobre as diversas formas de violência enfrentadas pelas mulheres. A equipe técnica do Irpaa realizou formações específicas sobre gênero nos territórios de atuação, promovendo reflexões coletivas e fortalecendo a autonomia das mulheres. Paralelamente, consolidou-se a parceria com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) para apoiar a comunidade de Andorinhas, onde as mulheres apontaram a ameaça da mineração como prioridade.

Em reunião realizada em Juazeiro, envolvendo o Irpaa, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Rede Mulher e o MAM, foi encaminhada a articulação para garantir a participação da comunidade de Andorinhas no II Encontro Nacional do MAM, ocorrido em Fortaleza (CE), entre 24 e 28 de agosto de 2025. A presença da comunidade no evento possibilitou a amplificação nacional de sua denúncia e fortaleceu as alianças territoriais em defesa dos direitos socioambientais.



Figura 68 - Reunião com parcerias MAM, IRPAA/MMTR e Rede Mulher, Juazeiro.

Durante o II Encontro Nacional do MAM, mais de 1.200 pessoas, entre camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores urbanos e rurais, participaram das atividades, reafirmando o lema “Lutar pelo território, controlar o subsolo!”, o que favoreceu para reforçar a visibilidade das lutas contra projetos minerários que ameaçam comunidades tradicionais.



Figura 69 - Participação no II Encontro Nacional do MAM, que ocorreu em Fortaleza, CE.

Outras iniciativas relevantes incluíram a participação das mulheres na Conferência Interterritorial de Políticas para as Mulheres, espaço destinado à construção coletiva de propostas para políticas públicas com base no texto da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM). O processo teve como objetivos a elaboração de diretrizes territoriais e a eleição de delegadas para a etapa estadual, visando à promoção da igualdade, da democracia e da justiça social.



Figura 70 - Comissão Territorial da Conferência de Políticas para Mulheres.

As mulheres também participaram ativamente da 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Juazeiro, da 5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia, de encontros intermunicipais em Sento Sé, Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado, bem como do Festival de Mulheres da Boa Vista e Adjacências, em Campo Formoso — que integrou feira de economia solidária, oficinas e atividades culturais —, promovendo geração de renda, visibilidade social e fortalecimento dos vínculos comunitários.

No município de Curaçá, o Irpaa apoiou o Encontro da Rede Mulher Municipal, voltado ao planejamento da criação do Conselho Municipal de Mulheres e à articulação para a Assembleia Territorial, ampliando os espaços institucionais de participação feminina.

Destaca-se, ainda, o apoio à participação de lideranças femininas na 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada em Brasília (DF), que reuniu milhares de mulheres de todas as regiões do país. Representando o Território Sertão do São Francisco, mais de 50 mulheres estiveram presentes, reafirmando o protagonismo das mulheres negras na defesa de direitos, no enfrentamento ao racismo e na luta por políticas públicas voltadas ao Bem Viver.



Figura 71 - 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, em Brasília, DF.

3. OUTRAS ATIVIDADES

Ocorreram diversas outras atividades, conforme registradas ao longo do ano de 2025, com base nos registros consolidados na planilha de monitoramento. As atividades envolveram principalmente a articulação comunitária e institucional; realização de atividades formativas; reuniões e encontros; participação em eventos, assembleias, celebrações e mobilizações; apoio técnico; e acompanhamento territorial.



Figura 72 - Celebração dos 35 anos do Irpaa com associados/as, equipe e representantes de organizações parceiras, no Centro de Formação Dom José Rodrigues, Juazeiro, BA.

A atuação do Eixo foi marcada pela presença estratégica em espaços de debate e mobilização. Destacam-se o 4º Seminário Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica na Bahia; o Ciclo de Formação das Organizações Populares da Bahia e o GT Terra. Tivemos também papel ativo no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA); na Feira da Agrobiodiversidade, 13º CBA; Ato Público; Feira Territorial Vila da Economia Solidária — ocorridos em Juazeiro (BA).

A agenda incluiu ainda a participação em grandes eventos técnico-científicos, como o 11º Semiárido Show; a IV Feira da Agrobiodiversidade; e o I Seminário Nacional de Inovação Inclusiva, todos realizados na Embrapa Semiárido (PE). No campo da cultura e segurança alimentar, houve engajamento no PescadosFest 2025, em Sobradinho; na 72ª Missa dos Vaqueiros de Curaçá; no Seminário Interestadual da Caprinovinocultura, em Casa Nova e Remanso; e na Audiência Pública que discutiu segurança alimentar e nutricional em Juazeiro, BA;

Internacionalmente, destaca-se a participação na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém (PA). E por fim, ressaltam-se as oficinas sobre o monitoramento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planab) e Programa de Fortalecimento e Amplia-

ção de Redes de Agroecologia e Produção Orgânica (Ecoforte), em Juazeiro-BA; e a Oficina macroterritorial com entidades executoras do projeto ATER Biomas, em Uauá, BA.



Figura 73 - Programa Recaatingar e Floresta Viva 2: ações para a Recuperação da Caatinga, na COP30, Belém, PA.



Figura 74 - 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS), Brasília, DF.



Figura 75 - Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Juazeiro, Ba.

Vale destacar a participação ativa de organizações sociais, movimentos populares, gestores públicos e representantes da sociedade civil; inclusive, todos os municípios do Território Sertão do São Francisco se envolveram na realização das etapas locais da conferência.



Figura 76 - Reunião com equipe técnica, Curaçá.



Figura 77 - Trilha da Convivência com o Semiárido, Comunidade Quilombola de Lagoinha, Casa Nova.



Figura 78 - Formação da equipe técnica e agricultores assessorados pela APAEB sobre Caprinos e Ovinos em Valente.



Figura 79 - Incidência política com MMA.



Figura 80 - Reunião com o Bispo Dom Valdemir da Diocese de Juazeiro.



Figura 81 - Debate no CONDRAF sobre o plano do clima.



Figura 82 - Seminário regional com comunidades tradicionais de fundo de pasto, Uauá.

4. RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

A execução das ações previstas no período produziu efeitos significativos no fortalecimento social, territorial, produtivo e ambiental das comunidades assessoradas. Os resultados observados refletem avanços na organização comunitária, na incidência política, na ampliação do acesso às políticas públicas e da convivência com o Semiárido.

a) Fortalecimento da Participação Social e da Organização Comunitária

Registrou-se expressiva ampliação da participação comunitária nos processos formativos e nos espaços de diálogo coletivo, consolidando práticas permanentes de escuta, planejamento participativo e articulação.

As comunidades passaram a atuar de forma mais integrada na defesa de seus direitos e territórios tradicionais, denunciando conflitos, reivindicando junto aos órgãos públicos e enfrentando a pressão de grandes empreendimentos. Destacam-se os processos de autorreconhecimento e o encaminhamento de solicitações de certificação como Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto das localidades de Arapuá Novo e Barra do Angico, em Juazeiro, Pau Ferro, em Remanso e Sítio Bom Progresso, em Casa Nova.

Houve apoio institucional ao lançamento da Campanha Permanente em Defesa dos Territórios Tradicionais e Campesinos, bem como à mobilização de comunidades frente às ameaças territoriais, por meio de fóruns regionais, encontros de lideranças municipais e territoriais, seminários temáticos e dias de estudo, com participação expressiva de mulheres e lideranças comunitárias.



Figura 83 - Logo da Campanha Permanente em Defesa dos Territórios Tradicionais e Campesinos.

b) Incidência Política e Articulação Institucional

As ações fortaleceram a capacidade de incidência das comunidades junto ao poder público, exemplificada pela articulação entre territórios de diferentes municípios para reivindicação de direitos frente à implantação de grandes empreendimentos, como linhas de transmissão, mineração e parques eólicos.



Figura 84 - Seminário Linhas de Transmissão: desafios, ameaças e impactos para comunidades tradicionais, na UNEB, Juazeiro, BA.

Paralelamente, foi intensificada a articulação com instituições de ensino, pesquisa e órgãos governamentais para o desenvolvimento de estratégias de conservação e restauração da Caatinga, especialmente por meio da metodologia do Recaatingamento. Foram elaborados projetos em parceria com universidades e centros de pesquisa, realizados seminários conjuntos e estabelecidos diálogos com instâncias estaduais e federais.

Essas parcerias resultaram na aprovação de novos projetos, publicações científicas e ampliação das ações de pesquisa aplicada em territórios comunitários, fortalecendo a base técnica das intervenções.

c) Reaatingamento

Observou-se a ampliação da metodologia do Reaatingamento para novos territórios inseridos em áreas de clima árido, com a incorporação de cinco novas comunidades. Foram elaborados e implementados Planos de Manejo Comunitário em 11 comunidades, contribuindo para a conservação da Caatinga, a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da gestão coletiva dos bens naturais. As comunidades demonstraram maior autonomia para a defesa da Caatinga em Pé de seus territórios e para a manutenção dos sistemas produtivos, consolidando o vínculo entre proteção ambiental e soberania territorial.

d) Formação de Lideranças e Fortalecimento Organizativo

As ações de formação continuada alcançaram 169 lideranças comunitárias, ampliando a capacidade local de mobilização, gestão associativa e participação social, com atenção especial à juventude e às mulheres. Houve apoio à fundação e reativação de associações comunitárias, totalizando 89 organizações habilitadas a acessar políticas públicas, programas governamentais e editais de financiamento, fortalecendo a sustentabilidade institucional dos territórios.

e) Avanços Produtivos, Infraestrutura e Acesso às Políticas Públicas

No campo produtivo, registraram-se avanços importantes na diversificação das atividades familiares, no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional e no acesso a políticas públicas. Entre os destaques, encontram-se:

- Implementação de cisternas de primeira e segunda água;
- Acesso ao saneamento rural, por meio do reuso total das águas;
- Feiras agroecológicas;
- Renovação e adesão ao Programa Garantia-Safra por agricultores familiares;
- Entrega de kits produtivos para grupos comunitários, incluindo equipamentos agrícolas, materiais apícolas e insumos para a criação de abelhas com ferrão;
- Apoio à comercialização solidária e à qualificação de produtos;
- Incidência pública que resultou na ampliação do acesso à energia elétrica para dezenas de famílias;

- Distribuição de milho pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para alimentação animal, garantindo suporte aos pequenos criadores em período crítico de estiagem.
- Acesso a editais públicos.

Essas ações favoreceram o aumento da resiliência das famílias frente às adversidades climáticas e fortaleceram os sistemas produtivos locais. Por fim, entre os projetos aprovados em 2025, temos o **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO**, cujo contrato foi assinado ao final do ano com prazo de 48 meses. A iniciativa abrange os municípios de Curaçá, Abaré, Chorrochó e Macururé, com objetivo de implementar ações de restauração ecológica e fortalecimento da cadeia produtiva da restauração em municípios com clima árido.

5. DESAFIOS E DIFICULDADES

A execução das ações vem sendo impactada por fatores estruturais, climáticos e operacionais que exigem atenção prioritária para garantir a efetividade dos resultados previstos. Destacam-se como pontos críticos:

- **Baixa adesão das famílias às atividades coletivas e aos planos produtivos**, limitando o alcance das estratégias de fortalecimento socioeconômico.
- **Insuficiência de recursos financeiros para investimentos produtivos essenciais**, especialmente em infraestruturas básicas.
- **Agravamento dos efeitos da estiagem prolongada**, com impactos diretos sobre a segurança alimentar, a produção agropecuária e a permanência das famílias nas atividades do projeto.
- **Déficit estrutural no acesso à água**, decorrente da ausência de tecnologias adequadas de armazenamento e da dependência de soluções emergenciais, como carros-pipa e poços com alta salinidade.
- **Limitações logísticas para acesso às comunidades**, em função da precariedade das estradas vicinais, restringindo a frequência das visitas técnicas e ações coletivas.
- **Desalinhamento de expectativas entre parte das famílias e os objetivos do projeto**, especialmente quanto à oferta de benefícios físicos não previstos, afetando a continuidade da assessoria técnica.
- **Baixa participação** de algumas comunidades ou pessoas nas ações;
- **Ameaças de grandes empreendimentos aos territórios tradicionais**;
- **Estado subordinado aos interesses das empresas** tem desrespeitado os povos e

comunidades tradicionais nos processos de consulta prévia livre e informada;

- **Falta de acesso à terra**, e/ou terra em tamanhos insuficientes para a realidade do semiárido;
- **Envolvimento limitado das juventudes**;
- **Prazo do edital insuficiente** para a realização das execuções individuais e o respectivo lançamento nos sistemas (Coletum e SIGATER).
- Famílias com altos índices de alcoolismo, **conflitos familiares** e de vizinhança, violência contra as mulheres, falta de documento de terra e de documentos pessoais; além da migração para grandes centros urbanos em busca de oportunidades, resultando no abandono do projeto.
- **Limitações logísticas para a execução de atividades coletivas**, com dificuldade de acesso às comunidades e ao transporte de insumos alimentares; decorrentes da indisponibilidade de veículos institucionais e da ausência de serviços de transporte complementar (lotação) em determinados municípios.
- **Desgaste emocional de integrantes da equipe técnica** decorrente do esforço empregado no projeto da impossibilidade de cumprimento integral do cronograma, apesar do esforço empenhado na execução do projeto.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas para o próximo período indicam a necessidade de intensificar estratégias voltadas ao fortalecimento da participação comunitária, à defesa dos territórios tradicionais e à ampliação do impacto social das ações desenvolvidas.

- **Ampliação da participação comunitária e da adesão às atividades formativas**, consolidando as ações como espaço de aprendizado e organização social.
- Povos e Comunidades tradicionais usando seus próprios **mecanismos para a implementação de consulta e consentimento, principalmente através de protocolos comunitários autônomos de consulta**.
- **Fortalecimento da defesa dos territórios e do bem viver**, promovendo maior articulação comunitária e valorização dos modos de vida tradicionais.
- **Integração entre comunidades**, assegurando continuidade das ações e maior cooperação territorial.
- **Formação e fortalecimento de novas lideranças**, com foco especial em jovens e mulheres.

- **Redução da burocratização dos sistemas e metas dos projetos de ATER**, visando maior agilidade e efetividade na implementação das ações.
- **Ampliação das iniciativas voltadas às juventudes**, estimulando inovação social e permanência no campo.
- **Inspiração e reinvenção de práticas comunitárias**, fortalecendo processos coletivos e soluções adaptadas às realidades locais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2025 foi marcado por intensa presença nos territórios, ampliação das articulações políticas e fortalecimento das organizações comunitárias. As ações desenvolvidas no eixo Produção Apropriada e nos diferentes projetos apresentados neste relatório demonstram a eficácia de um trabalho construído junto às comunidades, que combina assessoria técnica, educação popular, incidência política, cuidado com a Caatinga e defesa dos territórios tradicionais.

Os resultados evidenciam avanços importantes na organização social, na formação de lideranças, na participação de jovens e mulheres, na ampliação do acesso às políticas públicas e na adoção de práticas produtivas apropriadas. A expansão das ações de Recaatingamento, a elaboração de planos de manejo comunitário, o fortalecimento das associações, a mobilização em campanhas e fóruns territoriais e a conquista de melhorias concretas na vida das famílias — como acesso à energia elétrica, insumos produtivos e programas de apoio à agricultura familiar — reafirmam o papel estratégico das comunidades para a Convivência com o Semiárido.

Ao mesmo tempo, há desafios estruturais que exigem atenção contínua, tais como a perda do acesso aos territórios, a pressão dos minifúndios, as grilagens de terra e a mercantilização da natureza. Somam-se a esses fatores as dificuldades de acesso à água, a precariedade das estradas, as ameaças de grandes empreendimentos aos territórios, a burocratização de sistemas públicos e as vulnerabilidades sociais presentes em parte das famílias acompanhadas. Essas questões reforçam a importância da continuidade das políticas públicas de ATER, da atuação em rede com instituições de pesquisa e órgãos governamentais e do fortalecimento das estratégias comunitárias de organização e resistência.

As perspectivas apresentadas para o próximo período indicam caminhos claros: ampliar a participação das comunidades nas atividades coletivas, fortalecer a formação de novas lideranças — especialmente jovens e mulheres —, integrar ainda mais os territórios, qualificar os processos produtivos e ambientais e seguir incidindo politicamente para garantir direitos, água, terra e território e condições dignas de vida no campo.

Relação das equipes que atuaram no IRPAA em 2025

Eixo Clima e Água

1	Adriana Ferreira Nascimento
2	Alexandre Alves do Nascimento
3	Almir Santos Barros (até maio)
4	Ana Vitória Santos Araújo Ferreira (a partir de setembro)
5	André Azevedo Rocha (Coordenador)
6	André Lira de Souza (até maio)
7	Andressa de Souza Menezes
8	Angelina Santana da Silva (até fevereiro)
9	Bruno Gonçalves da Silva
10	Carlos César Gomes Ribeiro
11	Daiane de Souza Dantas
12	Dannielle Roseanne Pereira Santos Martins (até maio)
13	Djavan Silva (até fevereiro)
14	Domingos Ramos Ferreira da Silva
15	Evilane da Silva Santos (até maio)
16	Ingrid Ferreira da Paixão (até maio)-
17	Jardel Nascimento de Jesus (até maio)
18	João Gnadlinger
19	José Otávio dos Santos (de fevereiro a maio)
20	Luiz Carlos Alves Passos (até abril)-
21	Manoel Rodrigues Ribeiro
22	Maria de Lourdes de Almeida
23	Nadson de Oliveira Mascarenhas (até junho)
24	Paulo Cesar de Jesus Santos
25	Rafael Lucas Almeida Conceição
26	Romário dos Santos Cruz (de fevereiro a maio)
27	Rubens Ferreira da Silva (até maio)
28	Thainá Prazeres Alves (até maio)
29	Thiago Oliveira de Almeida
30	Vanderlei Leite da Silva (a partir de setembro)
31	Wermerson Cardoso Silva Matos
32	Wesley Nunes de Souza (até abril)

Eixo Produção Apropriada

33	Agostinho Pereira Lima Neto	50	Luis Almeida Santos
34	Alane Naiara Nunes da Silva	51	Luciano José de Carvalho
35	Alessandro Santos Santana	52	Maiara de Sousa Freitas
36	André Luiz Lopes Pereira	53	Maiara Silva de Carvalho
37	Darlei da Silva Rodrigues	54	Maria de Fátima Ribeiro de Sousa
38	Denis Vieira dos Santos	55	Maria Franziska Oberhofer
39	Diego de Almeida Braga	56	Rosemaria Alves dos Santos Lúcio
40	Eleide Santos de Brito	57	Roziane Ivan dos Santos
41	Filipe de Souza Costa	58	Thais Loranne Soares Carvalho
42	Geiziane Santos Rodrigues	59	Tamilly de Souza Costa
43	Gilmar de Carvalho Ferreira	60	Tayna Santos Araújo Ferreira
44	Ivan Ferreira de Souza	61	Vanderlei Leite da Silva
45	Janete Lima de Jesus	62	Yêgo Ravel Ribeiro de Araújo
46	Jamilli Rocha Paes Nascimento		
47	Jorlando Souza Silva		
48	Judenilton Oliveira dos Santos Souza		
49	Letícia dos Santos Silva		

Eixo Educação e Comunicação

63	Lorena Santiago Simas (coordenadora do Eixo)
64	Danilo de Souza Santos
65	Lealda Maria dos Santos
66	Thaynara Oliveira da Silva
67	Vagner Gonçalves Queiroz
68	Alane Naiara Nunes Silva (a partir de julho)
69	Wickshinney Ribeiro Loiola (a partir de setembro)

Coordenação Colegiada

70	Cicero Felix dos Santos
71	Nivea Rocha Solange da Silva
72	Clerison dos Santos Belem

ANEXO I

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INCIDÊNCIA POLÍTICA QUE O IRPAA PARTICI- POU EM 2025:

Eixo Clima e Água

Nº	Nome	Município/ Área	Colaborador/a de	
			Referência	
			Titular	Suplente
1	Conselho Municipal de Seg. Alimentar e Nutricional – COMSEA	Juazeiro	Paulo Cesar	Régia
2	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS	Uauá	Manoel Rodrigues	Wermerson Cardoso
3	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (até maio)	Campo Formoso	Djavan da Silva	
4	Conselho Municipal de Turismo (até maio)	Sento Sé	Wesley N. da Silva	
5	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (até maio)	Sento Sé	Domingos R. Ferreira	Wesley N. da Silva
6	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Juazeiro	Luíz Almeida Santos	Adriana Ferreira Nascimento
7	Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos, e Grupo de Trabalho de Saneamento, do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco.	Bacia do rio São Francisco	João Gnadlinger	
8	Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Salitre	Bacia do rio Salitre	André Azevedo Rocha	
9	Comissão Municipal das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto	Juazeiro	Bruno Gonçalves da Silva	
10	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA (até maio)	Remanso	Luís Carlos Alves	Thainá Prazeres
11	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA (a partir de agosto)	Canudos	Vanderlei Leite da Silva	
12	Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Juazeiro (CAE) – titular (a partir de novembro)	Juazeiro	Adriana Ferreira Nascimento	
13	Comissão Nacional de Combate à desertificação	Brasília	Luíz Almeida Santos	Adriana Ferreira Nascimento

Eixo Produção Apropriada

Nº	Nome	Abrangência	Representação
1	Comite permanente de juventude e sucessão rural (Conjuv)	Estadual	Judenilton
2	Comissão Nacional de Combate à Desertificação	Nacional	Luís Almeida
3	Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FBCA)	Estadual	Clerison
4	Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF)	Estadual	Clerison, Judenilton
5	Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA)	Estadual	Clerison, Judenilton
6	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga (CERBCAAT)	Estadual	Luiz Almeida
7	Conselho de Fomento e Colaboração (Confoco)	Estadual	Judenilton
8	Plataforma MROSC	Estadual	Judenilton
9	Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto	Estadual	Alane
10	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Remanso	Luis Carlos, Táina
11	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Canudos	Vanderlei
12	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs)	Sobradinho	Alessandro, Roziane
13	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Sento Sé	Geiziane e Diego
14	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Sento Sé	Geiziane e Diego
15	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Sento Sé	Geiziane e Diego
16	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.	Juazeiro	Luís Almeida, André Luiz
17	Colegiados dos Territórios de Desenvolvimento Rural (Codeter)	Territorial	Judenilton, Clerison
18	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	Curaçá	Denis
19	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs)	Curaçá	Denis
20	Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	Juazeiro	Ravel/André Luis

Eixo Educação e Comunicação

Nº	Nome	Abrangência	Representação
1	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro- RESAB	Semiárido	Lealda Maria Thaynara
2	Fórum Estadual de Educação do Campo- FEEC	Estadual	Thaynara Lealda Maria
3	Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire- CAECDT/UNEB	Estadual	Thaynara Clerison

4	Câmara Territorial de Educação do Codeter	Territorial	Thaynara Lealda
5	Rede Ater Nordeste de Agroecologia	Estadual	Clerison Lorena
6	Articulação Semiárido Brasileiro- ASA-BA	Estadual	Lorena Alane
7	Articulação de Agroecologia da Bahia- AABA	Estadual	Clerison Vagner
8	Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto	Estadual	Alane

ANEXO II

MUNICÍPIOS E COMUNIDADES ASSESSORADAS PELO IRPAA EM 2025

Nº	Município	Comunidade	Projeto de Atuação
1	Abaré	Aldeamento Tuxi	Misereor, MMA
2	Caem	Mikaela	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
3	Caem	Várzea Queimada	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
4	Caem	Poções	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
5	Campo Alegre de Lourdes	Alto dos Corró	Ater Bahia Sem Fome
6	Campo Alegre de Lourdes	Angico	Ater Bahia Sem Fome
7	Campo Alegre de Lourdes	Baixão do Arcino	Ater Bahia Sem Fome
8	Campo Alegre de Lourdes	Barra	Ater Bahia Sem Fome
9	Campo Alegre de Lourdes	Boa Vista	Ater Bahia Sem Fome
10	Campo Alegre de Lourdes	Caldeirãozinho	Ater Bahia Sem Fome
11	Campo Alegre de Lourdes	Capim Grosso	Ater Bahia Sem Fome
12	Campo Alegre de Lourdes	Currais	Ater Bahia Sem Fome
13	Campo Alegre de Lourdes	Deus Me Livre	Ater Bahia Sem Fome
14	Campo Alegre de Lourdes	Jenipapinho	Ater Bahia Sem Fome
15	Campo Alegre de Lourdes	Lagoa das Extremas	Ater Bahia Sem Fome
16	Campo Alegre de Lourdes	Lagoa do Francisco	Ater Bahia Sem Fome
17	Campo Alegre de Lourdes	Lagoa do Gado	Misereor
18	Campo Alegre de Lourdes	Lagoa do Meio	Ater Bahia Sem Fome
19	Campo Alegre de Lourdes	Lagoa Do Sal	Recaatingamento
20	Campo Alegre de Lourdes	Lagoa dos Murundus	Ater Bahia Sem Fome
21	Campo Alegre de Lourdes	Lagoa dos Veados	Ater Bahia Sem Fome
22	Campo Alegre de Lourdes	Lazão	Ater Bahia Sem Fome
23	Campo Alegre de Lourdes	Limoeiro	Ater Bahia Sem Fome
24	Campo Alegre de Lourdes	Pajeú	Ater Bahia Sem Fome
25	Campo Alegre de Lourdes	Panaço	Ater Bahia Sem Fome
26	Campo Alegre de Lourdes	Pedra Branca	Ater Bahia Sem Fome
27	Campo Alegre de Lourdes	Santa Luz	Ater Bahia Sem Fome
28	Campo Alegre de Lourdes	São Gonçalo	Misereor

29	Campo Alegre de Lourdes	São José	Ater Bahia Sem Fome
30	Campo Alegre de Lourdes	Taboa	Ater Bahia Sem Fome
31	Campo Alegre de Lourdes	Varginha	Ater Bahia Sem Fome
32	Campo Alegre de Lourdes	Zé Carlos	Ater Bahia Sem Fome
33	Campo Formoso	Alagadiço de Borda da Mata	Pró Semiárido
34	Campo Formoso	Algodões	Pró Semiárido
35	Campo Formoso	Algodões Alvaça	Pró Semiárido
36	Campo Formoso	Atalho	Pró Semiárido
37	Campo Formoso	Baixa Grande	Pró Semiárido
38	Campo Formoso	Baixão	Pró Semiárido
39	Campo Formoso	Baixinha	Pró Semiárido
40	Campo Formoso	Baixinha	Misereor
41	Campo Formoso	Bebedouro	Pró Semiárido
42	Campo Formoso	Bebedouro Pacuí	Misereor
43	Campo Formoso	Belas	Pró Semiárido
44	Campo Formoso	Boa Vista dos Pauzinhos	Pró Semiárido e Agenda 2030
45	Campo Formoso	Borda da Mata	Pró Semiárido
46	Campo Formoso	Buraco	Pró Semiárido
47	Campo Formoso	Contador	Pró Semiárido
48	Campo Formoso	Fazenda Quina	Pró Semiárido
49	Campo Formoso	Lagoa Branca	Pró Semiárido
50	Campo Formoso	Lagoa Branca	Misereor
51	Campo Formoso	Lagoa Cavada	Pró Semiárido
52	Campo Formoso	Mucambo	Pró Semiárido
53	Campo Formoso	Negros	Pró Semiárido
54	Campo Formoso	Oliveira	Pró Semiárido
55	Campo Formoso	Pacuí	Pró Semiárido
56	Campo Formoso	Patos 3	Misereor
57	Campo Formoso	Patos I	Pró Semiárido e Agenda 2030
58	Campo Formoso	Patos II	Pró Semiárido
59	Campo Formoso	Patos III	Pró Semiárido
60	Campo Formoso	Poço da Pedra	Pró Semiárido
61	Campo Formoso	Poço de Areia	Pró Semiárido
62	Campo Formoso	Rancho do Padre	Pró Semiárido
63	Campo Formoso	Saquinho	Pró Semiárido
64	Campo Formoso	Saquinho dos Pauzinhos	Pró Semiárido
65	Campo Formoso	Sítio do Meio	Pró Semiárido
66	Campo Formoso	Sumidouro	Pró Semiárido
67	Campo Formoso	Tábua	Pró Semiárido
68	Campo Formoso	Tanque	Pró Semiárido
69	Campo Formoso	Tenente	Pró Semiárido
70	Campo Formoso	Várzea	Pró Semiárido
71	Campo Formoso	Varzinha	Pró Semiárido
72	Campo Formoso	Vila dos Pauzinhos	Pró Semiárido e Agenda 2030
73	Canudos	Alto da 50	P1+2
74	Canudos	Alto da Cinquenta	Ater Bahia Sem Fome

75	Canudos	Alto do Cruzeiro	Ater Bahia Sem Fome
76	Canudos	Angico	Misereor, Recaatingamento
77	Canudos	Antônio Josina	P1+2
78	Canudos	Barriguda	Misereor, Recaatingamento
79	Canudos	Bom Jardim	Misereor, Grupos cooperação, MMA, P1+2
80	Canudos	Calumbi	P1+2
81	Canudos	Canto da Cacimba	Ater Bahia Sem Fome
82	Canudos	Canudos Velho	Ater Bahia Sem Fome, P1+2
83	Canudos	Cinquenta	Ater Bahia Sem Fome
84	Canudos	Fazenda Alto do Soin	Ater Bahia Sem Fome
85	Canudos	Fazenda Trecho	Ater Bahia Sem Fome
86	Canudos	Mandacaru	Ater Bahia Sem Fome
87	Canudos	Mandacarú	P1+2
88	Canudos	Mandaipó	P1+2
89	Canudos	Pedra Branca	Ater Bahia Sem Fome, Misereor, P1+2
90	Canudos	Penedo	P1+2
91	Canudos	Poço da Pedra I	P1+2
92	Canudos	Riacho do Cipó	Ater Bahia Sem Fome, P1+2
93	Canudos	Rio do Vigário	Misereor, P1+2
94	Canudos	São Bento	P1+2
95	Canudos	Sítio Antônio Josina	Misereor
96	Canudos	Sombrio	P1+2
97	Canudos	Tubatinga	P1+2
98	Capim Grosso	Furtuoso	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
99	Capim Grosso	Santa Rita	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
100	Capim Grosso	Várzea Suja	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
101	Capim Grosso	Amarra Bezerra	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
102	Casa Nova	Algodão de Baixo	Ater Biomas
103	Casa Nova	Baixão dos Caboclos	Ater Biomas
104	Casa Nova	Bom Progresso	Ater Biomas
105	Casa Nova	Brejão	Ater Biomas
106	Casa Nova	Cacimbinha	Ater Biomas
107	Casa Nova	Campo dos Cavalos	Agenda 2030
108	Casa Nova	Caracol	Ater Biomas, SEADES
109	Casa Nova	Cinquenta e Seis	Ater Biomas
110	Casa Nova	Junco	Ater Biomas
111	Casa Nova	Lago do Angico	SEADES
112	Casa Nova	Lago do Angico	Ater Biomas
113	Casa Nova	Lagoinha	Ater Biomas, Agenda 2030
114	Casa Nova	Melancia	Ater Biomas
115	Casa Nova	Palmeira	Ater Biomas
116	Casa Nova	Poço do Umbuzeiro	Ater Biomas, SEADES
117	Casa Nova	Serra Branca	Ater Biomas, Misereor, Agenda 2030
118	Casa Nova	Serrinha das Imagens	Misereor
119	Casa Nova	Tanquinho	SEADES
120	Chorrochó	Canto da Onça	Misereor
121	Curaçá	Aldeia Altamira Atikum	Ater Bahia Sem Fome

122	Curaçá	Alto	Ater Bahia Sem Fome
123	Curaçá	Baixa das Baraúnas	P1+2
124	Curaçá	Belo Monte	Ater Bahia Sem Fome
125	Curaçá	Boa Esperança	Ater Biomas
126	Curaçá	Bom Socorro	Ater Biomas
127	Curaçá	Brandão	P1+2
128	Curaçá	Brejo Seco	P1+2
129	Curaçá	Cabaceira	Ater Biomas
130	Curaçá	Caladinho	MMA, P1+2
131	Curaçá	Canabrava	Ater Biomas
132	Curaçá	Canabrinha	Ater Bahia Sem Fome; P1+2
133	Curaçá	Canavieira	Ater Biomas; P1+2
134	Curaçá	Curral Novo	Ater Bahia Sem Fome, Ater Biomas, P1+2
135	Curaçá	Curral Velho	Ater Bahia Sem Fome; P1+2
136	Curaçá	Esfomeado	Cáritas; Saneamento Rural e Sementes Crioulas, Misereor, grupo cooperação, Ater Biomas
137	Curaçá	Fazenda Alto	P1+2
138	Curaçá	Fazenda Boa esperança	P1+2
139	Curaçá	Fazenda Jacinto	P1+2
140	Curaçá	Fazenda Serrinha	P1+2
141	Curaçá	Ferrete	Agenda 2030
142	Curaçá	Flecha	Ater Bahia Sem Fome
143	Curaçá	Frade	Misereor, MMA
144	Curaçá	Jaquinicó	Ater Biomas
145	Curaçá	Jiboia	Ater Biomas
146	Curaçá	Lagedo	Misereor, P1+2
147	Curaçá	Lagoa das pedras	P1+2
148	Curaçá	Lagoa do Carro	P1+2
149	Curaçá	Logradouro	Ater Biomas, P1+2
150	Curaçá	Maria Preta	Ater Biomas
151	Curaçá	Mucambo	Ater Biomas, P1+2
152	Curaçá	Papagaio	Ater Biomas
153	Curaçá	Pau Ferro	Misereor, MMA, P1+2
154	Curaçá	Pintadinho	Misereor, Ater Biomas, Agenda 2030
155	Curaçá	Poço da Caatingueira	Ater Biomas, P1+2
156	Curaçá	Recurso	P1+2
157	Curaçá	Riacho Do Boi	Ater Bahia Sem Fome, Ater Biomas, P1+2
158	Curaçá	Santana	Misereor, MMA, Cáritas
159	Curaçá	Santo Antônio	Misereor, Grupos cooperação
160	Curaçá	Serrinha	Ater Biomas
161	Curaçá	Sítio de Alexandre	P1+2
162	Curaçá	Tamboril	P1+2
163	Curaçá	Tapuio	Ater Bahia Sem Fome
164	Curaçá	Vargem Comprida	Misereor, grupo cooperação, Ater Biomas
165	Filadélfia	Cachimbo	P1+2
166	Filadélfia	Espinho	P1+2
167	Filadélfia	Fazenda bando grande	P1+2

168	Filadélfia	Gado bravo	P1+2
169	Filadélfia	Massaroca	P1+2
170	Filadélfia	Morrinhos	P1+2
171	Filadélfia	Perus	P1+2
172	Filadélfia	Poço	P1+2
173	Filadélfia	Riacho do Mulungu	P1+2
174	Filadélfia	Várzea Grande do Saco	P1+2
175	Filadélfia	Várzea do Rancho	P1+2
176	Jacobina	Paudarquinho	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
177	Jacobina	Soropó	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
178	Jacobina	Santa Cruz do Matão	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
179	Jaguarari	Volta	Misereor, Recaatingamento
180	Juazeiro	Açude da Rancharia	Pró Semiárido
181	Juazeiro	Água Branca	SEADES
182	Juazeiro	Água Branca e Lagoa Do Caldeirão	Grupos cooperação
183	Juazeiro	Alfavaca/Salitre	Pró Semiárido
184	Juazeiro	Alto das Queimadas	Agenda 2030 e P1+2, Ater Biomas
185	Juazeiro	Angico	Pró Semiárido e P1+2, SEADES
186	Juazeiro	Arapuá Novo	Ater Biomas, 'P1+2
187	Juazeiro	Assentamento Fonte Viva	Pró Semiárido
188	Juazeiro	Assentamento Maria Si- mões	Pró Semiárido e P1+2
189	Juazeiro	Assentamento São Fran- cisco	Pró Semiárido
190	Juazeiro	Atrás da Serra	Pró Semiárido
191	Juazeiro	Baraúna	Ater Biomas, SEADES
192	Juazeiro	Barbeiro	Pró Semiárido
193	Juazeiro	Barra Bonita	Ater Biomas, SEADES
194	Juazeiro	Barra do Angico	Grupos cooperação
195	Juazeiro	Boa Esperança	Pró Semiárido
196	Juazeiro	Caboclo	Misereor, grupo cooperação
197	Juazeiro	Cachoeirinha	Misereor, grupo cooperação, Pró Semiarido
198	Juazeiro	Cacimba	Ater Biomas
199	Juazeiro	Cacimba do Silva	Ater Biomas, SEADES
200	Juazeiro	Cacimba dos Pandu	Pró Semiárido
201	Juazeiro	Caiçara	Pró Semiárido, Cáritas e P1+2, Grupos coo- peração
202	Juazeiro	Caldeirão da Canoa	Ater Biomas, SEADES
203	Juazeiro	Caldeirão do Corro	SEADES
204	Juazeiro	Caldeirão do Tibério	Grupos cooperação
205	Juazeiro	Caldeirãozinho	Cáritas
206	Juazeiro	Campestre	P1+2
207	Juazeiro	Campo grande	P1+2
208	Juazeiro	Canoa	Pró Semiárido, SEADES, Grupos de Co- operação
209	Juazeiro	Caraibinha	Pró Semiárido

210	Juazeiro	Cifra	P1+2, Ater Biomas, Cáritas, Grupos Coope- ração
211	Juazeiro	Cruz	SEADES
212	Juazeiro	Curral Novo	Ater Biomas, Grupos cooperação, Pró Se- miárido
213	Pilão Arcado	Espinheiro	Ater Bahia Sem Fome, Misereor
214	Juazeiro	Face	Ater Biomas
215	Juazeiro	Fortaleza	Pró Semiárido
216	Juazeiro	Gangorra II-Salitre	Pró Semiárido
217	Pilão Arcado	Garajau	Ater Bahia Sem Fome
218	Juazeiro	Goiabeira I	SEADES
219	Juazeiro	Goiabeira II	SEADES
220	Juazeiro	Jacaré	Grupos cooperação, Pró Semiárido
221	Juazeiro	Juá	Ater Biomas, SEADES
222	Juazeiro	Juá (Massaroca)	Grupos cooperação
223	Juazeiro	Juramento 1	SEADES
224	Juazeiro	Juramento II	Pró Semiárido
225	Juazeiro	Juvenal	P1+2, Ater Biomas, SEADES
226	Pilão Arcado	Lagoa das Bestas	Ater Bahia Sem Fome
227	Juazeiro	Lagoa das Pedras	Ater Biomas
228	Juazeiro	Lagoa das Pedras dos Grilos	Ater Biomas, Misereor, P1+2
229	Juazeiro	Lagoa do Angico	Pró Semiárido
230	Juazeiro	Lagoa do Bastião	Pró Semiárido
231	Juazeiro	Lagoa do Boi	Pró Semiárido e P1+2, SEADES, Misereor
232	Juazeiro	Lagoa do Caldeirão	SEADES
233	Juazeiro	Lagoa do Jacaré	Cáritas, Seades, Grupos cooperação
234	Juazeiro	Lagoa do Meio	Grupos cooperação
235	Juazeiro	Lagoa dos Patos	Ater Biomas
236	Juazeiro	Lagoas dos Cavalos	Ater Biomas, SEADES
237	Juazeiro	Lagoinha	Grupos cooperação, Seades
238	Juazeiro	Lagoinha da Rancharia	Ater Biomas
239	Juazeiro	Lajinha	Pró Semiárido
240	Juazeiro	Loterio	Grupos cooperação, Pró Semiárido
241	Juazeiro	Malhada da Areia	Pró Semiárido e P1+2, SEADES, Recatin- gamento, Misereor
242	Juazeiro	Malhada da Onça	Grupos cooperação
243	Juazeiro	Manga	SEADES
244	Juazeiro	Massapê	Pró Semiárido
245	Pilão Arcado	Melancia	Misereor
246	Juazeiro	Morcego	Ater Biomas
247	Juazeiro	Mulungu	SEADES, P1+2
248	Pilão Arcado	Olho D'Água	Ater Bahia Sem Fome
249	Juazeiro	Oliveira	Grupos cooperação, SEADES
250	Juazeiro	Panelas	SEADES
251	Juazeiro	Papagaio	Grupos cooperação
252	Juazeiro	Passagem do Sargento	Pró Semiárido e P1+2
253	Juazeiro	Patos	Ater Biomas

254	Juazeiro	Patos da Rancharia	Misereor
255	Juazeiro	Pau Ferro	Ater Biomas
256	Juazeiro	Pau Preto	Agenda 2030 e P1+2
257	Juazeiro	Pau Preto Pinhões	P1+2
258	Juazeiro	Poço do Umbuzeiro	Pró Semiárido e P1+2
259	Juazeiro	Poços da Rancharia	Ater Biomas
260	Juazeiro	Rancho Velho	Ater Biomas
261	Juazeiro	Riacho do Meio	Pró Semiárido
262	Juazeiro	Roça de Baixo	Ater Biomas
263	Juazeiro	Roça Grande	SEADES, P1+2
264	Juazeiro	Rocinha	P1+2, SEADES, ATER Biomas
265	Juazeiro	Rodeador	Ater Biomas
266	Juazeiro	Saco Grande	Ater Biomas
267	Juazeiro	Santa Helena	Pró Semiárido
268	Juazeiro	São Domingos	Ater Biomas
269	Juazeiro	São Fidélis	Ater Biomas
270	Juazeiro	Saquinho dos Bispo	SEADES
271	Juazeiro	Saquinho Dos Bispo (e Oliveira II)	Grupos cooperação
272	Juazeiro	Serra da Boa Vista	Pró Semiárido; Saneamento e Sementes
273	Juazeiro	Serra Grande	Ater Biomas, Pró Semiárido
274	Juazeiro	Serrotinho	Pró Semiárido, P1+2
275	Juazeiro	Sertãozinho	Ater Biomas
276	Juazeiro	Siriema	Pró Semiárido
277	Juazeiro	Sítio Sacramento	Ater Biomas
278	Juazeiro	Sobradinho	Pró Semiárido
279	Pilão Arcado	Tamanduá	Misereor
280	Juazeiro	Tanque de Tulina	Ater Biomas
281	Juazeiro	Tanque Novo da Rancharia	Ater Biomas
282	Pilão Arcado	Três Carnaúba	Misereor
283	Pilão Arcado	Vereda da Onça	Misereor
284	Ponto Novo	Assentamento Terra Nossa	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
285	Ponto Novo	Várzea da Pedra	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
286	Ponto Novo	Assentamento Pajeú	P1+2
287	Ponto Novo	Assentamento Teimosia	P1+2
288	Ponto Novo	Bandeira	P1+2
289	Ponto Novo	Barracas	P1+2
290	Ponto Novo	Bezerra	P1+2
291	Ponto Novo	Lagoa das Camaradas	P1+2
292	Ponto Novo	Marreca	P1+2
293	Ponto Novo	Morrinhos	P1+2
294	Ponto Novo	Várzea do Poço	P1+2
295	Remanso	Algodão dos Ribeiros	Pró Semiárido
296	Remanso	Aroeira	Ater Bahia Sem Fome
297	Remanso	Barra	Pró Semiárido
298	Remanso	Bonito	Ater Bahia Sem Fome
299	Remanso	Cacimba da Pedra	Pró Semiárido

300	Remanso	Caititu	Pró Semiárido
301	Remanso	Caldeirão das Caatingas	Ater Bahia Sem Fome
302	Remanso	Campo Maior	Pró Semiárido
303	Remanso	Coan	Ater Bahia Sem Fome
304	Remanso	Estacada	Pró Semiárido
305	Remanso	Extrema	Ater Bahia Sem Fome
306	Remanso	Fazenda da Roça	Pró Semiárido
307	Remanso	Galeão	Ater Bahia Sem Fome
308	Remanso	Igarapé	Ater Bahia Sem Fome
309	Remanso	Induema	Pró Semiárido
310	Remanso	Lagoa D'Água	Ater Bahia Sem Fome
311	Remanso	Lagoa do Garrote	Pró Semiárido
312	Remanso	Lagoa do Sanharó	Pró Semiárido
313	Remanso	Lagoa dos Bois	Ater Bahia Sem Fome
314	Remanso	Lagoinha dos Bragas	Misereor
315	Remanso	Maleta	Pró Semiárido
316	Remanso	Malhada	Ater Bahia Sem Fome
317	Remanso	Mandu	Pró Semiárido
318	Remanso	Moco	Pró Semiárido
319	Remanso	Pau Darco	Pró Semiárido
320	Remanso	Pedrinhas	Misereor
321	Remanso	Pimenteira	Pró Semiárido
322	Remanso	Poço do Angico	Pró Semiárido
323	Remanso	Pote Martinha	Ater Bahia Sem Fome
324	Remanso	Serrote	Pró Semiárido
325	Remanso	Sítio Barra	Pró Semiárido
326	Remanso	Sovela	Pró Semiárido
327	Remanso	Tapagem	Ater Bahia Sem Fome
328	Remanso	Telheiro	Ater Bahia Sem Fome
329	Remanso	Ventura	Ater Bahia Sem Fome
330	Remanso	Vila Aparecida	Pró Semiárido
331	Remanso	Vila São Francisco	Ater Bahia Sem Fome
332	Sento Sé	Andorinha	Agenda 2030
333	Sento Sé	Aldeia	Pró Semiárido
334	Sento Sé	Assentamento Poção	Pró Semiárido
335	Sento Sé	Assentamento Pontiguá	Pró Semiárido
336	Sento Sé	Bazuá	Ater Biomas
337	Sento Sé	Brejo da Martinha	Ater Biomas
338	Sento Sé	Brejo de Dentro	Pró Semiárido
339	Sento Sé	Brejo de Fora	Pró Semiárido
340	Sento Sé	Campo Largo	Pró Semiárido
341	Sento Sé	Capim Grosso	Ater Bahia Sem Fome
342	Sento Sé	Caroatá	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
343	Sento Sé	Desengano	Saneamento Rural e Sementes Crioulas
344	Sento Sé	Desengano	Ater Biomas
345	Sento Sé	Fartura	Pró Semiárido, Ater Biomas, Misereor, Saneamento Rural e Sementes Crioulas

346	Sento Sé	Itapera	Pró Semiárido
347	Sento Sé	Itapicurú	Ater Bahia Sem Fome
348	Sento Sé	Lages	Pró Semiárido
349	Sento Sé	Lagoa do Mari	Saneamento Rural e Sementes Crioulas, Ater Biomas
350	Sento Sé	Limoeiro da Batateira	Ater Biomas
351	Sento Sé	Língua de Vaca	Pró Semiárido
352	Sento Sé	Mulungu	Ater Biomas
353	Sento Sé	Olho D'aguinha	Pró Semiárido
354	Sento Sé	Pascoal	Misereor
355	Sento Sé	Pascoal Limoeiro	Pró Semiárido
356	Sento Sé	Pedra Branca	Pró Semiárido
357	Sento Sé	Poço do Angico	Misereor
358	Sento Sé	Poço do Caruá	Agenda 2030
359	Sento Sé	Ponta D'Água	Pró Semiárido
360	Sento Sé	Riacho Grande	Ater Biomas
361	Sento Sé	Riacho Santo Antônio	Pró Semiárido
362	Sento Sé	Salgado	Pró Semiárido
363	Sento Sé	Sanharó	Ater Bahia Sem Fome
364	Sento Sé	Sítio	Ater Biomas, Pró Semiárido
365	Sento Sé	Tanque	Saneamento Rural e Sementes Crioulas, Ater Biomas, Agenda 2030
366	Sento Sé	Traíras	Saneamento Rural e Sementes Crioulas, Ater Biomas
367	Sento Sé	Tribo Atikum	Saneamento Rural e Sementes Crioulas, Ater Biomas, Misereor
368	Sento Sé	Vale da Conquista	Pró Semiárido
369	Sobradinho	Barra da Véia	ATER Bioma
370	Sobradinho	Barra do Umbuzeiro	ATER Bioma
371	Sobradinho	Bom Sucesso	ATER Bioma, Misereor, Recaatingamento
372	Sobradinho	Campo Alegre	ATER Bioma
373	Sobradinho	Explanada	ATER Bioma
374	Sobradinho	Gameleira	ATER Bioma
375	Sobradinho	Santa Maria	ATER Bioma
376	Sobradinho	Santa Tereza	ATER Bioma
377	Sobradinho	São João	ATER Bioma
378	Sobradinho	Tataui 4	ATER Bioma
379	Sobradinho	Tataui 5	ATER Bioma
380	Sobradinho	Traíras	ATER Bioma
381	Sobradinho	Assentamento Vale da Conquista	ATER Bioma
382	Sobradinho	Baraúna	Pró Semiárido
383	Sobradinho	Baraúna	ATER Bioma
384	Sobradinho	Canaã	ATER Bioma
385	Sobradinho	Fonte e Vida	Pró Semiárido; Saneamento Rural e Sementes Crioulas
386	Sobradinho	Poço do Juá	ATER Bioma, Misereor
387	Sobradinho	Salgadinha	ATER Bioma

388	Sobradinho	Santa Cruz	ATER Bioma
389	Sobradinho	Santana	ATER Bioma
390	Sobradinho	São Gonçalo da Serra	ATER Bioma, Misereor
391	Sobradinho	Serra Verde	ATER Bioma
392	Sobradinho	Sítio Caldeirão	ATER Bioma
393	Sobradinho	Tatuí I, II e III	Pró Semiárido
394	Sobradinho	Terra Nossa	Pró Semiárido
395	Sobradinho	Tribo Truká	ATER Bioma
396	Uauá	Frade	Cáritas
397	Uauá	Angico	SEADES
398	Uauá	Arraial	SEADES
399	Uauá	Barriguda	SEADES
400	Uauá	Beldroega	SEADES
401	Uauá	Caititus	SEADES
402	Uauá	Carro quebrado	SEADES
403	Uauá	Lage das Aroeiras	Misereor, MMA
404	Uauá	Lagoa do Meio	SEADES
405	Uauá	Lapa	SEADES
406	Uauá	Ouricuri	Misereor, MMA
407	Uauá	Poço dos Cavalos	SEADES
408	Uauá	Queimadas dos Loiolas	SEADES
409	Uauá	Retiro	SEADES
410	Uauá	São Paulinho	SEADES
411	Uauá	Serra da Besta	MMA
412	Uauá	Serra dos Campos Novos	MMA
413	Uauá	Sítio do avelino	SEADES
414	Uauá	Sítio do Zacaria	SEADES

Lista de Siglas

AABA – Articulação de Agroecologia da Bahia

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia

AECOFABA – Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia

AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia

CEPED – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento

CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

COP – Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

EFA – Escola Família Agrícola

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBB – Fundação Banco do Brasil

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

GAPA – Gestão de Água para Produção de Alimentos

GRH – Gestão de Recursos Hídricos

GT – Grupo de Trabalho

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

ONDAS – Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento

PAE/BA – Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca da Bahia

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSR – Programa Nacional de Saneamento Rural

REFAISA – Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia

SEADES – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

SETAF – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar

SIHS – Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

SIM – Serviço de Inspeção Municipal

SIE – Serviço de Inspeção Estadual

SISMA – Sistema Simplificado de Manejo de Água

UASB – Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (Upflow Anaerobic Sludge Blanket)

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco



IRPAA
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Copyright © 2025

IRPAA.ORG Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA
Avenida das Nações nº 04 - 48905-531 Juazeiro - Bahia, Brasil
Tel.: 0055-74-3611-6481 - Fax.: 0055-74-3611-5385 - E-mail: irpaa@irpaa.org - CNPJ
63.094.346/0001-16 Utilidade Pública Federal, Portaria 1531/06 - DOU 15/09/2006 Uti-
lidade Pública Estadual, Lei nº7429/99 Utilidade Pública Municipal, Lei nº 1,383/94